



n . 2
Abr-Jun
2 0 2 5

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Matheus Petrelli

Lucas Berti

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

O BRASIL DIANTE DO TARIFAÇO DOS EUA E DO BRICS AMPLIADO

MARIANNA ALBUQUERQUE, MARIA REGINA SOARES DE LIMA E DIOGO IVES.....PÁGINA 04

ARTIGOS

O QUE ESPERAR DAS ELEIÇÕES DE 2025 NA BOLÍVIA?

Clayton M. Cunha Filho.....PÁGINA 09

MONITOR ELEITORAL - ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2025 NO SURINAME: ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DE UMA BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA POLÍTICA DO PAÍS

GUILHERME DOMINGUES FRITZ.....PÁGINA 14

A RELAÇÃO COLÔMBIA-EUA E A APROXIMAÇÃO COM A CHINA: DO PLANO COLÔMBIA AO GOVERNO PETRO

Matheus Fernandes Petrelli Santos.....PÁGINA 32

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: ABRIL DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 43

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: MAIO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 57

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JUNHO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 72

Editorial

O Brasil diante do tarifaço dos EUA e do BRICS ampliado

Nos últimos dias 6 e 7 de julho, o Brasil sediou a cúpula anual de chefes de Estado do BRICS, à qual compareceram representantes dos 11 países que compõem o bloco atualmente. A extensa declaração final elencou 126 pontos de entendimento entre os países-membros, divididos em seções sobre reforma do multilateralismo global, segurança, economia, mudanças climáticas e desenvolvimento humano¹. O evento chamou a atenção do presidente dos EUA, Donald Trump, que utilizou uma rede social, ainda no dia 6, para avisar que qualquer país que se alinhasse com “as políticas antiamericanas do BRICS” sofreria uma taxa de 10% nas exportações destinadas ao mercado norte-americano².

Poucos dias depois, em 9 de julho, Trump anunciou um “tarifaço” de 50% sobre todas as importações dos EUA oriundas do Brasil. Os motivos declarados foram a existência de uma suposta “caça às bruxas” contra o ex-presidente e seu aliado Jair Bolsonaro (atualmente julgado no Supremo Tribunal Federal – STF pela tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023), decisões recentes do STF contra redes sociais sediadas nos EUA (pela omissão na contenção de mensagens virtuais antidemocráticas na internet brasileira) e barreiras comerciais do Brasil que produziriam um déficit para os norte-americanos (ponto este factualmente equivocado)³. Em meio à celeuma provocada pelo intervencionismo de Trump em assuntos domésticos brasileiros, muito se especula atualmente se o envolvimento do Brasil no BRICS, ainda que não incluído como causa para o tarifaço, tenha sido um fator agravante para a decisão da Casa Branca, o que requereria um “gesto estratégico de afastamento” do governo brasileiro em relação ao bloco para melhorar a relação com os EUA⁴.

Apesar do calor do momento, avaliações sobre o BRICS precisam ser colocadas em uma dimensão histórica cuidadosa. Ao longo das últimas duas décadas, o BRICS consolidou-se como um dos mais relevantes fóruns de articulação política entre países do Sul Global. Sua trajetória reflete, ao mesmo tempo, o legado de lutas históricas por soberania e desenvolvimento, e uma resposta contemporânea às limitações da ordem internacional constituída após a Segunda Guerra Mundial.

As raízes do BRICS – e de outros grupos com perfis e objetivos semelhantes – remetem a uma longa tradição de associativismo internacional entre países em desenvolvimento, que remonta às décadas de 1950, 1960 e 1970. Inspirados pela Conferência de Bandung, de 1955, pelo Movimento dos Não Alinhados (MNA) e pela agenda da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), proposta nos anos 1970, muitos desses países buscaram, de forma coletiva, ampliar sua autonomia e contestar os mecanismos assimétricos da economia global. Essa ambição enfrentou resistência por parte das grandes potências, sobretudo dos EUA, que reagiram com políticas de “redisciplinamento da periferia” — que incluíram apoio a golpes de Estado, intervenções militares e condicionalidades econômicas.

Com o fim da Guerra Fria e a hegemonia do neoliberalismo nos anos 1990, muitos analistas decretaram o “fim da história”. O multilateralismo tradicional parecia capturado por um consenso que dava pouca voz aos emergentes. No entanto, a década seguinte trouxe mudanças significativas. O crescimento acelerado de economias como China, Índia e Brasil

1 Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/06/trump-tarifa-adicional-brics.ghtml>.

3 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-07/em-carta-lula-trump-anuncia-tarifa-de-50-produtos-brasileiros>.

4 Ver: <https://valor.globo.com/politica/pergunte-aos-dados/post/2025/07/lula-e-trump-tem-ganhos-politicos-com-confito.ghtml>.



despertou a atenção do sistema financeiro internacional, culminando nos relatórios do economista Jim O’Neill, da Goldman Sachs, em 2001 e 2003, que, primeiro, identificaram a inclusão inevitável de novos polos na governança econômica e, na sequência, cunharam e difundiram o acrônimo “BRIC”, em referência a quatro países que despontavam como potenciais definidores dessa nova ordem: Brasil, Rússia, Índia e China.

Contudo, o agrupamento deixou de ser apenas uma categoria econômica para ganhar densidade política a partir da crise financeira de 2008. A percepção de que as instituições de Bretton Woods não eram capazes de lidar com a magnitude da crise, nem de representar de forma equitativa os interesses dos países em desenvolvimento, abriu espaço para a atuação coordenada de Brasil, Rússia, Índia e China. Os países começaram a se reunir, informalmente, a partir de 2006, às margens de outros encontros multilaterais, como a Assembleia Geral da ONU. O passo seguinte foi a transformação das reuniões para o nível ministerial, até que, em 2009, culminaram em um encontro de cúpula, com chefes de Estado e de governo. Os quatro membros fundadores foram posteriormente acompanhados pela África do Sul, que ingressou no grupo em 2011. Essa inclusão ampliou a legitimidade geográfica e política do bloco e reforçou sua posição como voz representativa do Sul Global.

Desde então, o BRICS vem aprofundando sua institucionalização e diversificando sua agenda. Além das cúpulas anuais de chefes de Estado, o grupo conta com reuniões regulares de Ministros, Bancos Centrais, universidades, think tanks e sociedade civil. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), formalizada na Cúpula de Fortaleza em 2014, simbolizou a disposição do grupo de oferecer alternativas concretas às instituições financeiras tradicionais, muitas vezes criticadas por impor condicionalidades descoladas da realidade dos países beneficiários.

O NDB, com sede em Xangai, foi concebido como um banco multilateral com foco no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. Com capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões, o banco já conta com membros adicionais como Egito, Colômbia e Emirados Árabes Unidos, ainda que a entrada no BRICS não seja automaticamente vinculada à adesão ao banco. Já o ACR funciona como um fundo de contingência de US\$ 100 bilhões para proteção contra choques de liquidez e crises cambiais. Qualquer semelhança com as funções do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), respectivamente, não são mera coincidência. Na incapacidade dessas instituições se adaptarem para incluir de forma efetiva as novas vozes, o BRICS criou instituições paralelas e complementares, mais adequadas às suas prioridades em termos de condicionalidades, juros e uso de moedas locais.

Em 2023, o grupo passou por sua primeira grande expansão desde a entrada da África do Sul, incorporando Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita (cuja entrada plena ainda está em processo de formalização), Emirados Árabes Unidos e, mais recentemente, Indonésia. A ampliação – que seguiu critérios como equilíbrio geográfico, boas relações diplomáticas com todos os membros e compromisso com a reforma da governança global – elevou significativamente o peso político, econômico e demográfico do bloco. Hoje, o BRICS representa aproximadamente 39% do PIB mundial (em PPC), 48,5% da população do planeta, 43,6% da produção mundial de petróleo e mais de 30% das terras agrícolas globais.

Mesmo com sua diversidade interna — que inclui diferentes regimes políticos, níveis de desenvolvimento e interesses estratégicos —, o grupo tem se mostrado resiliente. Isso se deve, em parte, à flexibilidade do seu funcionamento, baseado em decisões por consenso, grupos de trabalho temáticos e ausência de um secretariado permanente, o que permite que o país na presidência tenha flexibilidade e oportunidade para definir prioridades para a agenda negociadora durante o seu mandato anual. A criação do status de país parceiro do BRICS, adotado em 2024, também ilustra uma disposição em articular diferentes níveis de associação e cooperação. Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Tailândia, Uganda,



Uzbequistão e Nigéria foram os primeiros a aderir a essa nova modalidade e outros países já demonstraram interesse.

A despeito das críticas que veem no BRICS uma coalizão “antiocidental” ou uma ferramenta de projeção geopolítica da China, a realidade é mais complexa. O grupo não constitui um bloco monolítico nem possui uma agenda revisionista coerente. O BRICS é um produto das contradições da ordem neoliberal e opera dentro do status quo, buscando ampliar seus espaços de influência sem necessariamente romper com as estruturas existentes. Seu papel é, antes, o de vocalizar divergências, aumentar a margem de manobra dos países em desenvolvimento e tensionar os padrões hegemônicos do multilateralismo.

Nesse contexto, em meio ao protagonismo crescente do bloco e a renovadas pressões geopolíticas, a presidência brasileira do BRICS em 2025 ganhou especial relevância. Sob o lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, o Brasil propõe um programa de trabalho ancorado em duas grandes prioridades: i) a promoção de parcerias para o desenvolvimento social, econômico e ambiental; e ii) o fortalecimento da cooperação intra-BRICS e com outros atores do Sul Global. Dentro desse escopo, destacam-se seis áreas estratégicas: saúde global, comércio e finanças, mudança do clima, inteligência artificial, paz e segurança, e desenvolvimento institucional.

A presidência brasileira do BRICS ocorreu em um momento-chave para a política externa do país, que liderou o G20, em 2024, e se prepara para sediar a COP30, em Belém, em novembro de 2025. A sobreposição de agendas abre oportunidades para que o Brasil imprima ao BRICS um perfil técnico, propositivo e sensível às urgências globais, sobretudo nas áreas de desenvolvimento sustentável e governança climática. A criação da Parceria BRICS para a Eliminação das Doenças Socialmente Determinadas, a proposta de uma Agenda de Liderança Climática e os debates sobre governança da inteligência artificial são exemplos de iniciativas que dialogam com a tradição brasileira de diplomacia multilateral e cooperativa.

O ponto alto foi a Cúpula de Chefes de Estado, realizada no Rio de Janeiro, neste mês de julho, conforme mencionado. Se enxergarmos os resultados pela ótica do copo meio cheio, não é desprezível que o bloco tenha conseguido emitir uma Declaração de Líderes consensual, em um contexto no qual dois de seus membros – Rússia e Irã – estão diretamente envolvidos em conflitos armados em andamento. O documento também abordou, diretamente, temas considerados prioritários para o Brasil, que teve um papel central na articulação diplomática de bastidores. Destacam-se, por exemplo, o reforço de compromissos para o financiamento climático, para a governança da inteligência artificial e para a reforma de instituições internacionais, nomeadamente o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pela ótica do copo meio vazio, a declaração foi vaga, sem menções a compromissos concretos em áreas estratégicas e de interesse coletivo nas quais o BRICS possui peso considerável, como a redução de combustíveis fósseis.

Além disso, a ausência de alguns líderes, que enviaram Ministros ou representantes, poderia soar como um sinal de desprestígio ou de falta de prioridade. Vladimir Putin, da Rússia, não pôde viajar ao Brasil em meio à certeza de que o país, signatário do Tribunal Penal Internacional, instância na qual Putin foi condenado por violações de direitos humanos na invasão à Ucrânia, efetuará sua prisão. O mesmo ocorreu ano passado, na Cúpula em Nova Délhi, dado que a Índia é igualmente um Estado signatário do tribunal. A representação, em ambos os casos foi feita pelo chanceler, Sergei Lavrov.

A ausência mais sentida, no entanto, foi a do líder chinês, Xi Jinping. Apesar de Pequim não ter anunciado oficialmente o motivo do cancelamento da viagem, é a primeira vez que Xi não comparece à Cúpula desde que ascendeu ao poder. Análises possíveis buscaram explicações variadas, a exemplo do atual foco de Xi na estabilização da economia doméstica chinesa; da percepção de que a Cúpula traria apenas resultados modestos; ou, ainda, na

sinalização de discordância em relação às deferências conferidas ao Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, a quem o Brasil estendeu um convite para uma visita de Estado na sequência da Cúpula.

Independentemente do motivo, é normal e esperado que blocos como o BRICS tenham ciclos de maior proposição e outros momentos de reacomodação interna. Era esperado que, com a adesão dos novos membros, o BRICS demandasse um tempo para reorganizar prioridades e realinhar expectativas, pontos de veto e novos temas. Cúpulas com declarações menos ambiciosas não significam que o grupo perdeu sua razão de ser. Nesse contexto, a presidência do Brasil foi bem sucedida, ao ter avançado em temas caros à diplomacia brasileira e ter conseguido a aprovação da declaração final por consenso – inclusive em meio a fatores exógenos, como as pressões tarifárias de Donald Trump, direcionadas inclusive, mas não somente, ao BRICS.

Da perspectiva brasileira, a expansão dos BRICS tem aspectos positivos e negativos. Por um lado, o aumento do número de participantes poderia funcionar como um contrapeso à preponderância da China, caso aliados brasileiros de relevo, como México e Argentina, fossem incluídos⁵. Por outro lado, o aumento do tamanho poderá ampliar a heterogeneidade dos membros e dificultar o consenso, levando à irrelevância do grupo. Ademais, não estão claros os critérios para essa expansão ou, pelo menos, não estão claramente explicitados. A relevância quando do surgimento do BRICS advinha de constituírem um grupo de países que se destacavam por uma série de atributos que os diferenciavam do restante dos países do Sul. Tais condições garantiam ao grupo capacidade de ação coletiva face aos países do Norte.

Este dilema parece ser constitutivo da formação das coalizões que operam em ambientes muito assimétricos. Os “mais fracos” (neste caso, o Sul) não querem reproduzir as mesmas assimetrias que criticam nos “mais fortes”. O resultado é a tendência à sua relativa irrelevância como ator político, daí a importância da expansão dos participantes. O BRICS ainda não chegou a essa condição de irrelevância e, portanto, o dilema ainda não se manifestou. Na atualidade, a expansão parece estar favorecendo o poder de barganha do Brasil, o que se manifestou quando o país não acatou a entrada da Venezuela como membro parceiro. Ainda que as decisões operem sob o princípio do consenso, na prática funcionou o poder de veto de um dos membros. O caso lembrou também que países como o nosso, a África do Sul e a Índia têm uma vantagem sob os demais: são relevantes em seus respectivos contextos regionais e, mais que tudo, são grandes democracias. No caso do BRICS, portanto, a democracia funciona como um ativo geopolítico.

Nos “tarifações” que Trump escolheu como o meio principal para conduzir seu projeto make America great again e sua disputa com a China, o governante norte-americano mirou o BRICS como um dos alvos. No caso do Brasil, mais uma sanção tarifária foi prometida, especificamente como exemplo pela suposta ameaça que o BRICS representa para a hegemonia do dólar nos circuitos financeiros globais. Ainda que mais de um economista norte-americano tenha repisado a tese de que o dólar não está ameaçado na sua atual hegemonia, a exigência descabida de se investigar o “Pix” como um mecanismo de concorrência desleal às grandes empresas de cartões de crédito dos EUA⁶ veio a se somar às múltiplas interferências retóricas na soberania brasileira.

Há, em suma, elementos que mantêm o BRICS relevante hoje para o Brasil reagir à investida de Trump, perseguir ideais de maior autonomia econômica e manter democracias representadas dentro dessa articulação internacional, que nunca pretendeu ser uma aliança entre like-minded countries. Isso não significa, entretanto, que não seja necessário que o Brasil siga atento à assimetria econômica crescente da China em relação aos demais membros (o que implica pensar em um maior regramento do grupo) e continue insistindo para que mais democracias façam parte do bloco, a fim de manter sua diversidade. A hipótese contrafactual

5 O primeiro não foi cogitado e o segundo, com Milei no governo, recusou o convite.

6 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckg6v5p29vko>.

de que um afastamento do Brasil em relação ao BRICS manifestaria uma boa vontade na relação com os EUA a ponto de relaxar a tensão econômica é pouco convincente, haja vista que sequer aliados históricos dos EUA, como Canadá, União Europeia e Japão, estão sendo poupados das sanções comerciais de Trump.

Nesta edição do Boletim OPSA, contamos com três artigos que ajudam a refletir sobre os desafios da democracia e da autonomia em países da América do Sul atualmente. Clayton Mendonça Filho, professor da Universidade Federal do Ceará e colaborador do OPSA, analisa as expectativas para as eleições presidenciais na Bolívia, marcadas para o próximo mês de agosto. Por sua vez, Guilherme Fritz faz um balanço das eleições parlamentares ocorridas no Suriname, em maio passado. Finalmente, Matheus Petrelli elabora um panorama histórico da relação da Colômbia com os EUA e a China dos anos 2000 até hoje. A edição também inclui os monitores de abril, maio e junho de 2025 do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2025

Marianna Albuquerque
Maria Regina Soares de Lima
Diogo Ives

Coordenadores do OPSA



O que esperar das eleições de 2025 na Bolívia?

Clayton M. Cunha Filho⁷

Introdução

Em 17 de agosto de 2025, os bolivianos irão às urnas para renovar suas duas casas legislativas e a presidência do Estado Plurinacional da Bolívia pelos próximos cinco anos. Mas o farão em meio a um clima de temores e desconfiança, marcado por crises econômica e política agudas e cujos ventos, segundo as pesquisas eleitorais já divulgadas, apontam pela primeira vez para amplas possibilidades de vitória opositora. Hegemônico no sistema político boliviano desde pelo menos 2009 (Cunha Filho, 2008, 2010; Molina, 2010), o MAS chega às eleições com um presidente impopular, Luis Arce, que abdicou de tentar a reeleição, dividido em três frentes eleitorais e acossado nas ruas por seguidores do ex-presidente Evo Morales que ameaçam impedir o próprio pleito.

A crise atual reverbera ecos das traumáticas eleições de 2019 e os amplifica⁸: após perder o referendo obrigatório de ratificação da emenda constitucional que lhe permitiria concorrer ao quarto mandato (ver Welp; Lissidini, 2016), Morales forçou sua candidatura através de uma questionável manobra no Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) e terminou forçado à renúncia em meio aos protestos massivos que denunciavam supostas fraudes na apuração dos resultados eleitorais. O que pareceu inicialmente um “turbulento fim de era” (Wolff, 2020), revelou-se um breve interregno até o retorno triunfal do MAS com a vitória de Luis Arce à presidência com 55,11% dos votos em 2020 (Cunha Filho, 2023c). Mas esta vitória, igualmente, logo revelaria seus limites com as precoces e crescentes sinalizações de Morales de que desejava uma nova candidatura à presidência e que rapidamente se converteram numa ácida disputa pela liderança do partido que o levaria à divisão, inicialmente em duas alas alinhadas ao atual e ao ex-presidentes Arce e Morales, mas que se converteriam em três com a entrada do presidente do Senado e jovem liderança cocaleira, Andrónico Rodríguez, na disputa à presidência (Cunha Filho, 2023a, 2023c; Molina, 2025; Stefanoni, 2023, 2025).

Até então considerado parte da facção “evista” do MAS e aliado próximo de Morales, Andrónico já vinha sendo especulado como possível candidato, mas sempre descartara a possibilidade oficialmente, enquanto escudava as várias acusações lançadas por Morales contra o governo de seu ex-ministro da Economia e correligionário Luis Arce e usava de sua posição institucional na presidência do Senado para bloquear frequentemente iniciativas do governo como autorizações para contrair créditos internacionais. No entanto, em 03 de maio deste ano Andrónico anunciou sua candidatura sem divulgar inicialmente por qual partido, mas marcando distância do impopular governo de Arce e do MAS por ele controlado⁹ até anunciar, finalmente, que concorreria pela Aliança Popular, conformada pelo Movimento

⁷ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6073-3570>.- e-mail para contato: cunhafilho@ufc.br.

⁸ Para um relato e análise do convulsionado processo que levou ao cancelamento das eleições de 2019 e à renúncia de Morales em meio a acusações de fraude eleitoral e golpe de Estado, ver Wolff (2020).

⁹ No esteio dos processos de renovação de estatutos e dirigências partidárias mandados pela legislação eleitoral, as alas “evista” e “arcista” em disputa foram incapazes de entrar em acordo para a convocação de uma convenção partidária unificada ao longo de 2024 e terminaram realizando duas convenções distintas, uma em El Alto em maio reunindo a facção “arcista” e outra em Villa Tunari reunindo a facção “evista” em junho, cada qual atribuindo-se o controle legítimo sobre a estrutura partidária. Por supostamente não atenderem a critérios dos próprios estatutos partidários, nenhuma foi inicialmente reconhecida pelo TSE. Entretanto, em novembro de 2024 o TCP acatou recurso da facção “arcista” e ordenou ao TSE o reconhecimento de seu congresso e a posse da nova dirigência por este empossada, o que levou Morales a sair do partido.

Terceiro Sistema (MTS)¹⁰ e outras duas siglas regionais menores. E apesar de ter evitado e seguir evitando críticas a seu ex-mentor Evo Morales, este o trata publicamente desde o anúncio da candidatura como traidor político¹¹. Além do líder cocaleiro, também se lançou à disputa a ex-presidenta do Senado pelo MAS durante a presidência interina de Jeanine Áñez, Eva Copa. Atualmente prefeita da importante cidade de El Alto, Copa tivera sua pré-candidatura à prefeitura alteña vetada por Morales em 2021, mas venceu com 67% dos votos válidos com a sigla regional Jallalla e recentemente fundou o partido Movimento de Regeneração Nacional (MORENA) pelo qual concorrerá à presidência.

Pelo lado governista strictu sensu, o MAS chegou a lançar o presidente Luis Arce à reeleição, mas acossado desde o início por uma crise econômica que apenas se agravou ao longo de todo o seu governo e se reflete em índices de aprovação baixíssimos, este anunciou em 13 de maio que não concorreria. Em seu lugar, o partido indicou o atual ministro de Governo, Eduardo Del Castillo, mas a escolha vem sendo questionada por entidades de base do partido que alegam não terem sido devidamente consultadas¹². Morales, por sua parte, ao perder legalmente a sigla que por anos liderou buscou fundar uma nova agrupação, reveladoramente batizada de EVO Pueblo, mas sem tempo hábil para o devido registro eleitoral dependia de espaço em alguma sigla já habilitada. Contudo, os partidos Frente Para Vitória (FPV) e Partido de Ação Nacional Boliviano (PAN-BOL), que se especulava poderiam lançá-lo, tiveram suas legendas canceladas pelo TSE boliviano e o ex-presidente não conseguiu o registro eleitoral de sua candidatura¹³. Desde então, vem denunciando o que qualifica como perseguição política e convocou seus seguidores a bloqueios de estrada que paralisaram partes do país durante 15 dias até serem suspensos após resultarem em pelo menos quatro mortos na histórica cidade mineira de Llallagua durante confrontos em 12 de junho.

Pelo lado das oposições, embora mais uma vez tenham sido incapazes, apesar dos esforços, de apresentar uma candidatura unificada, fragmentando-se mais uma vez em várias candidaturas neste que tradicionalmente foi um de seus maiores calcanhares-de-aquiles na disputa com o MAS (Cunha Filho, 2018a), desta vez o cenário político é radicalmente diferente e parece mais favorável a uma vitória de algum candidato proveniente desse campo. Embora haja sete candidatos registrados que poderiam ser aqui agrupados, desde virtuais desconhecidos como Pavel Aracena (Liberdade e Progresso) e Jaime Dunn (Nova Geração Patriótica) a líderes regionais como o ex-prefeito de Tarija, Rodrigo Paz (Partido Democrata Cristão), e o atual prefeito de Santa Cruz de la Sierra, Jhonny Fernandez (Força do Povo), as maiores chances segundo as primeiras pesquisas parecem se concentrar no ex-presidente Jorge “Tuto” Quiroga (Liberdade e Democracia), que concorrera contra Morales em 2005; Manfred Reyes Villa (Autonomia para Bolivia), atual prefeito de Cochabamba e ex-candidato presidencial em 2002 e 2009; e no empresário Samuel Doria Medina (Unidade), ex-candidato presidencial em 2005 e 2014.

10 O MTS foi fundado pelo intelectual aymara e ex-ministro da Educação no primeiro governo de Evo Morales, Félix Patzi, em 2010, inicialmente com o nome Instrumento para a Mudança (IPC, na sigla em espanhol) pelo qual se elegeu governador de La Paz em 2015. Já como MTS, participou das eleições presidenciais de 2019 com Patzi como candidato obtendo 1,25% dos votos válidos à presidência, mas não lançou candidatos em 2020. Nas eleições subnacionais de 2021, no entanto, recebeu vários dissidentes do MAS vetados como candidatos por Morales e que terminaram se elegendo sob esta legenda, como Régis Richter e Alejandro Unzueta eleitos governadores de Pando e Beni respectivamente, além de dez prefeitos em todo o país (ver Cunha Filho, 2023b).

11 Ver, por exemplo, matéria de Atahuichi (2025) no diário La Razón de 23 de junho de 2025. Disponível em <https://larazon.bo/nacional/2025/06/23/evo-ataca-a-andronico-y-lo-vincula-con-el-imperio-y-camacho/>. Acesso em 24/06/2025.

12 Ver Góngora (2025) em La Razón de 24 de junho de 2024. Disponível em: <https://larazon.bo/nacional/2025/06/24/csutcb-pedira-explicacion-al-pacto-de-unidad-sobre-candidatura-de-del-castillo/>. Acesso em 27/06/2025.

13 Os dois partidos foram inabilitados por não terem atingido o mínimo de 3% dos votos nas eleições de 2020 exigido por lei para manutenção das siglas. O FPV havia concorrido com o autointitulado “Bolsonaro boliviano”, o pastor de origem coreana Chi Hyung Chung e obtido 1,55% dos votos válidos, enquanto o PAN-BOL concorrera com Feliciano Mamani, obtendo 0,52% dos votos válidos.

Segundo a pesquisa eleitoral divulgada em 18 de junho pelo jornal El Deber¹⁴, Samuel Doria Medina lideraria a disputa com 24,02% de intenções de voto, seguido por Tuto Quiroga com 22,07% e Andrónico Rodríguez com 14,69%. Manfred Reyes Villa teria 9,39%, Rodrigo Paz 5,56% e Jhonny Fernandez 2,56% de intenções de voto. O MAS com Eduardo Del Castillo teria apenas 1,69% e Eva Copa 1,41% de intenções de voto, enquanto os demais não chegariam nem a 1%. O cenário altamente fragmentado indica como muito provável a realização de um inédito segundo turno presidencial no país, e se as eleições fossem hoje nenhum dos três candidatos provenientes em algum momento do MAS estariam nele. Obviamente este não é um panorama definitivo e deverá sofrer alterações ao longo da campanha até o dia da votação, mas chama atenção a vertiginosa queda eleitoral do MAS, que mesmo somando as intenções de voto de Andrónico, Eva Copa e Del Castillo sequer alcançaria a votação obtida pelo partido em sua primeira candidatura presidencial em 2002, na qual terminou em segundo lugar com 20,94% dos votos.

Além disso, um elemento que tem sido pouco comentado é o sistema eleitoral boliviano que atrela os votos nas listas proporcionais para o Legislativo à votação presidencial. A Câmara de Deputados boliviana elege 63 deputados(as) em distritos eleitorais uninominais com votação majoritária e escolhidos em voto próprio, mas os demais 67 deputados e todos os 36 senadores são eleitos em lista fechada proporcional atrelada, em cada departamento, ao voto no(a) candidato(a) à presidência escolhido. Assim, embora a ausência de pesquisas eleitorais representativas por departamento impossibilite projetar com exatidão os tamanhos das futuras bancadas legislativas a partir dos números desta pesquisa, já é possível inferir que o próximo parlamento boliviano será sem dúvidas muito mais fragmentado do que os últimos. Certamente não haverá mais nenhum partido dominante como vinha sendo o MAS, que contou com maioria qualificada de 2/3 entre 2009-2019 e maioria absoluta simples nesta última legislatura (2020-2025), até se fracionar pela disputa interna e ver uma ala significativa passar a fazer oposição sistemática ao próprio governo. Além disso, o fraco desempenho do candidato oficialmente do MAS, Eduardo Del Castillo, caso não se recupere resultaria num encolhimento radical de suas bancadas outrora hegemônicas na Bolívia, com provável exclusão completa no Senado e forte redução na Câmara, talvez matizada em algo pelos deputados uninominais, caso consiga apresentar candidatos localmente fortes em seus distritos. O maior e em muitos sentidos único partido com laços sociais efetivos e verdadeiramente nacional da Bolívia nas últimas duas décadas (Anria, 2021; Cunha Filho, 2018a; García Yapur et al., 2015) corre o sério risco de literalmente desaparecer caso não atinja a cláusula de barreira vigente de 3% dos votos nacionais, demolido por disputas internas de liderança e o personalismo exacerbado de Evo Morales.

Isso evoca mais uma vez paralelos já traçados de semelhanças entre o MAS em seu 'Proceso de Cambio' e o MNR no pós-Revolução Nacional de 1952 (Nicolas; Quisbert Condori, 2014) que poderiam estar se repetindo em seu possível declínio. A queda de Paz Estenssoro no golpe militar encabeçado por seu vice, general René Barrientos, é amplamente atribuída na historiografia (por exemplo, Dunkerley, 1984; Fields, 2016; Malloy, 1970) às disputas internas por liderança e rachas pela ruptura de acordos de rotação entre os líderes históricos na presidência com a inédita reeleição de Paz Estenssoro meses antes de sua queda. Hoje, o MAS se vê diante da possibilidade concreta de uma ampla derrota frente a uma crise política que se inicia com a insistência de Morales em buscar um quarto mandato mesmo após a derrota da emenda constitucional que o habilitaria, passa por importantes derrotas nas eleições subnacionais de 2021 provocadas pela imposição pelo então ainda presidente do partido de candidatos mais ao seu gosto por sobre indicados pelas bases sociais partidárias (Cunha Filho, 2023c) e se consuma com a fratricida nova insistência do ex-presidente em ser o único candidato natural do partido, ainda que à custa da implosão do mesmo. É

¹⁴ Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/samuel-y-tuto-lideran-la-intencion-de-voto-en-la-primera-encuesta-nacional-de-el-deber-519231/>. Acesso em 25/06/2025.

claro que, tal como o MNR, caso supere a cláusula de barreira o MAS também poderia eventualmente se reciclar e seguir sendo um ator relevante no sistema político boliviano por algum tempo, ainda que com muito menos força e num cenário mais fragmentado. Mas tal como a política boliviana vem operando, também é plausível que um eventual bom resultado de Andrónico Rodríguez poderia eclipsá-lo. Competindo num partido já razoavelmente estruturado e com uma orientação política de fortes tons indianistas em muito semelhante à do MAS, ainda que não vença a presidência, se conseguir formar uma bancada legislativa numerosa Andrónico poderia atrair como um ímã as bases sociais ainda alinhadas com a sigla oficialista, desidratando-a ainda mais.

Por último, e ainda de certa forma também evocando paralelos com o MNR pós-revolucionário, é de se indagar o que acontecerá com a institucionalidade do Estado Plurinacional inaugurado com a Constituição de 2009 (Cunha Filho, 2018b). Embora em tese a forma do Estado não devesse inicialmente estar em questão por uma eventual mudança de governo, o exemplo recente de Jeanine Áñez – cujo governo interino operou inicialmente uma virada de 180 graus em tantas políticas quanto pôde, e ficou marcado pelo ultraje que promoveu a símbolos indígenas incorporados à institucionalidade estatal como a bandeira wiphala – sugere que a possibilidade de ameaça não deva ser de antemão descartada. Entretanto, a provável maior fragmentação política prevista para essas eleições também sugere dificuldades para a aprovação de reformas constitucionais de qualquer tipo, que na Bolívia além de exigir maioria parlamentar qualificada necessitam de ratificação obrigatória em referendo popular posterior. Além disso, o próprio exemplo de Áñez também mostra como, naquela conjuntura, os ultrajes simbólicos ao Estado Plurinacional e certos discursos de ministros percebidos como racistas propiciaram justamente o catalisador para a reorganização política do MAS num momento em que suas principais lideranças se encontravam exiladas. Portanto, assim como o “Estado de 52” em muitos sentidos persistiu à queda do MNR por mais cerca de vinte anos (Antezana, 1983), é possível que o Estado Plurinacional possa também sobreviver à eventual queda do MAS ainda que enfrentando condições muito diferentes daquelas em que vem operando na última década e meia. Resta saber em que medida o novo quadro político que sairá das urnas permitirá a superação da evidente crise por que passa a Bolívia atualmente ou se, pelo contrário, a agravará devolvendo o país a uma “história sem fim” (Guimarães; Domingues; Maneiro, 2009) que até pouco parecia finalmente ter sido superada.

Referências bibliográficas

ANRIA, Santiago. Bolivia's Movement toward Socialism: A Political Party Based on and Anchored in Social Movements. In: LUNA, Juan Pablo et al. (Orgs.). *Diminished Parties: Democratic Representation in Contemporary Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 70–92.

ANTEZANA, Luis H. Sistema y Proceso Ideológicos en Bolivia, (1935-1979). In: ZAVALATA MERCADO, René (Org.). *Bolívia Hoy*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1983. p. 60–84.

ATAHUICHI, Ruben. Evo ataca a Andrónico y lo vincula con el ‘imperio’ y Camacho. *La Razón*, 23 jun. 2025.

CUNHA FILHO, Clayton M. 2008, o ano da virada de Evo Morales? *Observador On-line*, v. 3, n. 12, p. 2–17, dez. 2008.

CUNHA FILHO, Clayton M. O novo mapa político boliviano: uma interpretação a partir dos últimos resultados eleitorais. *Observador On-line*, v. 5, n. 6, p. 1–16, 2010.

CUNHA FILHO, Clayton M. Dilemmas of Contemporary Political Representation in Bolivia: Social Movements, Party, and State in Plurinational Times. In: ALBALA, Adrián (Org.). *Civil society and political representation in Latin America (2010-2015): towards a*

divorce between social movements and political parties? New York, NY: Springer, 2018a. p. 131–147.

CUNHA FILHO, Clayton M. Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia. Curitiba: Appris, 2018b.

CUNHA FILHO, Clayton M. A disputa de liderança no MAS e as perspectivas políticas na Bolívia rumo a 2025. Boletim OPSA, n. 1, p. 28–33, 2023a.

CUNHA FILHO, Clayton M. Bolivia and the Second Stage of Indigenous Emergence in Latin America: Advances and Challenges. In: ALBALA, Adrián; NATAL, Alejandro (Orgs.). Indigenous Political Representation in Latin America. Cham: Springer, 2023b. p. 23–50.

CUNHA FILHO, Clayton M. Què ocorre a Bolívia? De les eleccions fallides del 2019 al retorn triomfal del MAS el 2020 i més enllà. Debats. Revista de cultura, poder i societat, v. 137, n. 2, p. 41–56, 17 nov. 2023c.

DUNKERLEY, James. Rebellion in the Veins: Political Struggle in Bolivia, 1952-82. London: Verso, 1984.

FIELDS, Thomas C. Minas, balas y gringos: Bolivia y la alianza para el Progreso en la era Kennedy. La Paz: CIS, 2016.

GARCÍA YAPUR, Fernando et al. “No somos del MAS, el MAS es nuestro”: historias de vida y conversaciones con campesinos indígenas de Bolivia. La Paz, Bolivia: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2015.

GONGORA, Boris. CSUTCB pedirá explicación al Pacto de Unidad sobre candidatura de Del Castillo. La Razón, 25 jun. 2025. Disponible em: <<https://larazon.bo/nacional/2025/06/24/csutcb-pedira-explicacion-al-pacto-de-unidad-sobre-candidatura-de-del-castillo/>>. Acceso em: 27 jun. 2025

GUIMARÃES, César; DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. Bolívia - A História Sem Fim. In: DOMINGUES, José Maurício et al. (Orgs.). A Bolívia no espelho do futuro. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: EDUFMG ; IUPERJ, 2009. p. 13–26.

MALLOY, James M. Bolivia: the Uncompleted Revolution. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1970.

MOLINA, Fernando. El MAS en el centro de la política boliviana. In: GARCÍA ORELLANA, Luis Alberto; GARCÍA YAPUR, Fernando (Orgs.). Mutaciones del Campo Político en Bolivia. La Paz: PNUD-Bolivia, 2010. p. 241–301.

MOLINA, Fernando. La autodestrucción del MAS boliviano. Nueva Sociedad, n. 316, p. 4–11, 2025.

NICOLAS, Vincent; QUISBERT CONDORI, Pablo. Pachakuti: el retorno de la nación: estudio comparativo del imaginario de nación de la Revolución Nacional y del Estado Plurinacional. Sucre: PIEB Programa de Investigación Estratégica en Bolivia, 2014.

STEFANONI, Pablo. La «ch’ampa guerra» del MAS boliviano. Nueva Sociedad, n. Edición Web, dez. 2023.

STEFANONI, Pablo. ¿Podrá Andrónico Rodríguez salvar a la izquierda boliviana? Nueva Sociedad, n. Edición Web, maio 2025.

WELP, Yanina; LISSIDINI, Alicia. Democracia directa, poder y contrapoder: Análisis del referendo del 21 de febrero de 2016 en Bolivia. Bolivian Studies Journal/Revista de Estudios Bolivianos, v. 22, p. 162–190, 2016.

WOLFF, Jonas. The Turbulent End of an Era in Bolivia: Contested Elections, the Ouster of Evo Morales, and the Beginning of a Transition Towards an Uncertain Future. Revista de Ciencia Política, 28 ago. 2020.



Monitor Eleitoral

Eleições nacionais de 2025 no Suriname: análise dos resultados a partir de uma breve introdução à história política do país

Guilherme Fritz¹⁵
Pesquisador OPISA

1 Introdução

No dia 25 de maio de 2025, o Suriname realizou eleições para sua Assembleia Nacional, composta por 51 cadeiras. Seus membros são responsáveis pela escolha do Presidente da República — o que caracteriza um modelo de eleição indireta. Este artigo tem como objetivo analisar os resultados dessas eleições, que culminaram na indicação de Jennifer Geerlings-Simons à presidência do país, pela primeira vez ocupada por uma mulher. Busca-se caracterizar o funcionamento do processo eleitoral em si, assim como esboçar uma análise da conjuntura política do país, dialogando com as dimensões regional e extrarregional da sua vizinhança. Para uma compreensão um pouco mais profunda sobre o processo eleitoral, faz-se também um pequeno mergulho na história do país, a fim de viabilizar uma interpretação crítica dos resultados.

Para realizar essa apreensão histórica, utiliza-se uma combinação teórica que será expressa na própria estrutura do texto. Por um lado, as temporalidades de Fernand Braudel (1984) servem de inspiração para uma base analítica que comunga a sobreposição de períodos. Nesse sentido, o tempo da geografia (longa duração), o tempo social (média duração) e o tempo dos acontecimentos (curta duração) foram fatores estruturantes para a análise. Por outro lado, além de Braudel, também foram utilizadas contribuições de Ilya Prigogine (2009) e Immanuel Wallerstein (2004), seja para demarcar “acontecimentos” e bifurcações, nos termos de Prigogine, seja para delinear a inserção do Suriname no sistema-mundo moderno, conforme Wallerstein.

Para retratar dinamicamente o resultado eleitoral e suas implicações, adotamos uma divisão do artigo nas seguintes seções, para além desta introdução: 1) marco teórico, 2) considerações preliminares sobre o Suriname; 3) uma breve introdução à história do Suriname; 4) o sistema eleitoral no Suriname; 5) os resultados das eleições de 2025; 6) uma análise crítica dos resultados; e 7) conclusão. Cada seção foi dividida em subseções, a fim de facilitar a apresentação e a compreensão de cada tema.

2 Marco teórico: temporalidades e análises de conjuntura

Para uma melhor compreensão crítica do tempo presente, é necessário considerar elementos do passado que continuam a ressoar em novas conjunturas. É a partir dessa consideração que se tornam pertinentes as perspectivas temporais de Braudel (1984). Em suma, o autor entende que elementos oriundos de distintas camadas temporais do passado atuam de forma combinada na constituição de acontecimentos presentes: o tempo da geografia, o da formação social (incluindo a economia) e o dos acontecimentos. Entretanto, dado que as temporalidades de Braudel (1984) não possuem uma delimitação rígida, as contribuições de outros autores podem complementar exercícios de classificação histórica.

Partimos da interpretação de que eleições seriam um tipo de “acontecimento” e, portanto,

¹⁵ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/IE - UFRJ).

um evento da curta duração. Contudo, isso não representa uma secção em relação a elementos históricos, inclusive de caráter estrutural. A importância dos elementos da geografia (longa duração) para o Suriname será evidenciada mais adiante. No que toca a média duração, ligada à formação social e à economia, assumimos que ela está conectada à inserção que o Suriname teve no sistema colonial configurado através da expansão e da consolidação do sistema-mundo moderno, nos termos de Wallerstein (2004), adepto das concepções braudelianas para qualificar as relações internacionais. A preferência por essa perspectiva se deve à concordância com esse autor de que, desde o século XVI, o sistema-mundo já é capitalista, de forma que a experiência colonial surinamesa é, desde cedo, a expressão do capitalismo na periferia.

Por sua vez, Prigogine (2009) considera que a linha temporal de média duração possui momentos-chave que servem para diferenciar o passado — pontos de bifurcação marcados por “acontecimentos”, sem valoração de cunho positivo ou negativo. Podemos estipular como exemplos, no caso do Suriname, o início da ocupação europeia, o processo de independência (1975) e o golpe militar (1980), pois são acontecimentos que representam marcos históricos, cuja influência ultrapassa o tempo imediato em que ocorreram. Funcionam, assim, como marcadores para orientar análises de conjuntura. O tipo de economia desenvolvida no período colonial e formação cultural heterogênea iniciada naquele tempo continuam influenciando as dinâmicas sociais do Suriname, inclusive eleições políticas, por exemplo.

3 Considerações preliminares sobre o Suriname

O Suriname é um país sul-americano que foi colônia britânica e holandesa, tornando-se independente em 1975. Sua dimensão territorial¹⁶ é de 163.820 km², tendo uma área florestal¹⁷ de aproximadamente 94% do total. Em termos de percentual territorial, é o país “mais amazônico”. Além disso, segundo publicação do Algemeen Bureau voor de Statistiek in Suriname (Escritório Geral de Estatística do Suriname, tradução nossa)¹⁸, o país possui cerca de 616.500 habitantes¹⁹. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de US\$ 3,4 bilhões e o PIB per capita é de US\$ 5.450²⁰. O território é dividido em dez distritos, conforme o mapa 1: Brokopondo (1), Commewijne (2), Coronie (3), Marowijne (4), Nickerie (5), Para (6), Paramaribo — capital — (7), Saramacca (8), Sipaliwini (9) e Wanica (10). A maior parte da população está concentrada em Paramaribo – cerca de 240.700 pessoas (44,5% da população total) – e 504.573 pessoas (93,2% da população total) habitam a região costeira do país. Cerca de 66% da população residem em área urbana, enquanto 34% residem em área rural²¹.

16 O Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirma que a extensão do território é de 163.820 km². O site da Encyclopedia Britannica utiliza o mesmo número. Já o Banco Mundial atesta a dimensão de 160.507,6 Km². Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-suriname> ; <https://www.britannica.com/facts/Suriname>; <https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.TOTL.K2?end=2022&locations=SR&start=1961&view=chart>.

17 O Banco Mundial estima o percentual de 94,5% em 2024 e o site Global Forest Watch de 94% em 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.FRST.ZS?locations=SR> ; <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/SUR/>.

18 Refere-se a um número oficial divulgado em 2023, mas referente a 2021. Disponível em: https://statistics-suriname.org/wp-content/uploads/2023/03/DEMOGRAFISCHE-DATA_DEMOGRAPHIC-DATA-2018-2021-februari-2023-1.pdf/.

19 Algumas fontes possuem outras estimativas da população do Suriname. O site da Encyclopædia Britannica apresenta que, em 2025, a população do país seria de aproximadamente de 651.700 pessoas. Além disso, projeta que, em 2030, a população será de 622.000 pessoas. Disponível em: <https://www.britannica.com/facts/Suriname>. O Banco Mundial disponibiliza uma série que vai de 1960 até 2024, contabilizando 634.431 pessoas em 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=SR>.

20 Veja a comparação entre o PIB e o PIB per capita dos países da América do Sul. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2024&locations=SR-AR-BO-BR-CL-CO-EC-GY-PY-PE-UY-VE&start=2024&view=bar> ; <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?end=2024&locations=SR-AR-BO-BR-CL-CO-EC-GY-PY-PE-UY&start=2024&view=bar>.

21 O Suriname divide seus distritos entre as seguintes categorias: Urbano (1), Rural (2) e Interior (3). Portanto: (1) Paramaribo e Wanica; (2) Nickerie, Para, Coronie, Saramacca e Commewijne; (3) Brokopondo, Marowijne e

O país possui uma enorme diversidade étnica e cultural, características provenientes da dinâmica de formação do Estado surinamês. A composição étnica do Suriname possui as seguintes categorias: indo-paquistaneses (27,4%), marrons²² (21,7%), afro-surinameses (15,7%), javaneses (13,7%), mestiços (13,3%) e outros²³ (8,2%). As religiões com mais adeptos são: cristianismo — católicos e protestantes — (48,4%), hinduísmo (22,3%) e islamismo (13,9%). Os 15,4% restantes são divididos entre ateus e outras religiões. Segundo Hoeffte (2014), cerca de 19 línguas são faladas no Suriname, sendo o holandês a língua principal.

Mapa 1 – Divisão distrital do Suriname



Fonte: Suriname Maps & Facts - World Atlas com incrementos do autor.

Sipaliwini. Segundo a publicação dos Dados Demográficos (2018-2021) realizada pelo Escritório Geral de Estatística do Suriname, o percentual de população em áreas urbanas é de 66%; em áreas rurais, de 20%; e no interior, de 14%. Todos os percentuais são aproximações. Disponível em: https://statistics-suriname.org/wp-content/uploads/2023/03/DEMOGRAFISCHE-DATA_DEMOGRAPHIC-DATA-2018-2021-februari-2023-1.pdf.

²² “Descendants of runaway slaves, living in the interior” (“Descendentes de ex-escravizados que fugiram para o interior” — tradução nossa). Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Suriname/People>.

²³ Como “outros”, podemos assumir: povos originários (Carib, Arawak, Trio, Wayana-Aparai, Warao, Wayarekule, Tucayana e Akurio), descendentes de chineses, libaneses, portugueses, holandeses, brasileiros e os “novos chineses”, que são distinguidos dos descendentes de chineses que chegaram ao país no século XIX. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Suriname/People>.

4 Uma breve introdução à história do Suriname

4.1 Um esboço do passado colonial

O primeiro contato entre os povos originários²⁴ do território que viria ser o Suriname e os europeus ocorreu durante o período das navegações atlânticas iniciadas pelos Estados ibéricos. Os espanhóis²⁵ foram os primeiros a chegar ainda no final do século XV, mas, posteriormente, franceses, ingleses e holandeses também ocuparam o espaço. Em 1650, o governador da colônia inglesa de Barbados, Francis Willoughby, desembarcou na costa do Suriname com alguns agricultores e escravizados, dando início à colonização inglesa do espaço. Foi sob a ocupação inglesa que a economia de plantation teve início (ZUNDER, 2011). Em 1667, o Suriname tornou-se território holandês após ser trocado pela colônia de Nova Amsterdã²⁶, que era uma colônia holandesa na América do Norte. A troca foi um dos termos firmados pelo Tratado de Breda, que, por sua vez, foi produto da Segunda Guerra Anglo-Holandesa²⁷ (HOEFTE, 2014).

O território do Suriname somava-se às empreitadas do capitalismo holandês, representado pela burguesia comercial e financeira em associação aos colonos proprietários de terras. A estrutura econômica seguiu baseada em plantations voltadas para a produção de açúcar, café e cacau e orientadas ao fornecimento do mercado holandês, às demais colônias holandesas e a outros países europeus. A mão de obra era formada por pessoas escravizadas vindas do continente africano, modelo dominante até 1863, ano da abolição da escravidão na colônia (ZUNDER, 2011).

Diante da pressão britânica crescente pela abolição do tráfico no século XIX, o governo colonial adotou uma política de importação de mão de obra e, antes mesmo do fim do regime escravista, trabalhadores chineses já vinham sendo importados para o Suriname, pelo menos desde 1853. Em 1873, imigrantes indianos desembarcaram no Suriname e, em 1882, foi a vez dos trabalhadores javaneses. O período de imigração asiática durou até o início da Segunda Guerra Mundial²⁸, quando o sistema de plantation chegou ao fim (ZUNDER, 2011).

Essas políticas de povoamento forjaram a sociedade extremamente heterogênea, cujas diferenças foram acentuadas pela disputa por postos de trabalho. Essa dinâmica continuou sendo relevante no processo de formação do Suriname, de forma que viria a refletir a gênese e a composição dos próprios partidos políticos. Porém, é preciso levar em conta que a complexidade social no Suriname carrega nuances que não resumem a política unicamente às diferenças étnicas.

As relações étnicas mudaram durante e após a Segunda Guerra Mundial, quando as separações geográficas e sociais se tornaram mais flexíveis, à medida que novas oportunidades econômicas se apresentavam para todos os grupos populacionais. No entanto, a etnicidade continuou a ocupar um lugar central no país, especialmente quando a formação dos partidos políticos passou a enfatizar a pertença étnica e a lealdade. A etnicidade, e não a ideologia, era a base da política institucional. Os partidos foram

24 Segundo Armand Zunder (2011), as primeiras ocupações de Homo sapiens no Suriname datam de 7.000 anos atrás.

25 “Quando os expansionistas espanhóis redescobriram o Suriname no final do século XV, encontraram os povos indígenas como os habitantes originais do território. Os espanhóis chamaram a região de “Costa Selvagem”. Naquela época, a população indígena era de aproximadamente 70.000 pessoas. Os expansionistas espanhóis tomaram as terras dos povos indígenas e, posteriormente, os escravizaram.” (Zunder, p.151, 2011, tradução nossa)

26 O território passou a fazer parte das Treze Colônias britânicas e, posteriormente, foi convertido nos estados americanos de Nova York, Nova Jersey, Massachusetts, Connecticut e Delaware.

27 Grã-Bretanha e Países Baixos travaram uma série de guerras nos séculos XVII e XVIII e a Segunda Guerra Anglo-Holandesa ocorreu entre 1665 e 1667. A contextualização do conflito se dá pelo tabuleiro de guerras constantes na Europa, que também manifestava-se na disputa do comércio marítimo entre os dois Estados.

28 O fim desse período de ondas migratórias não significa que as imigrações cessaram completamente, o que terminou foi a sequência de políticas de Estado com o objetivo de inflar o mercado de trabalho.

formados em torno de personalidades autoritárias com grande apelo popular dentro de seu próprio grupo étnico (HOEFTE, 2014, p.11).

A Segunda Guerra Mundial também impactou a realidade do Suriname. Após a invasão dos Países Baixos pela Alemanha, o governo colonial no Suriname determinou um estado de sítio no país. O ambiente político interno refletia os acontecimentos internacionais e, com isso, as pressões pelo fim do estado colonial. Foi nesse contexto que, em 1943, surgiu a Unie Suriname (União Suriname, tradução nossa), uma organização que seria responsável pelo início do processo de independência. Sobre as origens da União Suriname, duas versões são apresentadas pela literatura consultada: (1) a primeira é que uma comissão pró-independência teria sido formada pelo próprio governo colonial (CAVLAK, 2016; KRISHNADATH, 2002); (2) a segunda afirma que a organização por um Suriname livre emergiu no seio da sociedade (FERRIER, 1995). Não cabe aqui o destrinchamento da historiografia do período para apontar com precisão qual narrativa é a mais próxima da verdade. Mais fundamental é compreender que, nesse período, uma série de forças políticas emergiram das contradições da sociedade do Suriname, proporcionando o contexto de criação dos partidos políticos do país.

Cada versão sugere caminhos diferentes para uma mesma tendência da conjuntura política que se desdobrou na década de 1940. Os diferentes grupos étnicos e religiosos na sociedade surinamesa não aceitaram a identificação “universal” da União Suriname, de forma que diferentes grupos fundaram partidos políticos baseados em características dos grupos étnicos e culturais que compunham o país. A divergência das versões é em relação ao “motor fundamental” da segmentação representativa. No caso da versão (1), o principal motivo seria a falta de representatividade da União Suriname, supostamente formada por uma maioria afro-surinamesa. A versão (2) aponta que o próprio governo colonial teria impulsionado — e não criado — e articulado a segmentação através de difamações a respeito da União Suriname (CAVLAK, 2016; KRISHNADATH, 2002; FERRIER, 1995). A despeito das diferentes versões, o que importa, novamente, é apreender o cenário da gênese dos partidos.

O primeiro partido político a ser fundado foi o Moeslim Partjd²⁹, em 1946³⁰. Entre 1946 e 1949, uma série de outros partidos foram criados a partir de bases étnicas e religiosas: o Protestant Nationale Partij Suriname³¹ (NPS), o Roman Catholic Progressieve Surinaamse Volkspartij³² (PSV), o Verenigde Hindostaanse Partij³³ (VHP) e o Kaum Tani Persatuan Indonesia³⁴ (KTPI). O VHP mudou de nome em 1966 para Vatan Hitkari Partij, Partij ter bevordering van het Nationaal Welzijn (mantendo a sigla VHP)³⁵. Outros partidos surgiram posteriormente a partir de cisões das organizações já existentes, como foi o caso do Surinaamse Democratische Partij (SDP), que, em 1955, surgiu da cisão entre os grupos afro-surinameses (CAVLAK, 2016; CHICKRIE, 2008; KRISHNADATH, 2002; FERRIER, 1995; VAN LIER, 2005). O NPS e o VHP foram os partidos que mais se destacaram nas eleições seguintes.

Até o final da década de 1970, esses partidos dominaram a cena política — seja elegendo seus candidatos, seja participando dos governos então no poder — no Suriname. Pesquisas realizadas ao longo dos últimos 14 anos no país indicam que, com poucas exceções, pertencer a um determinado grupo étnico ainda é o fator mais importante para apoiar um partido político. Rótulos como esquerda e direita, diferenças ideológicas e similares, ao longo da história dos nossos partidos políticos, são dificilmente aplicáveis

29 “Partido Muçulmano”, tradução nossa.

30 Segundo Chickrie (2008), o partido teria sido fundado em 1942.

31 “Partido Nacional do Suriname” (tradução nossa), baseado no movimento protestante e formado majoritariamente por afro-surinameses.

32 “Partido Popular Progressista do Suriname” (tradução nossa), baseado no catolicismo e composto principalmente por afro-surinameses”.

33 “Partido Hindustani Unido” (tradução nossa), formado principalmente por descendentes de indianos”.

34 “União dos Camponeses Indonésios” (tradução nossa), formado principalmente pelos descendentes de javanenses.

35 “Partido para a Promoção do Bem-Estar Nacional”, (tradução nossa).



aos partidos surinameses (KRISHNADATH, 2002).

Atendência étnica e religiosa implicava em segmentações sociais baseadas principalmente nesses aspectos, o que concretamente significa que os grupos no poder tendiam a favorecer o próprio grupo, fortalecendo uma divisão racial. Porém, frisemos, seria falso afirmar que esta era a única forma da luta política no Suriname. Com a legalização dos sindicatos na década de 1940, uma outra tendência foi estabelecida. Se os partidos representavam a segmentação étnica e religiosa, os sindicatos buscavam uma maior articulação social por mediação das condições e relações de classe. Alguns partidos buscaram desassociar, ou pelo menos reduzir, a identificação étnica como a principal bandeira partidária, como feito pelo VHP. Além de ter mudado de nome em 1966, conforme mencionado acima, posteriormente optou por mais um batismo, passando a se chamar *Vooruitstrvende Hervormde Partij*³⁶ (CAVLAK, 2016; VAN LIER, 2005).

Após as duas Guerras Mundiais, o advento do contexto de Guerra Fria e o processo de independência nos anos 1970, outras forças políticas surgiram e em seu cerne não residia, necessariamente, o imperativo étnico, mas sim aspectos nacionalistas e de classe, por exemplo. Esse é o caso do *Nationale Democratische Partij*³⁷ (NDP), que foi fundado em 1987 por Desiré Delano Bouterse. A dinâmica étnica precisa ser contextualizada historicamente, portanto, para melhor entender as forças políticas da realidade surinamesa. Ruben Gowricharn (2018) demonstrou o declínio do voto de caráter étnico no Suriname. O autor demonstra que nas eleições de 2010, por exemplo, os surinameses de ascendência indiana e javanesa votaram sobretudo no NDP e não nos partidos que supostamente os representariam, como o VHP.

4.2 O período da independência

Durante a década de 1970, muitas colônias europeias tornaram-se independentes, algumas por meio da luta e outras por meio de negociações entre a elite política local e os representantes das metrópoles, como foi o caso do Suriname. As reuniões entre representantes da colônia e da metrópole iniciaram em 1974, aumentando de intensidade em 1975. O fato é que os holandeses já não estavam mais dispostos a arcar com os custos políticos e econômicos da colônia, portanto, em outubro de 1975, o parlamento holandês decidiu pela desassociação entre metrópole e colônia. O resultado não veio de um processo de lutas populares, revelando uma independência reduzida às forças institucionais e tuteladas pela decisão metropolitana (JANSSEN, 2011; CAVLAK, 2016).

O Suriname tornou-se independente oficialmente em 25 de novembro de 1975, porém isso não representou uma mudança tão significativa. A desconexão com o Caribe e a América do Sul ainda era evidente, e a Holanda continuava sendo a referência principal do novíssimo Estado. A representação política escancarou algumas continuidades do “espírito colonial”. Johan Ferrier, que era o governador colonial, tornou-se presidente, enquanto Henck Arron, que fora eleito como primeiro-ministro em 1973, continuou no cargo. Apesar das continuidades, o Suriname independente ingressou na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização dos Estados Americanos (OEA) e também no Movimento dos Países Não Alinhados (CAVLAK, 2016).

No que tange a economia, o Suriname manteve-se como um enclave capitalista de potências estrangeiras, de forma que a independência pouco fez quanto à inserção na divisão internacional do trabalho. Além de compor o quadro de exportadores de matérias-primas, tinha tais atividades controladas por empresas estrangeiras. A extração e o processamento de bauxita eram realizadas pela Suralco (estadunidense) e a Billiton (holandesa), a produção de bananas era monopolizada pela United Fruit Company (estadunidense), e a indústria da pesca e da extração de madeira estavam nas mãos da Surinam-American Industry (estadunidense) e da Bruynzeel

³⁶ “Partido da Reforma Progressista”, tradução nossa.

³⁷ “Partido Nacional Democrata”, tradução nossa.

(holandesa), respectivamente. A única empresa surinamesa era a Marienburg, que controlava a produção de açúcar e foi vendida, simbolicamente, por 1 florim ao Estado do Suriname em 1974 (CAVLAK, 2016).

O controle da economia por estrangeiros e as poucas oportunidades de desenvolvimento no interior da economia nacional criou descontentamento e, conseqüentemente, botou em xeque os benefícios concretos da independência, pelo menos nos termos concretos nos quais o processo fora realizado. Formalmente, o Suriname esbanjava autonomia, mas concretamente permanecia uma colônia. Esse cenário de contradições latentes ebulliu politicamente na forma de um golpe militar.

4.3 Golpe militar e redemocratização

Em 25 de fevereiro de 1980, Desiré Delano Bouterse, um jovem coronel de 28 anos, liderou um golpe e acabou conquistando o poder no Suriname. O “combate à corrupção” foi o principal argumento de legitimação do ato. As aspirações dos militares ecoavam a insatisfação com a pauperização econômica e social, reivindicando uma bandeira nacionalista. Porém, não havia um posicionamento claro quanto ao espectro político — pelo menos não inicialmente (CAVLAK, 2016).

Em 1981, em discurso na data de aniversário do golpe e na presença de delegados do Partido Comunista de Cuba, Bouterse autointitulou o governo como “revolucionário”. Essa atitude prontamente acendeu o alerta dos Estados Unidos e também dos holandeses, que prontamente congelaram empréstimos³⁸ acordados entre os dois países durante as tratativas de independência (CAVLAK, 2016).

A posição de Bouterse ficou mais nítida com o tempo, não apenas pela proximidade com Fidel Castro em Cuba, mas também pela aproximação com Maurice Bishop, um marxista conhecido e também primeiro-ministro de Granada. Contudo, parte da sociedade civil organizada pressionava pelo fim do regime militar e reivindicava eleições livres. A resposta do governo foi a repressão. Em 1982, cerca de 15 opositores de destaque, prováveis liderança em um contexto de democracia liberal, foram fuzilados sem julgamento prévio (CAVLAK, 2016).

O estado de coisas parecia estar em um rumo previsível em direção à consolidação do regime militar, cuja radicalização acompanhava a passagem do tempo. Mas tudo mudou após a invasão estadunidense a Granada no ano de 1983. A partir daí, Bouterse afastou-se dos cubanos e condenou a presença soviética no Afeganistão. A postura do então presidente revelava certo oportunismo, que pode ser interpretado a partir do contexto de fim da Guerra Fria, do posicionamento geográfico do Suriname na proximidade dos EUA e das limitações estruturais do país (CAVLAK, 2016).

Entre 1982 e 1992, conflitos internos eclodiram. A postura progressiva de enfraquecimento ideológico e a parca condição econômica criaram um cenário de conflito que obrigou o regime a restaurar a democracia em 1987. Algumas concessões foram feitas, como, por exemplo, a formalização de um partido político composto pelos membros do então regime militar, o NDP³⁹. Em 1986, Ronnie Brunswijk⁴⁰, que havia sido guarda-costas de Bouterse, liderou um grupo guerrilheiro conhecido como Jungle Commando que chegou a controlar parte do território leste do Suriname (JANSSEN, 2011). O conflito terminou em 1992 devido à mediação da OEA. Em 1991, Ronald Venetiaan foi eleito presidente devido ao sucesso de uma coalizão política formada entre o NPS, o VHP e o KTPI, restaurando-se assim o “cotidiano” de uma democracia formal (CAVLAK, 2016; DUARTE, 2016).

Ainda na década de 1990, o Suriname passou a ser associado ao tráfico internacional de

38 Durante a negociação de independência, o governo holandês se comprometeu a realizar um empréstimo de 3,5 bilhões de florins ao Suriname (CAVLAK, 2016).

39 Disponível em: <https://nos.nl/artikel/146502>.

40 Ronnie viria a ser vice-presidente do Suriname em 2020.

drogas⁴¹, funcionando como uma ponte direta a Europa via Países Baixos. Bouterse foi associado às ilicitudes e, em 1997, foi condenado pela justiça holandesa por narcotráfico internacional. Todavia, Bouterse conseguiu voltar à presidência em 2010 e novamente em 2015, tendo sido eleito democraticamente em ambas. Em 2012, conseguiu aprovar uma lei que o anistiava junto a outros participantes dos assassinatos de 1982. Jennifer Geerlings-Simons, atual presidenta do país, era a Presidenta da Assembleia Nacional do Suriname à época (CAVLAK, 2016; DUARTE, 2016). A lei foi posteriormente anulada pela Justiça, Bouterse foi condenado em 2019 e, em 2024, uma ordem de “busca e captura” foi emitida pela polícia do Suriname contra o ex-presidente⁴². Bouterse não foi preso e acabou falecendo em dezembro de 2024⁴³.

4.4 A descoberta de petróleo em 2019

Para além desses elementos de história política, outra variável importante para compreender a conjuntura do Suriname é a economia do petróleo, ligada à geografia física do país. Os primeiros indícios de reservas de petróleo no Suriname datam da década de 1920, quando perfurações costeiras foram realizadas por empresas como a GMD, a Shell e a Elf. Na década de 1960, hidrocarbonetos foram descobertos em Saramacca, porém não eram viáveis do ponto de vista comercial. Em 1980, durante o regime militar, o Estado do Suriname fundou a Staatsolie Maatschappij Suriname NV (Staatsolie – Companhia Estatal de Petróleo do Suriname NV, tradução nossa), que obteve direitos exclusivos sobre os hidrocarbonetos, tendo como único acionista o poder público. A empresa obteve sucesso na exploração de reservas próximas à costa, de forma que a primeira produção comercial ocorreu em 1982. Desde 1990, de acordo com o Artigo 5 da Lei do Petróleo, as empresas petrolíferas do Suriname podem aprovar a terceirização da atividade para outras empresas⁴⁴.

A despeito de uma história de mais de um século com hidrocarbonetos, foi em 2019 que grandes descobertas foram feitas. Empresas como a APA Corporation e a TotalEnergies (existem outras) descobriram vastas quantidades de petróleo. Um relatório publicado pela Rystad Energy, sediada na Noruega, afirmou que cerca de 2,2 bilhões de barris foram encontrados desde 2020. As primeiras exportações estão previstas para 2028, porém tal elemento possui efeito imediato na conjuntura política do país. Apesar das descobertas de 2019 não representarem um pioneirismo na história dos hidrocarbonetos no Suriname, a quantidade representa uma dimensão produtiva sem comparações na história do país, o que conseqüentemente sugere a entrada de fluxos financeiros consideráveis perante a realidade econômica do Suriname. Em outubro de 2024, a TotalEnergies anunciou investimentos de US\$ 10,5 bilhões no país, estimando produzir 200.000 barris por dia a partir de 2028⁴⁵.

5 O sistema eleitoral do Suriname

A forma de governo do Suriname é um presidencialismo-parlamentar. O país possui um sistema eleitoral definido pelas diretrizes da Constituição de 1987 e regulamentado por sua lei eleitoral. No entanto, em 2022, uma decisão do Tribunal Constitucional do Suriname abriu

41 Ver: “Drug Traffic Shifting to Suriname: isolation facilitates shipment of cocaine”, escrito por Douglas Farah (1991). Disponível em : <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1991/11/04/drug-traffic-shifting-to-suriname/3b7eb0e9-bb54-40ce-9235-6f5a89efa0dcc>.

42 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/policia-emite-ordem-de-busca-e-captura-contr-ex-presidente-do-suriname/>.

43 Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/12/25/desi-bouterse-surinames-fugitive-former-president-dies-at-79>.

44 Disponível em: <https://eitipuriname.gov.sr/en/about-suriname/history-of-hydrocarbon-industry/>.

45 Disponível em: <https://oilnow.gy/news/suriname-among-top-oil-frontiers-2-2-billion-boe-secured-since-2020-norway-firm/> ; <https://theenergyyear.com/articles/suriname-a-rising-star-in-oil-and-gas/> ; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/10/01/totalenergies-anuncia-investimentos-de-us-105-bi-no-suriname.htm>.

precedentes para que a Assembleia Nacional aprovasse mudanças para as eleições de 2025. As subseções a seguir caracterizaram o sistema antes e depois da reforma.

5.1. O sistema eleitoral pré-reforma

O Suriname possui um modelo de governança formado por um parlamento unicameral com 51 assentos. O presidente e o vice-presidente são escolhidos pelos parlamentares eleitos. A Lei Eleitoral foi publicada no Diário Oficial da República do Suriname no dia 23 de outubro de 1987. O texto determina que a lei seja publicada com as alterações realizadas desde sua primeira proposição em 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO SURINAME, TENDO EM VISTA o Decreto Estadual de 14 de maio de 1986 relativo ao estabelecimento e às tarefas dos Departamentos da Administração Geral (Decreto de 1986 sobre o estabelecimento e as tarefas dos Departamentos da Administração Geral), Diário Oficial de 1986 n° 23 [...] DECIDE determinar que a “Lei Eleitoral” (Diário Oficial de 1987 n° 62), conforme aplicada após as alterações nela introduzidas pelo Decreto Geral A-25A de 17 de outubro de 1987 (Diário Oficial de 1987 n° 70) e pelo Decreto Geral A-25B de 19 de outubro de 1987 (Diário Oficial de 1987 n° 71), bem como uma cópia desta resolução, sejam publicadas no Diário Oficial da República do Suriname (REPÚBLICA DO SURINAME, 1987, tradução nossa).

As eleições para a Assembleia Nacional ocorrem a cada 5 anos, sendo este o tempo de mandato dos parlamentares, do vice-presidente e também do presidente da República. Segundo a Lei Eleitoral de 1987, cada um dos 10 distritos possui uma representação fixa de cadeiras na Assembleia Nacional — ver tabela 1 —. Apenas partidos políticos podem disputar assentos no parlamento e cada um deles deve apresentar uma lista de candidatos por distrito. Para eleger o presidente e o vice-presidente, o candidato ou candidata precisa obter pelo menos 2/3 dos votos da Assembleia Nacional eleita, portanto trata-se de uma eleição indireta do Poder Executivo. Se depois de duas sessões nenhum presidente for escolhido, então uma terceira sessão tem início, mas com a participação dos conselhos regionais. No último caso, basta uma maioria simples para a escolha presidencial (CURIEL, 2014).

Tabela 1: Assentos por distrito conforme a Lei Eleitoral de 1987 — Artigo 9

Distrito	Assentos
Paramaribo	17
Wanica	7
Nickerie	5
Commewijne	4
Sipaliwini	4
Brokopondo	3
Marowijne	3
Para	3
Saramacca	3
Coronie	2
Total	51

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações da Lei Eleitoral de 1987 (REPÚBLICA DO SURINAME, 1987).

Cada um dos distritos varia muito em termos populacionais, porém a proporcionalidade de votos não é a mesma entre duas pessoas eleitas em distritos diferentes. Essa configuração acaba atribuindo maior peso aos votos das regiões rurais e do interior, que são menos povoadas em relação aos distritos urbanos.

Segundo Buddingh, o NPS, o partido político que detinha uma maioria confortável no Staten van Suriname, como o parlamento era chamado na época, queria garantir a manutenção de sua posição de poder. Ele só concordou em aceitar o sufrágio universal se um sistema distrital fosse introduzido simultaneamente e garantiu que os limites dos distritos fossem traçados e as cadeiras fossem alocadas de forma a manter a maioria das cadeiras após a primeira eleição com sufrágio universal. O fato de os seguidores dos partidos políticos estarem divididos puramente por linhas étnicas facilitou esse projeto (CURIEL, 2014).

O modelo eleitoral apresentava-se com um ar de “injustiça”, já que, concretamente, fazia com que um cidadão tivesse um voto mais valioso que o outro. Os distritos rurais detinham esse “privilégio” e, conseqüentemente, os partidos capazes de alcançar tais regiões se beneficiam dessa dinâmica. Curiel (2014) demonstrou graficamente a discrepância entre a relação voto/assento em cada distrito, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2: Distribuição de assentos na Assembleia Nacional e tamanho do eleitorado distrital em 2010

District	Size	Seats	Voters per seat	Representative share
Brokopondo	5889	3	1963	0.000509
Commewijne	18 457	4	4614.25	0.000217
Coronie	1854	2	927	0.001079
Marowijne	10 855	3	3618.33	0.000276
Nickerie	22 295	5	4459	0.000224
Para	13 162	3	4387.33	0.000228
Paramaribo	153 236	17	9013.89	0.000111
Saramacca	10 457	3	3485.67	0.000287
Sipaliwini	18 557	4	4639.25	0.000216
Wanica	67 863	7	9694.71	0.000103
Total	322 625	51	6325.98	0.000158
SD	–	–	2609.43	0.000273
Max – Min	–	–	8767.71	0.000976
Max/Min	–	–	10.46	10.46

Fonte: CURIEL, 2014.

A distorção democrática do sistema eleitoral distrital ficou escancarada nas eleições de 2020, quando o General Liberation and Development Party (ABOP)⁴⁶ conquistou 9 assentos com apenas 25 mil votos. Os números representam 18% do total de assentos com 9% do total de votos (RAMSOEDH, 2021).

5.2 O sistema eleitoral pós-reforma

No dia 5 de agosto de 2022, o Tribunal Constitucional do Suriname declarou os artigos 9 e 24 do Regulamento Eleitoral contraditórios à Constituição e aos tratados internacionais. O artigo 9 define o número de assentos por distrito — ver tabela 1 —, enquanto o artigo 24 afirma

⁴⁶ Partido de Libertação Geral e Desenvolvimento (tradução nossa).

que a Assembleia Nacional será formada pelos votos de cada distrito eleitoral, equivalentes à divisão em dez distritos e o número de assentos pré-definidos, conseqüentemente (DE BRIEF, 2023a, 2023b).

A decisão do Tribunal Constitucional criou a possibilidade de alteração dos mecanismos eleitorais, de forma que coalizões partidárias passaram a enviar propostas à Assembleia Nacional. No dia 25 de outubro de 2023, uma nova lei foi publicada no Diário Oficial do Suriname, cujo conteúdo alterou a Lei Eleitoral de 1987. Duas mudanças estruturais podem ser observadas, justamente referentes aos Artigos 9 e 24. A representação fixa por distrito contida no Artigo 9 – ver tabela 2 – foi alterada pelo voto proporcional: “A Assembleia Nacional é composta por 51 membros eleitos por voto universal, livre e secreto, segundo o sistema de representação proporcional, pela média mais alta e pelos votos preferenciais” (REPÚBLICA DO SURINAME, 2023a, tradução nossa, 2023b). Já a mudança no artigo 24 acaba com o sistema distrital em favor de um sistema nacional:

Artigo 24 (Lei eleitoral de 1987)

1. Para a eleição dos membros da Assembleia Nacional, o Suriname é dividido em distritos eleitorais cujos limites correspondem aos limites da divisão distrital vigente.
2. Para a eleição dos membros dos Conselhos Locais, os distritos são divididos em circunscrições eleitorais cujos limites são especificados por decreto separado (REPÚBLICA DO SURINAME, 2023, tradução nossa).

Artigo 24 (Com a alteração de 2023)

1. Para as eleições dos membros da Assembleia Nacional, há um círculo eleitoral, cujos limites coincidem com as fronteiras nacionais.
2. Para a eleição dos membros dos Conselhos Regionais, os distritos são divididos em regiões cujos limites são estabelecidos por lei específica, conforme estipulado no Artigo 26, parágrafo 1 (REPÚBLICA DO SURINAME, 2023, tradução nossa).

Outras alterações foram feitas até as eleições de 25 de maio de 2025 (REPÚBLICA DO SURINAME, 2025a), porém, para fins deste escrito, as alterações dos artigos 9 e 24 são as mais relevantes. As mudanças foram apoiadas pelo governo à época, de forma que o então presidente Chandrikapersad Santokhi considerou a alteração como um “marco histórico” (REPÚBLICA DO SURINAME, 2023b, 2025b).

6 As eleições de 2025

6.1 Uma breve retrospectiva da eleição anterior (2020)

Na eleição nacional prévia, realizada em 2020, nenhum partido conseguiu maioria entre os 51 assentos da Assembleia Nacional. Os dois partidos mais votados foram o Progressive Reform Party (VHP) e o National Democratic Party (NDP), que conquistaram, respectivamente, 20 e 16 assentos. Como nenhum dos partidos alcançou sozinho os 2/3 necessários para eleger um novo(a) presidente, uma coalizão partidária foi forjada. Uma aliança foi articulada entre o VHP, o General Liberation and Development Party (ABOP), o National Party of Suriname (NPS) e o Pertjajah Luhur (PL), conquistando cerca de 33 assentos e elegendo Chandrikapersad Santokhi (VHP) como presidente e Ronnie Brunswikj (ABOP) como vice-presidente (IPU, 2025). A configuração partidária da Assembleia Nacional foi a seguinte:

Tabela 3: Distribuição de assentos por partido nas eleições para a Assembleia Nacional em 2020

Partidos Políticos	Número de assentos na Assembleia Geral
Progressive Reform Party (VHP)	17
National Democratic Party (NDP)	7
General Liberation and Development Party (ABOP)	5
National Party of Suriname (NPS)	4
Pertjajah Luhur (PL)	4
Brotherhood and Unity in Politics (BEP)	3
Total	51

Fonte: IPU, 2025.

As eleições de 2020 foram realizadas durante a pandemia do Covid-19, enquanto o país adotava uma política parcial de lockdown. Comparando-se o número de votos registrados das eleições de 2015 (259.030) e 2020 (283.834), houve uma diferença de 24.804 a mais nas eleições de 2020. Além do contexto pandêmico, as eleições de 2020 foram marcadas por muitas denúncias de corrupção (IPU, 2025). Além das caracterizações feitas anteriormente, é importante reforçar que as eleições de 2020 foram realizadas sob o sistema distrital de proporcionalidade dos votos, portanto, ainda pré-reforma.

O governo de Chandrikapersad Santokhi foi encarregado de substituir a liderança personalista de Bouterse, que, independentemente da opinião que se tenha sobre o mesmo, é uma figura proeminente na história política do Suriname.

Os aspectos econômicos do governo Santokhi eram tributários do receituário liberal de austeridade, corte de gastos e controle da inflação. Porém, em 2023, manifestações populares foram realizadas por conta do grande aumento dos preços⁴⁷. A convicção política dessa composição governamental considerava que tais medidas eram necessárias para “arrumar a casa”. Em outras palavras, as medidas representavam uma espécie de redução da participação do Estado na economia. Algumas medidas do ex-presidente, como o corte de subsídios a combustíveis em 2023, levaram às enormes manifestações no país (MACDONALD, 2025). A reestruturação econômica promovida pelo ex-presidente pode ter sido uma estratégia de aproximação e inserção a organismos financeiros multilaterais, pois, por exemplo, o Suriname tornou-se oficialmente membro oficial da Associação Internacional de Desenvolvimento do Grupo Banco Mundial apenas em 2024⁴⁸.

O argumento anti-corrupção foi um dos elementos utilizados para que o VHP chegasse ao poder em 2020, mas esse mesmo argumento também foi mobilizado contra o próprio partido nas eleições de 2025. Em 2024, por exemplo, a Procuradoria-Geral abriu uma investigação preliminar contra o presidente e outros dois ministros. O suposto crime teria sido o pagamento indevido de US\$ 7,5 milhões à empresa Pan-American Real Estate. Outros casos de suposta corrupção envolveram o favorecimento de pessoas próximas de Santokhi para cargos em gabinetes, além da indicação de sua esposa ao conselho de diretores da empresa de petróleo estatal⁴⁹.

A questão da corrupção também atravessa outro acontecimento fundamental na história recente do Suriname: a gestão da futura renda petroleira. Há consenso entre as forças políticas

47 Disponível em: <https://marxist.com/suriname-an-explosive-situation.htm>.

48 Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/10/22/suriname-becomes-the-175th-member-of-the-world-bank-s-international-development-association>.

49 Disponível em: <https://bvs.nl/corruption-and-fraud/> ; <https://www.kaieteurnews.com/2024/03/16/suriname-attorney-general-investigating-president-ministers-for-corruption/>.

de que é preciso criar uma política distributiva satisfatória, justa e eficiente, porém não há consenso sobre qual, ou quais, forças políticas estão mais aptas para a tarefa. O resultado concreto é a disputa pela gestão da futura renda. Em novembro de 2024, Santokhi chegou a anunciar um plano cujo objetivo seria a distribuição dos royalties para toda a população adulta do Suriname⁵⁰.

6.2 O resultado e os partidos políticos do Suriname nas eleições de 2025

Em janeiro de 2025, segundo o Escritório Eleitoral Independente⁵¹, o Suriname possuía cerca de 41 partidos políticos registrados oficialmente. Para as eleições de 25 de maio de 2025 — agora sob o novo sistema eleitoral —, 15 partidos inscreveram-se para a disputa (ATV⁵², 2025; GALLANT, 2025). Porém, apenas 6 partidos receberam votos suficientes para poderem representar os eleitores na Assembleia Nacional, conforme o gráfico a seguir:

Tabela 4: Distribuição de assentos por partido nas eleições para a Assembleia Nacional em 2025

Partidos Políticos	Número de assentos na Assembleia Geral
National Democratic Party (NDP)	18
Progressive Reform Party (VHP)	17
National Party of Suriname (NPS)	6
General Liberation and Development Party (ABOP)	6
Pertjajah Luhur (PL)	2
Alternative 2020 (A20)	1
Brotherhood and Unity in Politics (BEP)	1
Total	51

Fonte: IPU, 2025.

Os dois partidos mais votados foram o VHP e NDP, assim como nas eleições anteriores. Porém, desta vez, o NDP conquistou 18 assentos, enquanto o VHP conseguiu 17. Como nenhum partido conseguiu maioria parlamentar individualmente, alianças foram formadas. O NDP conseguiu uma coligação com outros cinco partidos: o National Party of Suriname (NPS), o General Liberation and development Party (ABOP), o Pertjajah Luhur (PL), o Alternative 2020 (A20) e o Brotherhood and Unity in Politics (BEP). Apenas o VHP ficou fora da composição governamental (IPU, 2025).

No dia 6 de julho, a Assembleia Nacional do Suriname elegeu Jennifer Geerlings-Simons como Presidente da República, sendo a primeira mulher da história do país a ocupar o cargo. Seu partido é o NDP, fundado por Bouterse. A nova presidenta tomou posse oficialmente no dia 16 de julho. O vice-presidente eleito foi Gregory Rusland, do NPS (IPU, 2025).

Em seu primeiro discurso, a nova presidenta pediu união aos surinameses. O pedido, que pode parecer um tanto genérico, possui uma profundidade peculiar no contexto social do Suriname. Como já mencionamos anteriormente neste escrito, as divisões étnicas conformam uma dinâmica conflituosa na história do país. Na mesma linha, Geerlings-Simons recitou algumas linhas do poema ‘Wan Bon’⁵³, do poeta, escritor e político surinamês Robin Ewald

50 Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/nov/25/suriname-president-oil-wealth>.

51 No original é Onafhankelijk Kiesbureau (OKB).

52 A Algemene Televisie Verzorging (ATV) é uma estação de televisão fundada em 1983 e de propriedade da Telesur (Suriname), portanto faz parte dos veículos de comunicação estatal.

53 “Wan bon / someni wiwiri / wan bon / wan liba / someni krika / ala e go na wan se / wan ede / someni prakseri / prakseri pe wan bun mus de / wan Gado / someni fasi foe andegi / ma wan papa / wan Sranan / someni wiwiri / someni skin / someni

Raveles (1935-1983)⁵⁴, cujo pseudônimo é R. Dobru. A presidenta também recitou parte de um poema de Martinus Haridat Lutchman (1926-2019), de pseudônimo Shrinivási. Ambos os poemas abordam a questão da integração nacional e da importância de um Suriname unido (STARNIEUWS, 2025; PINAS, 2025). Dobru foi um afro-surinamês, enquanto Shrinivási possui raízes indianas. As escolhas de Geerlings-Simons sugerem um apelo à unidade através de dois destacados poetas com origens étnicas distintas, que compõem a maioria da população surinamesa.

Ainda sobre o discurso, Geerlings-Simons falou sobre a restauração da saúde pública e melhorias educacionais. Também acentuou a dependência econômica do setor de mineração, que já teve a bauxita e o ouro como principais mercadorias de exportação, mas que hoje tem o petróleo. A estratégia de diversificação econômica passa por melhorias na agricultura e no setor de turismo (STARNIEUWS, 2025; PINAS, 2025a).

Após a primeira semana de trabalho, a presidenta considerou que a questão da dívida do Estado, do orçamento e das finanças são problemas de primeira ordem. Além disso, tratou especificamente da importância em preservar a Surinaamse Luchtvaartmaatschappij (Companhia Aérea do Suriname, tradução nossa – SLM) como uma empresa estratégica e de propriedade do poder público do país (PINAS, 2025b).

A composição de alianças reflete-se na formação ministerial. A nomeação de ministros e vice-ministros é atribuição presidencial no Suriname, mesmo que a posse seja de prerrogativa da Assembleia Nacional. Até o momento deste escrito, cerca de 14 ministros foram nomeados. A proporção partidária está, até o momento, da seguinte forma: NDP (5), ABOP (3), NPS (2), PL (2), A20 (1) e BEP (1). Alguns ministérios ainda não estão ocupados, como é o caso do Ministério da Educação, Ciência e Cultura, assim como o de Obras Públicas (REPÚBLICA DO SURINAME, 2025b). A presidenta sofreu críticas quanto à escolha de membros do NDP para as funções, porém a mesma rebateu dizendo que cada candidato foi escolhido pelos critérios de experiência, assim como por seus níveis acadêmicos (UNITED NEWS, 2025). Além disso, Geerlings-Simons emitiu um aviso ao time ministerial que reforçou a autoridade que a presidenta pretende exercer sobre a equipe. Nas palavras da mesma: “As ordens devem vir diretamente do presidente e não de terceiros” (LEE, 2025, tradução nossa).

7 Uma análise conjuntural dos resultados eleitorais

Como demonstram as tabelas 2 e 3, os partidos que forjaram aliança com o NDP em 2025 são os mesmos que se aliaram com o VHP em 2020. A única diferença é a presença do A20 entre os partidos de 2025. Os resultados evidenciam que os dois partidos mais fortes no Suriname são o NDP e o VHP, que revezam a presidência, consecutivamente, desde 2010.

No que tange a política e a dinâmica interna do Suriname, tanto Santokhi, quanto Geerlings-Simons parecem adeptos da promoção de um discurso que minimize as diferenças étnicas em detrimento de uma identidade nacional. A grande diferença, em minha interpretação, encontra-se justamente na história dos dois partidos, pois o VHP é um país fundado com bases étnicas indianas, enquanto o NDP é um partido que emergiu de uma rebelião interna que tinha no cerne de seu projeto político a afirmação de uma identidade nacional.

Dési Bouterse continua sendo um elemento fundamental nos desdobramentos políticos.

Tongo / wan pipel”. O poema foi escrito em Sranan Tongo (ou apenas Sranan), uma língua crioula falada no Suriname. A tradução de poesias é sempre uma dificuldade ímpar, porém, para fins de mera aproximação, sugiro uma tradução feita com auxílio de inteligência artificial: “Uma árvore / tantas folhas / uma árvore / um rio / tantos riachos / todos fluem para o mesmo mar / uma cabeça / tantos pensamentos / pensamentos sobre onde o bem deve estar / um Deus / tantas formas de rezar / mas um pai / um Suriname / tantas folhas / tantas peles / tantas línguas / um povo só”. Disponível em: <https://www.schooltv.sr/wan-bon>.

54 Robin Ewald Raveles foi um representante do nacionalismo surinamês e membro do NPS e do PNR, chegando a ser vice-ministro da cultura do governo instaurado com o golpe de 1980.

Mesmo após aplicar um golpe, ser acusado de tráfico internacional, governar o país por dois mandatos e morrer como foragido, seu partido continua relevante. Não seria justo dizer que Geerlings-Simons é simplesmente uma defensora do legado e da história de Bouterse, mas é razoável assumir que a atual presidente manifesta um aspecto de continuidade do projeto nacional de Bouterse.

Diferente da postura econômica da administração Santokhi, a nova presidenta parece ser menos adepta às políticas liberais e advoga explicitamente pelo fortalecimento da participação do Estado na economia, seja em educação, saúde e até mesmo em defesa da empresa de aviação do Suriname. Porém, recentemente, Geerlings-Simmons afirmou que não há espaço para incluir novas políticas no orçamento de 2025⁵⁵, visto que o orçamento estaria saturado. Essa postura demonstra que a atual presidente não pretende realizar manobras fiscais abruptas. Em relação à questão fiscal, o Suriname tem conseguido empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵⁶ para reestruturar sua dívida pública, de forma que a suposta prudência fiscal pode representar a garantia da continuidade desses empréstimos. Em suma, não é possível fazer nenhuma afirmação sobre como serão as políticas econômicas da nova gestão, sendo ainda preciso um tempo maior de acontecimentos para formar um quadro com maior clareza.

A composição das disputas políticas e as potencialidades econômicas são resultados de uma conjuntura social (ou da média duração), que se manifestaram nessas eleições a partir da disputa entre o NDP e o VHP. É difícil afirmar se o voto étnico foi um fator decisivo ou não, já que, como abordado ao longo do texto, houve um declínio dessa dinâmica. O NDP talvez seja o partido mais multiétnico do Suriname e foi o ganhador em três das últimas quatro eleições, o que parece ratificar tal declínio, ainda que maiores evidências sejam necessárias.

O advento das grandes reservas de petróleo é outro fator que possui grande influência na política do Suriname, não apenas em aspectos internos, como também em aspectos externos. O Suriname possui capacidades endógenas no que tange a indústria dos hidrocarbonetos, porém não para águas profundas. As descobertas das grandes reservas foram feitas por multinacionais estrangeiras, e os contratos de exploração foram firmados com essas empresas. Sendo assim, o atual governo, por mais que pareça ser menos liberal, terá que lidar com a influência desses grandes conglomerados. Além disso, a questão do petróleo emerge em um contexto de crise climática, um fator nada irrelevante nessa discussão. Porém, assim como na gestão de Santokhi, o novo governo deve apostar em estratégias que combinem a produção e a exportação de petróleo com a capacidade de captura de carbono da atmosfera (por meio da preservação florestal, por exemplo) e a venda de créditos de carbono⁵⁷ em seu território.

No que tange os aspectos regional e global, a posição geográfica do Suriname apresenta-se como fator fundamental, de forma que é aqui que o elemento da longa duração aparece com maior importância. Em relação à América do Sul, os espaços florestais permanecem como uma espécie de barreira à integração física do país com os outros países do continente, sem contar a Guiana e a Guiana Francesa. Essa configuração espacial aproxima mais o Suriname do circuito caribenho. Porém, a vontade e a objetividade estratégica de uma integração maior desses países com o Brasil e o resto dos países é continuamente verbalizada⁵⁸. O Suriname também se faz

55 Disponível em: <https://surinamenieuwscentrale.com/president-geerlings-simons-geen-nieuw-beleid-opgenomen-begroting>.

56 Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2025/03/10/pr-2556-suriname-imf-reaches-agreement-on-final-rev-under-eff> ; <https://www.reuters.com/world/americas/suriname-clears-way-debt-restructuring-with-imf-staff-deal-2023-05-18/>.

57 Disponível em: <https://www.latinnews.com/component/k2/item/103341-suriname-pioneering-carbon-credit-scheme-faces-challenges.html#:~:text=Suriname%20is%20launching%20the%20world's,article%20contains%20approximately%20762%20words>.

58 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/presidentes-do-brasil-guiana-e-suriname-se-reunem-apos-cupula-em-georgetown> ; <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/joint-declaration-on-the-occasion-of-the-first-political-consultation-mechanism-meeting-between-the-foreign-ministers-of-brazil-and-suriname>.

presente em organizações regionais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)⁵⁹ e em projetos como a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁶⁰.

O Suriname é uma porta de entrada e saída ao norte do continente, de forma que tanto em termos comerciais, quanto em termos de segurança e defesa, é imprescindível que o continente como um todo busque uma aproximação com esses países, que é quase a periferia de uma periferia.

O Suriname também recebe os impactos do grande jogo da geopolítica global, pois a disputa entre Estados Unidos e China repercute diretamente nas ações do país sul americano. Marco Rúbio, Secretário de Estado dos Estados Unidos na administração Trump, fez uma visita ao Suriname em 27 de março de 2025, quando deu uma entrevista coletiva ao lado do presidente Santokhi⁶¹ e foi categórico ao explicitar que a presença chinesa na região precisa ser combatida. Após as eleições, Marco Rubio emitiu uma nota de congratulações a Geerlings-Simons, finalizando-a com as seguintes palavras: “Incentivamos o envolvimento contínuo do setor privado dos EUA e apoiamos os esforços do Suriname para promover o crescimento econômico e diversificar sua economia, além de limitar a influência do PCC⁶²” (tradução nossa)⁶³.

A questão é que parte da população do Suriname é de origem chinesa e ainda possui ligações com a China. Além disso, o Suriname é integrante da Nova Rota da Seda desde 2019. Em 2024, o presidente Santokhi visitou Xi Jinping pessoalmente e, na ocasião, pediu que os chineses financiassem uma ponte que ligaria o Suriname e a Guiana⁶⁴. Por mais que o país tente performar uma postura pendular, o que parece é que os Estados Unidos exercem uma pressão constante para que o Suriname tome um lado na disputa contra a China por maior influência no sistema internacional. Bouterse, sob enorme pressão, afastou-se de Cuba e da URSS. Agora, uma situação semelhante⁶⁵ apresenta-se a Geerlings-Simons, mas é cedo para qualquer conclusão sobre a postura da nova presidenta. O que parece claro, desde já, é que a posição geográfica do Suriname no sistema internacional obriga o país a andar em uma corda bamba. Mais uma vez, é um elemento de longa duração que influencia na conjuntura recente.

8 Conclusão

A intenção deste artigo foi apresentar o Suriname como um processo social e histórico vivo. A abordagem privilegiada incita que o passado seja apresentado e posto à mesa de diálogo. A partir dessa perspectiva mais longa, o que parece é que a disputa do VHP e do NDP na eleição de 2025 significa a continuidade da oposição entre duas forças políticas que emergiram formalmente após a Segunda Guerra Mundial, representando duas tendências no interior da sociedade do Suriname, mas com agendas que se transformaram ao longo do tempo.

Em termos estruturais, é difícil vislumbrar uma grande mudança do Suriname em relação ao sistema internacional após as eleições de 2025, mas é possível assumir que a mudança na política interna pode representar um acontecimento de grandes potenciais, principalmente se levarmos em conta o advento das grandes reservas de petróleo, das tensões no sistema internacional e das escolhas que o novo governo fará para lidar com esses dois elementos.

Jennifer Geerlings-Simons será a presidenta que governará com as rendas do petróleo e, portanto, exercerá seu projeto no período de maior riqueza monetizável da história do país

59 Disponível em: <https://otca.org/pt/>.

60 Disponível em: <https://observatorio.repri.org/glossary/iniciativa-para-a-integracao-da-infraestrutura-regional-sulamericana-iirsa/>.

61 Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-of-state-marco-rubio-and-surinamese-president-chandrikapersad-santokhi-at-a-joint-press-availability>.

62 Partido Comunista Chinês (PCC).

63 Disponível em: <https://www.state.gov/releases/2025/07/surinam>.

64 Disponível em: <https://demerarawaves.com/2024/03/22/guyana-suriname-presidents-for-talks-on-financing-of-corentyne-river-bridge/>.

65 Quanto à “semelhança”, não quero dizer que estamos em uma “nova Guerra Fria”, mas sim que é um momento de disputas explícitas entre potências no sistema internacional.

até hoje. Sendo assim, conclui-se que este evento de curta duração possui um significado maior quando posto em conjunto com as temporalidades anteriores, de forma que cada um dos acontecimentos pontuados neste escrito representa um marco em uma trajetória histórica que se desdobra até o processo eleitoral de 2025 e seguirá pautando o cenário político do Suriname.

Referências bibliográficas

ATV. Registratie politieke partijen voor verkiezingen 2025 van start. ATV, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://atv.sr/2025/02/19/registratie-politieke-partijen-voor-verkiezingen-2025-van-start>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRAUDEL, F. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CHICKRIE, R. S. Surinamese Muslims in a Plural Society. Mosqpedia, 2008. Disponível em: <https://mosqpedia.org/asfaar/surinamese-muslims-in-a-plural-society/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CURIEL, I. A Multifaceted Analysis of The Electoral System of The Republic of Suriname. Operations Research and Decisions, Wroclaw University of Science and Technology, Faculty of Management, vol. 24(4), p. 29-49, 2014.

DE BRIEF. One person, one vote to become a reality in Suriname. De Brief, 28 ago. 2023a. Disponível em: debrief.beehiiv.com/p/one-person-one-vote-become-reality-suriname. Acesso em: 23 jul. 2025.

DE BRIEF. Suriname's new electoral regulations passed. De Brief, 16 out. 2023b. Disponível em: debrief.beehiiv.com/p/surinames-new-electoral-regulations-passed. Acesso em: 23 jul. 2025.

DUARTE, G. R. Guiana e Suriname: redemocratização e reorientação geopolítica a partir de 1990. Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, v. 12, n. 19, p. 436–460, jul./dez. 2016. DOI: [10.5418/RA2016.1219.0018](https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0018).

FERRIER, J. H. E. Suriname in de Tweede Wereldoorlog. In: OSO. Tijdschrift voor Surinaamse taalkunde, letterkunde en geschiedenis, Paramaribo, v. 14, n. 1, p. 114–126, 1995. Disponível em: https://www.dbnl.org/tekst/oso001199501_01/oso001199501_01_0019.php. Acesso em: 24 jul. 2025.

GALLANT, S. D. Registratie politieke partijen voor verkiezingen afgesloten: 15 partijen ingeschreven. GFC Nieuws, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gfcnieuws.com/registratie-politieke-partijen-voor-verkiezingen-afgesloten-15-partijen-ingeschreven>. Acesso em: 24 jul. 2025.

GOWRICHARN, R. The decline of ethnic voting patterns in plural societies: Evidence from Suriname. Politics, Vol. 39(4), 395–410, 2018. <https://doi.org/10.1177/0263395718782388>.

HOEFTE, R. Suriname in the long twentieth century: domination, contestation, globalization. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

INTER-PARLIAMENTARY UNION – IPU. Dados da eleição da Assembleia Nacional (SR-LC01), realizada em 25 de maio de 2020. Parline – Banco de dados parlamentar, Genebra: IPU; disponível em: <https://data.ipu.org/parliament/SR/SR-LC01/election/SR-LC01-E20200525/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

JANSSEN, Roger. In Search Of Path: An analysis of the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991. Amsterdam: KITLV Press, 2011.

KRISHNADATH, J. R. P. Political party and campaign financing in Suriname. Washington, D.C.: OAS Unit for the Promotion of Democracy – International IDEA, 2002.

MACDONALD, S. B. Suriname After Bouterse. Global Americans, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://globalamericans.org/suriname-after-bouterse/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NU.NL. Suriname adota novo sistema eleitoral: a partir de 2025, cada voto terá o mesmo peso. NU.nl, 14 out. 2023. Disponível em: <https://www.nu.nl/buitenland/6285281/suriname-heeft-nieuw-kiesstelsel-vanaf-2025-weegt-elke-stem-even-zwaar.html?referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>. Acesso em: 15 jul. 2025

LEE, W. President warns ministers and deputy ministers. Suriname Times, Paramaribo,

2025. Disponível em: <https://www.surinametimes.com/artikel/president-warns-ministers-and-deputy-ministers>. Acesso em 25 jul. 2025

PINAS, J. President Geerlings-Simons: “We moeten ervoor zorgen dat armoede ons volk niet verstikt en het land uitjaagt”. De Ware Tijd Online, Paramaribo, 16 jul. 2025a. Actueel. Disponível em: <https://dwtonline.com/nieuwe-president-geerlings-simons-we-moeten-ervoor-zorgen-dat-armoede-ons-volk-niet-verstikt-en-het-land-uitjaagt/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PINAS, Jason. President Geerlings-Simons na eerste werkweek: “We hebben een paar acute zaken moeten oplossen”. De Ware Tijd Online, Paramaribo, 24 jul. 2025b. Actueel. Disponível em: <https://dwtonline.com/president-geerlings-simons-na-eerste-werkweek-we-hebben-een-paar-acute-zaken-moeten-oplossen/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PRIGOGINE, I. O futuro está dado? In: CARVALHO, E. A.; ALMEIDA, M. C. (Orgs.). Ciência, razão e paixão. São Paulo: Livraria da Física, p. 101–111, 2009.

RAMSOEDH, Hans. Het ondemocratische gehalte van het Surinaamse kiesstelsel. Hindorama, 07 nov. 2021. Disponível em: <https://www.hindorama.com/het-ondemocratische-gehalte-van-het-surinaamse-kiesstelsel-hans-ramsoedh/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

REPÚBLICA do Suriname. Resolução nº6944/1987, de 23 de outubro. Relativa à publicação no Diário Oficial da República do Suriname do texto atual da “Lei Eleitoral” (Diário Oficial de 1987 nº 62, com a última redação dada pelo Diário Oficial de 1987 nº 71). Washington, D.C.: Georgetown University, Political Database of the Americas, 1987. Disponível em: <https://pdba.georgetown.edu/Electoral/Sur/suriname.html>. Acesso em: 23 jul. 2025.

REPÚBLICA do Suriname. Lei de 25 de outubro de 2023, contendo nova alteração da Lei Eleitoral (S.B. 1987 n.º 62, texto consolidado S.B. 1996 n.º 15, conforme alterada pela última vez pela S.B. 2019 n.º 55). Diário Oficial, n.º 158, 26 out. 2023a. Disponível em: <https://www.srisr/wp-content/uploads/2023/10/SB-2023-158-nadere-wijziging-van-de-Kiesregeling.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

REPÚBLICA do Suriname. Suriname coloca sistema eleitoral sob análise crítica. Gabinete do Presidente, 14 out. 2023b. Disponível em: <https://gov.sr/suriname-plaatst-kiesstelsel-onder-vergrootglas/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

REPÚBLICA do Suriname. Presidente Santokhi: “A nova Lei Eleitoral agora representa melhor a voz de cada cidadão”. Paramaribo: Gabinete do Presidente, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://gov.sr/president-santokhi-kiesregeling-doet-nu-meer-recht-aan-stem-van-iedere-burger/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

REPÚBLICA do Suriname. Lei de 15 de janeiro de 2025, contendo nova alteração da Lei Eleitoral (S.B. 1987 n.º 62, conforme última modificação pela S.B. 2024 n.º 59). Diário Oficial, n.º 8, 15 jan. 2025a. Disponível em: <https://www.dna.sr/media/bzpoadk5/s-b-2025-no-8-wet-van-15-januari-2025-nadere-wijziging-van-de-kiesregeling-s-b-1987-no-62-zoals-laatstelijk-gewijzigd-bij-s-b-2024-no-59.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

REPÚBLICA do Suriname. Ministers en onderministers geïnstalleerd. Site oficial do Governo do Suriname, Paramaribo, 16 jul. 2025b. Disponível em: <https://gov.sr/ministers-en-onderministers-geinstalleerd/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

STARNIEUWS. Eerste speech president Jenny Simons. Starnieuws, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.starnieuws.com/index.php/welcome/index/video/1958>. Acesso em: 25 jul. 2025.

UNITED NEWS. Geerlings-Simons Verdedigt Keuze Ministers NDP | Geen Zoektocht Naar Heiligen. Suriname nieuws centrale, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://www.surinamenieuwscentrale.com/geerlings-simons-verdedigt-keuze-ministers-ndp-geen-zoektocht-naar-heiligen>. Acesso em: 25 jul. 2025.

WALLERSTEIN, I. M. World-Systems Analysis: An Introduction. Durham; London: Duke University Press, 2004.

ZUNDER, A. A new look on the economic history of Suriname: including a methodology to calculate reparations for damage caused by Dutch colonial rule. Academic Journal of Suriname, Paramaribo, v. 2, p. 150–167, 2011.

A relação Colômbia-EUA e a aproximação com a China: do Plano Colômbia ao governo Petro

Matheus Fernandes Petrelli Santos
Pesquisador OPISA

Introdução

A Colômbia é o segundo país mais populoso e o quarto maior em território da América do Sul. Além de suas dimensões relevantes, o posicionamento geográfico estratégico, como a ligação entre a América do Sul e Central e o acesso aos oceanos Atlântico e Pacífico, faz com que o país seja crucial para a geopolítica da região. Apesar das potencialidades, o país, assim como toda a América, sofre, direta ou indiretamente, a ingerência da potência mundial presente no continente, os Estados Unidos (EUA) (PEDRAZA, 2012). Nesse sentido, desde o início do século XX, a relação com a potência já era central para a política externa da Colômbia:

O norte de nossa política externa deve estar lá, naquela poderosa nação que, mais do que qualquer outra, exerce uma atração decisiva sobre todos os povos da América. Se nossa conduta tivesse que ter um lema que condensasse essa aspiração e vigilância, ele poderia ser *Respice Polum*, ou seja, não percamos de vista nossas relações com a grande confederação do Norte (Suárez, 1955, p.163, Petro, 424).

Em paralelo ao olhar à estrela polar – *Respice Polum* –, surgiu o conceito de *Respice Similia* – olhar aos semelhantes. Os dois são essenciais para a compreensão do processo de inserção internacional da Colômbia e, desde sua formação enquanto Estado independente, percebe-se a maior inclinação ao alinhamento subordinado aos EUA (PEDRAZA, 2012).

Além desses conceitos, outro fator essencial para a análise da política externa colombiana é o seu perfil decisório. O protagonismo da figura do presidente fez com que o país obtivesse dificuldades de promover princípios basilares de sua inserção internacional, cujas linhas centrais fossem mantidas em governos sucessivos (GONÇALVEZ, 2021). Dessa maneira, percebe-se que “a política externa colombiana não é considerada uma política de ‘Estado’, mas uma política de ‘governo’ (PEDRAZA, 2012, p. 41, tradução própria).

Ao unir essas duas características, obtém-se que a inserção colombiana no sistema internacional se dá, majoritariamente, de forma subordinada aos Estados Unidos, com alguns breves momentos de orientação a seus “similares”. Em paralelo, observa-se uma grande dependência dos interesses dos presidentes, tantos colombianos, quanto estadunidenses. Mesmo com a eleição de presidentes com prioridades políticas variadas, a relação com Washington se manteve estreita. A partir do contexto da Guerra Fria, e o tensionamento entre EUA e União Soviética (URSS), houve uma catalisação dessa subordinação. O retrato desse processo foi a Guerra das Coreias - sendo o único país sul-americano a enviar tropas para o conflito, a Colômbia evidenciou seu papel de principal aliado estadunidense na região.

A guerra, que ocorreu no continente asiático, pôs, de um lado, os Estados sob influência da potência norte-americana e, de outro, países alinhados aos interesses soviéticos, como o governo chinês, que havia se tornado uma República Popular após a Revolução de 1949. O processo de inserção internacional chinês, apesar de completamente distinto do colombiano, também foi impulsionado pelos EUA. Inicialmente com uma postura isolacionista à China, a política estadunidense mudou durante o governo do presidente Richard Nixon (1969-1974). Com a proposta de afastar o governo chinês da URSS, o líder do executivo iniciou

o processo de aproximação “com a China e incentivar sua participação na comunidade de nações” (NIETO, 2025, p. 227, tradução própria). Foi seguindo seu principal aliado que, apenas em 1980, a Colômbia estabeleceu relações diplomáticas com os chineses. Assim, a ingerência estadunidense na política externa colombiana fica evidente, também, na formação dos vínculos com a China.

Desde então, diversas mudanças ocorreram no sistema internacional. Dentre elas, destaca-se, a partir da virada do século XXI, a ascensão internacional da China como potência e o processo de declínio hegemônico dos EUA. Nesse contexto de acentuação nas disputas comerciais e políticas entre os projetos chinês e estadunidense, torna-se essencial analisar a relação da Colômbia com seu principal aliado, a partir de uma perspectiva de subordinação, e o vínculo com a potência emergente. Com objetivo de compreender de que forma essas relações se entrelaçam, esse artigo, por meio do método qualitativo, investigará, do governo Pastrana (1998-2002) até o Petro (2022-2026), como a Colômbia se posiciona em meio à disputa entre as duas potências. Para isso, serão analisados os principais pilares norteadores da política externa colombiana em cada mandato, suas convergências e divergências com a agenda estadunidense, e, em paralelo, as relações políticas com os EUA e China.

Dessa maneira, esse artigo se divide em duas seções, além da introdução e conclusão. A primeira iniciará no governo de Andrés Pastrana e a institucionalização da intervenção militar e econômica dos EUA, por meio do Plano Colômbia; na sequência, passará pelos mandatos de Álvaro Uribe, Juan Manuel Santos e Iván Duque investigando a política externa de cada presidente e as relações com Washington e Pequim. Ademais, a segunda seção focará no governo Petro. A ascensão do primeiro presidente de esquerda da história da Colômbia, a consolidação da disputa entre China e EUA e a vitória eleitoral de Donald Trump faz com que seja necessária uma análise minuciosa da política externa do atual presidente.

De Andrés Pastrana à Iván Duque: a política de intervenção a convite e o início de uma tendência de aproximação comercial com a China

Em 2009, em um movimento de vanguarda, a nova constituição da Bolívia estabeleceu que a PNo dia 21 de junho de 1998, Andrés Pastrana (1998-2002) foi eleito o presidente da Colômbia. Conquistando 50,45% dos votos e com uma margem de quase 4% para o segundo candidato, Pastrana era considerado um político de centro-direita (DIAS, 1998). O processo eleitoral daquele ano, além de eleger o novo chefe do executivo colombiano, marcou a derrota política do ex-presidente Ernesto Samper (1994-1998). Seu governo foi marcado pela turbulenta relação diplomática com os EUA por conta de denúncias de corrupção, desrespeito aos direitos humanos no enfrentamento ao conflito armado com grupos paramilitares colombianos, e acusações de influência política do narcotráfico (PEDRAZA, 2012).

É nesse contexto de “intensificação do conflito armado e do aumento da violência” (TICKNER, 2007, p. 6, tradução própria) que Pastrana assume o executivo e, a partir da “diplomacia para a paz, o presidente colombiano formalizou a internacionalização do conflito interno ao solicitar a cooperação de vários atores externos” (TICKNER, 2007, p. 7, tradução própria). Com o foco político direcionado para a problemática da segurança nacional, Pastrana elegeu o combate ao narcotráfico e a negociação de paz com as Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) como prioridades de seu governo. Nesse sentido, em outubro de 1998, em uma de suas primeiras viagens internacionais, o presidente colombiano assinou, nos EUA, a Aliança Contra as Drogas Ilícitas,

que seria o foco das relações bilaterais durante seu mandato de quatro anos, comprometendo-se a: 1. Reduzir o consumo de drogas com programas de prevenção; 2. Aumentar a eficiência das instituições nacionais na luta contra o tráfico de drogas; 3. Liderar ações para dismantelar as organizações de tráfico de drogas; 4. Usar a

extradição; 5. Erradicar as plantações ilícitas; 6. Melhorar a capacidade operacional das Forças Militares e da Polícia para combater a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas e de drogas (PEDRAZA, 2012, p. 59, tradução própria).

Pouco tempo depois, os EUA propuseram que o país sul-americano elaborasse um plano coeso de luta contra o narcotráfico para continuar o processo de ajuda. Foi nesse contexto que surgiu o Plano Colômbia, “que se tornou o maior beneficiário da ajuda militar dos EUA no continente” (PEDRAZA, 2012, p. 60, tradução própria).

Ao reconhecer a força do narcotráfico, das organizações paramilitares e solicitar ajuda externa para combatê-las, Pastrana projetou uma imagem de fragilidade do Estado colombiano. Além disso, a partir do Plano Colômbia, promoveu o aumento significativo da intervenção econômica e militar dos EUA em seu território. Por conta disso, sua política externa ficou conhecida como “Intervenção à Convite” e, graças ao poder de influência estadunidense, sua atuação internacional respeitou os princípios *Respice Polum*, no qual outras parcerias bilaterais não obtiveram destaque político.

Essa intervenção estadunidense obteve um novo capítulo na história colombiana a partir de 2001. Os atentados de 11 de setembro daquele ano e a promoção da política externa estadunidense de guerra ao terror promoveram mudanças nas relações bilaterais. Já no fim do governo de Pastrana, o presidente dos EUA, George W. Bush, passou a utilizar o Plano Colômbia como parte de seu projeto antiterrorista. A partir desse ajuste, estabeleceu-se “um grau ainda maior de intervenção dos EUA ao expandir sua atuação no país” (TICKNER, 2007, p. 102, tradução própria). Foi nesse contexto que, em 2002, Álvaro Uribe (2002-2010) assumiu a presidência. Com a manutenção da política externa de “Intervenção à Convite”, o presidente elegeu a guerra ao narcotráfico e às guerrilhas como prioridade.

Diferente de seu antecessor, Uribe, alinhado com a política estadunidense, classificou as FARC como um grupo narcoterrorista e rompeu com o processo de paz em andamento. Ao mobilizar sua política externa em torno da crise de segurança, o presidente aproximou-se ideologicamente de seu homólogo dos EUA, George W. Bush, e seu projeto de guerra ao terror. Assim, em seu governo houve um aumento da intervenção estadunidense no território colombiano – em 2003, por exemplo, o congresso dos EUA aprovou o aumento de 800 para 1400 tropas enviadas à Colômbia e o aporte de 100 milhões de dólares por ano para manutenção das operações (TICKNER, 2007). Além disso, de forma similar ao seu antecessor, Uribe passou uma imagem internacional na qual a situação de seu país representaria uma “ameaça à segurança regional” (PEDRAZA, 2012, p. 61, tradução própria).

Por conta do aumento da presença dos EUA na Colômbia, outros países da América do Sul se posicionaram de forma crítica. O governo brasileiro e outros da região, por exemplo, “expressaram sua preocupação com a instalação de bases militares” (PEDRAZA, 2012, p. 64, tradução própria) estadunidenses no território colombiano. Em paralelo, Hugo Chávez, na época presidente da Venezuela, criticou a política externa de seu vizinho geográfico (PEDRAZA, 2012). Como resposta, o então ministro de defesa colombiano, Juan Manuel Santos, afirmou que a Colômbia não consultaria outros países sobre seus acordos bilaterais (PEDRAZA, 2012). Dessa forma, além de aumentar a intervenção estadunidense, o governo Uribe acabou promovendo certo isolamento regional da Colômbia.

Apesar de extremamente alinhado à política externa dos EUA e seguir os princípios do *Respice Polum*, foi durante o mandato de Uribe que o cenário internacional passou por mudanças significativas e iniciou-se um processo de interesse estratégico colombiano no continente asiático. A primeira virada, segundo Briceño (2021), aconteceu por conta da política externa estadunidense durante as décadas de 1990 e 2000. A partir do fim da Guerra Fria e a afirmação dos EUA como principal potência no cenário mundial, sua postura para a América do Sul promoveu projetos de desenvolvimento neoliberais. Assim,

Ao aterrorizar as relações com a região, criou-se um espaço político para que, por um lado, governantes pudessem chegar ao poder em alguns países com uma inclinação ideológica diferente ou contrária à preferida por Washington (a chamada “Onda Rosa”) e, por outro lado, para que potências extrarregionais pudessem entrar na região por oferecerem alternativas políticas, econômicas e sociais (BRICEÑO, 2021, p. 480, tradução própria).

Já a segunda estaria relacionada à ascensão internacional chinesa. O boom das commodities, que durou do começo do século XXI até os anos 2010, foi, segundo o autor, puxado, principalmente, pelo crescimento econômico da China e o aumento da demanda internacional por esses produtos. Tendo em vista que a América do Sul é um dos principais exportadores, somando a relativa redução do alinhamento da região com os EUA, fica evidente uma mudança no cenário mundial frente a América do Sul.

Com a Colômbia, não foi diferente. Apesar de, ainda durante o mandato de Uribe, o governo seguir os princípios do *Respice Polum* e possuir a presença militar e econômica forte do governo estadunidense, foi nesse momento que se iniciou o processo recente de aproximação com outros parceiros econômicos asiáticos. Ainda sem menção direta à China, diversos documentos da administração Uribe tratam do projeto de “consolidar a inserção da Colômbia na Bacia do Pacífico, promover interesses comerciais, atrair investimentos e avançar em projetos de cooperação em tecnologia e agricultura, principalmente”. Dessa maneira, percebe-se a manutenção da ‘Intervenção à Convite’ por meio da pauta de segurança, alinhada à política externa estadunidense de guerra ao terror; porém, inicia-se, graças ao aumento da relevância econômica internacional da Ásia, uma aproximação com o continente.

É a partir desse cenário que, em 2010, Uribe elegeu seu sucessor e ministro da defesa, Juan Manuel Santos (2010-2018), para a presidência. Apesar de ter sido parte do governo anterior, o novo líder do Executivo representou uma mudança na atuação internacional colombiana. A partir da estruturação de suas prioridades políticas por meio de três pilares - mais emprego, mais segurança e menos pobreza -, reorganizou a sua política externa dando menos ênfase a questões securitárias. Em paralelo, a eleição do democrata, Barack Obama, nos EUA, e certo enfraquecimento da política externa estadunidense de intervenção militar no combate ao narcotráfico e grupos paramilitares em território colombiano foram fatores que contribuíram para essa mudança doméstica.

Assim, a partir dessas alterações, novas prioridades surgiram, “entre as quais é válido identificar a mais atraente: posicionar a Colômbia como líder, por meio de maior inserção e integração” (CABARCAS; HERNÁNDEZ, 2012, p. 328). Foi nesse sentido que o governo Santos promoveu uma mudança na direção da política externa *Respice Polum*. Dando uma maior ênfase à reintegração colombiana na América do Sul, o presidente continuou “com o *Respice Polum* e usa o *Respice Similia* para diminuir o nível de tensões com os vizinhos, criadas durante a administração de Uribe, sem que isso implique em uma posição mais latino-americana” (PEDRAZA, 2012, p. 54, tradução própria). Dessa maneira, percebe-se, apesar de um sutil afastamento, a manutenção de uma política externa alinhada com os EUA, mas que busca conferir posições de destaque internacional à Colômbia por meio de outras relações.

Além da retomada das relações com países da América do Sul, o governo Santos promoveu a continuidade do projeto de inserção asiática do governo Uribe. Em um dos documentos que nortearam a política externa de seu mandato, o Ministério de Relações Exteriores, sob comando de Santos, elegeu, dentre outros países da Ásia, a China como um dos “aliados tradicionais e países com os quais há um grande potencial para aprofundar as relações econômicas, comerciais e de investimento em benefício dos pilares da prosperidade democrática” (COLÔMBIA, 2010, p. 3, tradução própria). A manutenção dessa política de aproximação com a Ásia se deve muito à efetivação da ascensão internacional chinesa, principalmente “após a crise econômica e financeira de 2008 e a crise do euro” (PORRAS, 2012,

p. 365, tradução própria). A partir desse contexto, a consolidação da China como protagonista no sistema internacional apresentou

à Colômbia um desafio em termos da orientação de sua política externa. Em particular, o princípio *Respice Polum* constituiu uma base que não pode ser usada para conceber os diferentes papéis que a Colômbia poderia desempenhar a fim de constituir uma relação que abordasse a dimensão política. Pelo contrário, parecia natural que o princípio do *Respice Similia* deveria ser aquele que forneceria a Bogotá as ferramentas necessárias para aprofundar as relações com Pequim. Entretanto, não foi isso que aconteceu (BRICEÑO, 2021, p. 488, tradução própria).

Dessa maneira, somando o aumento da relevância internacional chinesa e a busca pela reinserção regional, seria natural um afastamento dos EUA. Porém, ainda alinhado com os princípios do *Respice Polum*, o governo Santos limitou suas ações direcionadas a Pequim à agenda comercial.

Diferente de seu antecessor, Iván Duque (2018-2022), vencedor das eleições presidenciais de 2018, retomou o alinhamento mais direto aos EUA. Em paralelo, com o retorno dos republicanos à Casa Branca, sob liderança de Donald Trump, as agendas internacionais dos dois países voltaram a convergir. A luta contra as drogas, a crítica ao regime de Nicolás Maduro, na Venezuela, e o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) – visando o aumento da pressão sobre o regime venezuelano – foram pautas comuns às lideranças. O ápice dessa reaproximação foi a declaração conjunta dos dois presidentes, na qual se comprometeram a resolver a crise democrática, humanitária e reconhecerem o opositor de Maduro, Juan Guaidó, como presidente venezuelano (PELÁEZ, 2021).

Além do apoio político, o documento deixou claro o processo de ressignificação da intervenção militar estadunidense na Colômbia. A afirmação de que “os Estados Unidos estão ao lado da Colômbia diante de qualquer provocação do ex-ditador ilegítimo da Venezuela, Nicolás Maduro, e daqueles que trabalham em seu nome para minar a segurança regional” (PELÁEZ, 2021, p. 382, tradução própria) evidencia o processo de transferência do centro da instabilidade regional da pauta de segurança nacional da Colômbia para o regime venezuelano. Como consequência desse processo, o governo colombiano atuou como protagonista no Grupo de Lima. Criado em 2017 para “contribuir com a estabilidade na Venezuela” (ROSSI, 2019), o fórum de Ministros das Relações Exteriores foi utilizado pela Colômbia como forma de pressionar o governo de Maduro e “promover sua liderança regional” (PELÁEZ, 2021, p. 399, tradução própria). Alinhado com os interesses do norte, seu posicionamento frente à Venezuela foi central na reaproximação com os EUA.

Em paralelo à afinidade entre Washington e Bogotá, a postura do governo Duque em relação a Nicolás Maduro foi oposta ao posicionamento chinês de oposição à intervenção estrangeira na Venezuela. Mesmo com esse afastamento político, “na prática o relacionamento foi aprofundado com discrição” (DEFELIPE, 2024, p. 251, tradução própria). Apesar da retomada do *Respice Polum* em sua forma mais direta e o realinhamento aos EUA, a consolidação da China como potência econômica seguiu sendo um fator de atração para as trocas comerciais colombianas.

Portanto, essa dicotomia entre o abismo político e a aproximação econômica marcou as relações sino-colombianas. Conforme introduzido, desde o processo de ascensão internacional chinês no início no século XXI, as interações entre os países foram marcadas pela centralidade econômica. A subordinação política aos EUA fez com que a Colômbia atrofiasse outras relações bilaterais a nível político, inclusive com a China. A partir da consolidação chinesa no sistema internacional, a Colômbia sofreu com o processo de atração econômica por parte da China. Assim, desde o governo Uribe (2002-2010), iniciou-se um movimento de inserção da Colômbia na Ásia.

Com as relações econômicas ao centro, o processo de aquecimento das trocas comerciais

com a China foram se acentuando desde então. Mesmo durante governos que alinharam sua política externa a agendas estadunidenses, a relação econômica entre os países não sofreu grandes abalos. O retrato disso foi o processo de reaproximação com os EUA durante o governo Duque (2018-2022), a discordância política sobre a Venezuela e a manutenção da acentuação das interações econômicas entre a China e a Colômbia. O retrato dessa crescente aproximação foi o convite chinês à participação da Colômbia na Nova Rota da Seda. Feito em 2019, ao final do mandato de Duque, a intenção chinesa evidenciou o desejo do país asiático em aprofundar os vínculos políticos, para além dos econômicos. Apesar da Colômbia não ter entrado no projeto, o convite de uma maior aproximação promoveu reflexões sobre os próximos passos da relação entre os países, que serão aprofundados na próxima seção.

Governo Petro, uma projeção ampla e plural, e as relações com Trump

Em um contexto mais recente, além do acirramento das disputas comerciais e políticas entre EUA e China, na Colômbia, em 2022, foi eleito o primeiro presidente de esquerda da história do país. Gustavo Petro (2022-2026) foi declarado vencedor do pleito com pouco mais de 50% dos votos, cerca de 3% de diferença para o segundo colocado. O economista e ex-combatente da guerrilha M-19 havia sido deputado, em 1991 e 1998, e senador, entre 2006 e 2010. Nesse último ano, concorreu à presidência com Juan Manuel Santos (2010-2018) e conquistou apenas 9% dos votos. Já em 2018, foi derrotado por Iván Duque no segundo turno. Além do feito inédito para a esquerda colombiana, é válido ressaltar que Francia Márquez, vice-presidente eleita, foi a primeira mulher negra a ocupar esse cargo. Dentre as principais agendas para sua política externa, destacam-se o enfoque para as relações regionais, uma reorientação do vínculo com os Estados Unidos, a transição energética na América Latina e colocar a Colômbia na posição de “uma potência mundial para a vida” (PEÑA-GALINDO, 2024, p. 424, tradução própria). Essa postura internacional de seu governo representou a priorização de

agendas fora daquelas defendidas pelos Estados Unidos e até mesmo responsabilizando Washington por alguns dos problemas que o novo presidente pretende priorizar. Dessa forma, a Colômbia não apenas começa a se afastar do desempenho habitual, mas também se aproxima de noções de autonomia caracterizadas por uma agenda independente, relações heterogêneas e foco em suas próprias necessidades (DEFELIPE, 2024, p. 481, tradução própria).

O fator externo responsável por manter o vínculo com a Colômbia estável foi a liderança democrata de Joe Biden nos EUA. A política externa dos dois governantes, apesar do tom crítico de Petro, apresentavam alguns pontos de convergências e, a partir disso, a relação entre os países se manteve de acordo com o alinhamento histórico. Dentre eles, destaca-se a estabilização da situação na Venezuela, a guerra às drogas e a agenda climática. É válido ressaltar que, além da complacência de Biden, o governo Petro se mostrou extremamente solícito à cooperação com os EUA. Mesmo possuindo um posicionamento crítico, Petro jamais se opôs diretamente a parcerias com a potência. Ao contrário, em março de 2023, no contexto do Diálogo de Alto Nível Estados Unidos-Colômbia, ambos os países demonstraram suas intenções de fortalecer as relações. Com objetivo de reforçar a nova proposta da política externa colombiana sem romper com os vínculos históricos, o chanceler da Colômbia, Álvaro Leyva, “assegurou que Petro nunca ‘surpreenderá os EUA, seu grande aliado’, mas reforçou que se deve compreender que, com um novo governo colombiano, o país assumirá um novo papel no sistema internacional” (CONJUNTURA LATITUDE SUL, 2023, p. 9).

Apesar de dividir pautas internacionais comuns com Joe Biden, o apoio à política externa de Petro não era unanimidade nos EUA. Por um lado, o partido do presidente estadunidense

apoia as políticas ambientais e de paz descritas por Petro, mesmo quando estas últimas não estão alinhadas com os princípios baseados no mercado defendidos pela potência do norte. Isso sugere que, embora a política externa do país sul-americano esteja se distanciando de seu alinhamento tradicional com Washington, os Estados Unidos continuam a favorecer a proximidade entre os dois países (PEÑA-GALINDO, 2024, p. 447, tradução própria).

Por outro, os opositores de Biden – Partido Republicano –, postularam “Petro como uma ameaça às relações cordiais entre a Colômbia e os Estados Unidos, rotulando-o como um promotor de políticas anti-estadunidenses” (PEÑA-GALINDO, 2024, p. 449, tradução própria). Nesse contexto, analisa-se o sucesso da política externa de Petro voltada para os Estados Unidos a partir de uma perspectiva conjuntural:

Essa é uma oportunidade para a Colômbia na atual situação, pois embora Petro - como evidenciado no discurso analisado aqui (2022) - tenha assumido posições de confronto com os Estados Unidos, o governo dos EUA aceitou essas reclamações e procurou integrá-las ao seu discurso, uma situação radicalmente diferente quando se trata da oposição republicana em Washington (DEFELIPE, 2024, p. 451, tradução própria).

Além disso, é válido ressaltar a diferença de sua postura frente aos EUA se comparada à de seus antecessores. Enquanto Petro manteve sua posição crítica e construiu uma relação a partir dos interesses colombianos, de Pastrana (1998-2002) à Duque (2018-2022) percebeu-se um alinhamento subordinado aos Estados Unidos. Portanto, apesar de possuir agendas comuns a seus antecessores, a perspectiva de atuação se mostrou diferente. Assim como Uribe (2002-2010), Petro e Biden se alinharam quanto à necessidade de estabilização da Venezuela. Diferente do primeiro, que se posicionou de forma completamente alinhada aos interesses estadunidenses, o atual líder do Executivo colombiano buscou solucionar questões humanitárias e econômicas no país vizinho por meio da retirada das sanções e com objetivo de “se apresentar como um líder de esquerda em questões regionais” (DEFELIPE, 2024, p. 481, tradução própria). Em paralelo, com relação à pauta das drogas, ao contrário de Pastrana (1998-2002), que institucionalizou a intervenção militar e econômica estadunidense por meio do Plano Colômbia, Petro apresentou uma perspectiva mais humanitária do combate à problemática. A partir de negociações de paz com grupos paramilitares e uma ação multidisciplinar no enfrentamento do narcotráfico, Petro subverteu a questão aos interesses e perspectivas nacionais.

Em paralelo, com o acirramento nas disputas políticas e econômicas entre EUA e China, a política externa colombiana seguiu sendo afetada. A partir da eleição de Petro e de seu discurso que fomentava a relação entre países do sul-global, especulava-se que o convite chinês de adesão a Nova Rota da Seda, feito ainda no governo Duque, fosse aceito. Apesar da expectativa, o governo Petro foi relutante em integrar o projeto. Por outro lado, reconhecendo a consolidação da China como potência, o status da relação sino-colombiana foi promovido para “associação estratégica”. Seguindo a tendência dos ex-presidentes, o vínculo entre os países seguiu se desenvolvendo. Transbordando as agendas econômicas, durante o governo Petro foi possível encontrar convergências políticas. Dentre elas, destacam-se a agenda climática, a defesa pela reforma do sistema financeiro internacional e do multilateralismo. Apesar da aproximação entre os países, a relação histórica com os EUA e a complacência do governo Biden aos projetos da política externa colombiana podem ser analisados como centrais na decisão pela não adesão do país sul-americano à Nova Rota da Seda (DEFELIPE, 2024).

Assim, a partir da perspectiva nacional, Petro equilibrou sua política externa entre as duas potências a partir do pragmatismo voltado aos interesses nacionais. Em 2024, uma nova variável surgiu e mudou a conjuntura favorável ao projeto colombiano. Donald Trump, candidato do Partido Republicano, crítico da postura de Petro, foi eleito presidente dos EUA.

A partir da sua ascensão ao poder, a relativa convergência existente entre os EUA e a política externa de Petro foi esvaziada. Partindo do pretexto de “America First”, o líder do executivo estadunidense passou a se opor a qualquer política eleita como contrária as prioridades estadunidenses. Desde sua eleição, diversas relações com outros países foram alvos de críticas, ameaças de imposições de tarifas e anexações territoriais. Com Petro, não foi diferente. O primeiro ponto de divergência que promoveu troca de acusações entre os homólogos estava relacionado à política migratória de Trump.

Dois aviões militares, com cidadãos colombianos, partiram dos EUA em direção à Colômbia. Após a decolagem, o presidente do país sul-americano, Gustavo Petro, proibiu que as aeronaves entrassem no espaço aéreo do país. De forma complementar, por meio de sua conta na rede social “X”, o líder colombiano afirmou que “os EUA não podem tratar os migrantes colombianos como criminosos”. Em resposta, Trump anunciou uma série de sanções ao país. Dentre elas, destaca-se a criação de uma tarifa de 25% sobre todos os produtos advindos da Colômbia. De forma recíproca, Petro impôs nova taxa de 50% para importações vindas dos EUA (CONJUNTURA LATITUDE SUL, 2025, p. 7).

Poucos dias após as ameaças, ambos os países divulgaram comunicados pondo fim ao impasse. O governo Petro passou a aceitar novos voos vindos dos EUA após obter garantias de proteção aos direitos humanos. Apesar da reconciliação entre os Estados, a relação entre os presidentes não seguiu a mesma direção. Pouco tempo após a resolução da questão migratória, o governo Trump divulgou, durante o “Dia da Libertação”, a imposição de tarifas alfandegárias a diversos países do mundo. Dentre eles, a Colômbia foi atingida com o acréscimo de 10% sobre as suas exportações com destino aos EUA (EL COLOMBIANO, abr. 2025). Em resposta, o presidente colombiano criticou a decisão unilateral do governo Trump e, poucos dias após, teve seu visto revogado pelo governo estadunidense.

Tendo em vista o acirramento nas relações entre os países americanos, percebe-se que a conjuntura, na qual era favorável a política externa mais independente de Petro, mudou completamente com a eleição estadunidense. Apesar da manutenção do pragmatismo de seu governo, as convergências se esvaziaram. A estabilização da Venezuela, para Trump, não seria por meio da redução das sanções e, sim, com o aumento da pressão a Maduro. Em paralelo, a agenda climática negacionista do novo mandatário vai de encontro com a política de Petro. No mesmo sentido, há discordâncias quanto à perspectiva no combate às drogas. Assim, com o afastamento ainda maior dos Estados Unidos e a paralela ascensão chinesa, fica evidente a acentuação no processo de aproximação com a potência asiática. Dessa maneira, a relutância inicial do governo Petro em aderir a Nova Rota da Seda se esvaziou. Portanto,

no dia 14 de maio, o presidente colombiano, Gustavo Petro, anunciou a entrada do país na Rota da Seda chinesa. O acordo foi assinado após uma reunião entre Xi Jinping, Petro e ambos os ministros de relações exteriores. A adesão faz com que a Colômbia se junte a mais de 149 países filiados no projeto chinês de auxílio financeiro a projetos de infraestrutura (CONJUNTURA LATITUDE SUL, no prelo).

Apesar de aderir ao projeto chinês, o governo, seguindo o pragmatismo, apontou que esse movimento não representaria a deterioração das relações com os EUA que, em reposta, se opôs “ao financiamento internacional de qualquer projeto com a participação de empresas estatais ou controladas pelo governo chinês na Colômbia” (CONJUNTURA LATITUDE SUL, no prelo). Além da crítica direta, Washington alertou que limitaria o financiamento externo a Bogotá por meio de instituições internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como reação, o governo colombiano solicitou a entrada no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Tendo sua adesão confirmada pela presidenta da instituição e ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, a entrada da Colômbia no Banco criado pelos países dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - representa uma aproximação

significativa ao projeto de governança internacional multilateral promovido pelo Estado chinês.

Dessa maneira, percebem-se dois momentos distintos da política externa do governo Petro. A primeira, convergindo os princípios do Respice Polum e Respice Simila, foi de manutenção do alinhamento com os EUA, mas, diferente de seus antecessores, a partir de interesses nacionais. Em paralelo, graças a ascensão internacional da China, houve uma continuação do estreitamento na relação com o país asiático, mas mantendo-se equilibrado com os interesses estadunidenses. Assim, durante o governo Biden, foi possível perceber o pragmatismo imperando como central na relação entre China-Colômbia-EUA. Com a vitória de Trump e o esvaziamento das pautas comuns entre Washington e Bogotá, percebe-se uma mudança na postura da política de Petro. Migrando do misto entre Respice Polum e Respice Simila para apenas o Respice Simila, a relação entre os países se mostrou conflituosa. Sem abdicar da relação histórica, a diplomacia colombiana segue demonstrando que não tem interesse de se afastar da potência norte-americana; porém, tendo em vista os interesses nacionais, não se subordinará aos estadunidenses. O contexto internacional se torna ainda mais favorável à essa postura por conta da possibilidade de buscar, na China, apoio que o governo Trump se recusa a oferecer. A partir desse esvaziamento por parte de Washington, percebe-se a natural aproximação colombiana com projetos de liderança chinesa, como a Nova Rota da Seda e o Novo Banco de Desenvolvimento.

Conclusões

O atual status da relação entre Colômbia e China é indissociável do vínculo colombiano com os EUA. Desde 1914 e a formulação do conceito de Respice Polum, a inserção internacional do país sul-americano foi subordinada a interesses estadunidenses. O fato de Bogotá só ter estabelecido suas relações com Pequim após a aproximação da China com Washington é ilustrativa do grau de ingerência histórica estadunidense. A institucionalização por meio da Intervenção à Convite do governo Pastrana (1998-2002) foi uma renovação e aprofundamento desse processo. Na sequência, a eleição de George W. Bush e a guerra ao terror, a utilização do Plano Colômbia para interesses dos EUA e o alinhamento com políticas promovidas por seu homólogo colombiano, Uribe (2002-2010), promoveu a catalisação desse processo. Gerando atritos com países de sua região, foi possível perceber os princípios do Respice Polum nos dois governos.

A partir da eleição de Santos (2010-2018) e de Obama (2009-2017), somado às consequências da crise econômica de 2008 – sendo a principal, a consolidação da China como potência comercial -, a política colombiana passou a pendular entre Respice Polum e Respice Simila. A tentativa de retomada das relações com os países sul-americanos e certa aproximação econômica com a China foram consequência desse desencontro de agendas políticas com EUA. Na sequência, a partir da entrada de Trump (2017-2021) e Duque (2018-2022), os princípios do Respice Polum, em sua mais pura forma, foram retomados. A subordinação aos interesses estadunidenses pôde ser percebida, principalmente, na elaboração das políticas voltadas à Venezuela. Apesar desse realinhamento, não houve um afastamento na relação com a China. O status de potência mundial fez com que, mesmo sem haver convergências políticas, o vínculo se mantivesse em desenvolvimento.

Essa aproximação fica evidenciada a partir do convite chinês à Colômbia de adesão a Nova Rota da Seda. Feito no final do mandato de Uribe, que utilizou o Respice Polum e retomou o aprofundamento das relações com os EUA, o convite foi inicialmente recusado, inclusive, por Gustavo Petro (2022-2026), que possuía convergências políticas com a China. Essa hesitação se justificou, principalmente, por conta do alinhamento político com seu homólogo estadunidense, Joe Biden (2021-2025). A relação amistosa de seu governo frente as

pautas de Petro, foi um dos pilares na relação entre os países. A partir do retorno de Donald Trump (2025-2029) à presidência e sua política de “America First”, houve um esvaziamento dessa cooperação. Dessa maneira, a partir do desencontro político entre os governos Trump e Petro, a consolidação da disputa entre China e EUA e a efetivação do país asiático como potência global, percebe-se uma tendência de acentuação nas relações sino-colombianas.

Pela primeira vez transbordando as trocas comerciais, o governo Petro inaugurou, a partir da adesão a Nova Rota da Seda e ao Novo Banco de Desenvolvimento, um alinhamento político com o projeto de governança internacional multilateral. Este, que vai de encontro ao projeto unipolar de Donald Trump, representa o raro afastamento político entre os países americanos e, pela primeira vez, uma oposição direta da Colômbia aos interesses estadunidenses. Todo esse processo é feito, não necessariamente por conta de uma intenção de ruptura com Washington, mas muito pela recusa de aproximação entre os países por parte do governo Trump. Durante o mandato de Biden, foi possível perceber o pragmatismo de Petro equilibrando as relações com as duas potências. O tensionamento promovido por Trump faz com que, ao esvaziar suas relações com a Colômbia, o país sul-americano busque, na China, o que não encontra nos EUA.

Apesar desse contexto recente, o governo Petro se encerra em 2026 e o Trump em 2029. Tendo em vista a impossibilidade constitucional de reeleição de ambos os presidentes, é válido considerar a relevância do próximo pleito em ambos os países para a relação China-Colômbia-EUA. Independente do resultado nacional, como uma possível eleição de um sucessor de Petro, o vínculo com as potências e a postura colombiana dependem, também, do resultado do pleito estadunidense e da política promovida pelo vencedor. Assim como percebido no contexto Uribe-Santos, apesar da eleição do sucessor, houve uma mudança significativa na política externa graças ao contexto internacional. Dessa maneira, a análise, além de fatores intrínsecos à Colômbia, também se faz necessária.

Referências bibliográficas

BRICEÑO, Ricardo García. China sin escape: las limitaciones de la política exterior colombiana. In: PASTRANA BUELVAS, Eduardo; REITH, Stefan (ed.). La política exterior de Iván Duque: ¿cambio en la concepción del rol nacional? Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2021. p. 475–504.

CABARCAS, Fabio Sánchez; HERNÁNDEZ, Catalina Monroy. Actores, decisión y construcción de la política exterior colombiana hacia los Estados Unidos en la era Santos. In: JOST, Stefan (ed.). Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer; Pontificia Universidad Javeriana, 2012. p. 323-338.

COLÔMBIA. Ministério de Relações Exteriores. Lineamientos de la Política Exterior de Colombia. República da Colômbia, 2010. Disponível em: https://nuevayork-onu.mision.gov.co/sites/default/files/politica_exterior.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Autoridades de Colômbia e Paraguai se reúnem com representantes do governo dos EUA. Conjuntura Latitude Sul, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 08–09, mar. 2023. Disponível em: <https://latsul.org>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Colômbia contesta tratamento de seus cidadãos em deportações promovidas pelos EUA. Conjuntura Latitude Sul, Rio de Janeiro, v. 9, n. 01–02, p. 07, jan./fev. 2025. Disponível em: <https://latsul.org>. Acesso em: 13 jul. 2025.

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Colômbia contesta tratamento de seus cidadãos em deportações promovidas pelos EUA. Conjuntura Latitude Sul, Rio de Janeiro: IESP-UERJ, no prelo.

DEFELIPE, Camilo. Colombia y China: perspectivas de la relación en el mandato de Gustavo Petro. In: ARDILA, Martha et al. Reconfiguración del orden mundial: incertidumbres regionales y locales. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer Stiftung, 2024. p. 459–491. ISBN

978-628-7708-09-9.

DIAS, Otávio. Candidato da oposição vence na Colômbia. Folha de S.Paulo, FSP Mundo, São Paulo, 22 jun. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft22069801.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

EL COLOMBIANO. Colombia también entró en el paquete de aranceles de Trump: Estados Unidos impone tarifas del 10%. El Colombiano, abril 2025. Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/negocios/aranceles-latinoamerica-colombia-trump-lista-de-paises-JE27017394>. Acesso em: 13 jul. 2025.

G1. Gustavo Petro vence eleições e se torna o primeiro presidente de esquerda da Colômbia, diz agência. G1 Mundo, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/19/gustavo-petro-vence-eleicoes-e-se-torna-o-primeiro-presidente-de-esquerda-da-colombia-diz-agencia.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2025.

GONÇALVEZ, Fernanda Nanci. A articulação entre política externa e defesa no Brasil e na Colômbia: trajetória institucional e autonomia decisória. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

NIETO, Jaime Zuluaga. Colombia, una pieza clave en la rivalidad entre Estados Unidos y China en América Latina. In: MERINO, Gabriel; MORGENFELD, Leandro (Coords.). Nuestra América, Estados Unidos y China: transición geopolítica del sistema mundial. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Batalla de Ideas, 2025. p. 221–241. ISBN 978-987-813-998-2.

PEDRAZA, Luis Dallanegra. Claves de la política exterior de Colombia. Política Exterior Latinoamericana, México, v. 54, n. 1, p. 37–73, 2012.

PELÁEZ, Daniel Vela. La doctrina Duque y el diálogo con Trump. In: PASTRANA BUELVAS, Eduardo; REITH, Stefan (ed.). La política exterior de Iván Duque: ¿cambio en la concepción del rol nacional? Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2021. p. 375–416.

PEÑA-GALINDO, Andrés. El cambio de enfoque de la política exterior colombiana bajo el gobierno de Gustavo Petro: de la performatividad al No Alineamiento Activo. In: ARDILA, Martha et al. Reconfiguración del orden mundial: incertidumbres regionales y locales. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer Stiftung, 2024. p. 421–457. ISBN 978-628-7708-09-9.

PORRAS, Eduardo Velosa. Colombia frente al Asia-Pacífico. In: Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior. Editado por Stefan Jost. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2012. p. 357–370.

ROSSI, Amanda. Crise na Venezuela: o que é o Grupo de Lima, que reúne representantes de 14 países. BBC Brasil, São Paulo, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47339120>. Acesso em: 13 jun. 2025.

TICKNER, Arlene B. Intervención por invitación: claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. Colombia Internacional, Bogotá, n. 65, p. 90–111, ene./jun. 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/colombiaint/27718>. Acesso em: 5 jun. 2025.



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Abril de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	43
Brasil.....	45
Colômbia.....	46
Equador.....	48
Guiana.....	50
Peru.....	52
Suriname.....	54
Venezuela.....	54
OTCA.....	55

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Ao longo do mês de abril de 2025, a Amazônia boliviana foi marcada por cheias de rios em função de algumas das chuvas mais intensas das últimas décadas. O departamento de Beni foi o mais atingido, com a alta do rio Mamoré. Já morreram mais de 50 pessoas em decorrência da cheia, que também afetaram a produção agropecuária, principalmente de

gado [1]. Vários territórios indígenas declararam estado de emergência [2].

Na política externa, algumas relações bilaterais tiveram destaque. Com o Brasil, ao longo do mês, a Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO) sediou uma reunião entre parlamentares brasileiros e bolivianos. O encontro contou com a presença de senadores e deputados bolivianos, além de autoridades brasileiras, e teve como objetivo fortalecer os laços entre os dois países e discutir projetos estratégicos para a região de fronteira. Entre os temas abordados, estavam a construção da ponte binacional entre Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (BOL), a situação da alfândega em Costa Marques e os impactos da geração de energia elétrica pela Usina de Jirau [3]. Ainda no âmbito da cooperação bilateral no plano subnacional, o estado brasileiro do Acre passou a importar novos produtos bolivianos, como sal [4]. Os países também avançaram nas políticas de integração energética: ao longo do mês, foi assinado um aditivo a um memorando de entendimento de 2007, visando utilizar a infraestrutura existente para o transporte de gás natural boliviano ao Brasil para também transportar gás natural argentino, produzido no campo de Vaca Muerta [5][6].

Na relação com a Colômbia, houve uma reunião entre Celinda Sosa, chanceler boliviana, e Lena Yanina Estrada, ministra colombiana de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No encontro, foram discutidos assuntos como o estreitamento da cooperação bilateral para a COP30, a importância do fortalecimento de mecanismos ligados a povos indígenas no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a construção de mecanismos regionais pan-amazônicos de proteção das florestas [7].

Na relação com o Peru, destaca-se a intensificação do controle de segurança nas fronteiras entre os dois países, com o objetivo de combater o tráfico ilegal de madeira e o desmatamento na região [8]. Finalmente, cabe menção ao anúncio realizado pelo vice-ministro de Minerales Tecnológicos y Desarrollo Productivo Minero Metalúrgico de que a Bolívia está negociando com o Irã um acordo para exploração de terras raras em diversas partes do país – inclusive em alguns territórios amazônicos [9].

No âmbito regional, destaca-se a realização da terceira reunião da Rede de Autoridades Amazônicas da Água (RADA), organizada no âmbito da OTCA. A reunião ocorreu na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra [10]. Além disso, cabe mencionar que Luis Arce, presidente boliviano, destacou a importância da cooperação regional para o combate aos desastres naturais em seu discurso durante o Día de la Madre Tierra [11].

Finalmente, cabe nota de que o governo boliviano e o Pacto de Unidade, conjunto de movimentos sociais, anunciaram que lançarão o nome de David Choquehuanca, vice-presidente, na disputa pelo cargo de Secretário Geral das Nações Unidas. Se eleito, Choquehuanca será o primeiro indígena a ocupar o posto [12] [13]. O vice-presidente defendeu a criação de um marco legal para proteger os recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Ele enfatizou a necessidade de salvaguardar esses patrimônios contra a biopirataria e o uso indevido por interesses comerciais, promovendo sua valorização e preservação [14].

Referências

[1] Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/04/08/chuva-recorde-na-bolivia-faz-vacas-nadarem-para-fugir-de-cheias-veja.ghtml>.

[2] Disponível em: <https://eju.tv/2025/04/territorios-indigenas-de-la-amazonia-norte-y-sur-reportan-desastre-y-claman-por-ayuda-humanitaria/>.

[3] Disponível em: <https://ariquemesonline.com.br/video/brasil-e-bolivia-discutem-projetos-estrategicos-na-fronteira-em-reuniao-historica-na-ale-ro/>.

[4] Disponível em: <https://tvcbrazil.com.br/noticia/15363/governo-do-estado->

[acompanha-chegada-de-primeiro-lote-de-sal-importado-da-bolivia-para-o-acre.](#)

[5]Disponível em: <https://www.bnamericas.com/pt/noticias/bolivia-avanca-na-integracao-energetica-com-o-brasil-para-fortalecer-fornecimento-de-eletricidade>.

[6]Disponível em: https://amazoniapress.com.br/bolivia-comeca-a-enviar-gas-argentino-para-o-brasil-atraves-de-gasodutos/#google_vignette.

[7]Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/colombia-y-bolivia-buscan-alinearse-para-la-cop30-de-brasil/>.

[8]Disponível em: <https://spanish.news.cn/20250402/fc1cc8337ee9416394f44e0fef9692aa/c.html>.

[9]Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/bolivia-iran-alianza-tierras-raras-medio-ambiente>.

[10]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/04/25/21030/>.

[11]Disponível em: <https://www.ربول.com.bo/gente/arce-urge-fortalecer-la-cooperaci%C3%B3n-regional-para-responder-los-desastres-ambientales>.

[12]Disponível em: <https://www.nodal.am/2025/04/bolivia-pacto-de-unidad-postula-a-vicepresidente-choquehuanca-como-candidato-indigena-a-la-secretaria-general-de-la-onu/>.

[13]Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2025/04/25/bolivia-propone-indigena-para-secretario-general-de-la-onu/>.

[14]Disponível em: <https://lapatria.bo/2025/04/03/choquehuanca-pide-un-marco-legal-para-proteger-recursos-geneticos-y-conocimientos-tradicionales/>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Abril de 2025 foi marcado por iniciativas da sociedade civil e de parlamentares para instar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a barrar a exploração de petróleo pela Petrobras na bacia da Foz do Amazonas (processo que segue dependente de um aval do Ibama para acontecer). No dia 4, o chefe de Estado visitou a aldeia Piaraçu, na terra indígena Capoto/Jarina, em Mato Grosso, onde foi cobrado pelo cacique Raoni a manter o petróleo debaixo do mar, a fim de evitar a destruição do meio ambiente e o aquecimento da Terra. [1] Por sua vez, entre os dias 7 e 11, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) organizou a 21ª edição do Acampamento Terra Livre, em Brasília, que colocou o fim da exploração de combustíveis fósseis na Amazônia como uma das demandas reivindicadas ao Estado brasileiro. O evento reuniu lideranças indígenas dos nove países da Bacia Amazônica, articuladas no G9 da Amazônia Indígena, aliança criada no ano passado para defender a floresta. [2]

No âmbito da academia, no dia 2, pesquisadores de diferentes instituições (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Museu do Amanhã, PUC-Rio e Universidade Federal do Rio de Janeiro) publicaram, na revista “Perspectives in Ecology and Conservation”, uma “research letter” intitulada “Green royalties: keeping offshore Amazon free of oil”. O estudo propôs a criação de um fundo de US\$ 19,9 bilhões para remunerar Estados e municípios da Amazônia com valor equivalente ao que ganhariam, em royalties, com a exploração de petróleo no mar da região por 27 anos. [3] No âmbito do Legislativo, no dia 25, um grupo de 42 parlamentares de partidos de esquerda (deputados federais, estaduais e vereadores do PSOL, PT, Rede, PV e PDT) divulgou uma carta, direcionada ao presidente Lula, na qual externou preocupação com a contínua busca do governo federal pela exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Para proteger o clima, a biodiversidade do bioma amazônico e os modos de vida de povos e comunidades tradicionais que vivem nele, o grupo pediu, ao presidente, a suspensão da prospecção de petróleo, em conformidade com a recomendação de especialistas. [4]

Na política externa, o presidente Lula compareceu à abertura da 9ª reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Honduras, no dia

9. Em discurso, reivindicou uma maior cooperação regional na agenda de energia e lembrou que “o último relatório do IPCC descreve a América Latina e o Caribe como uma das regiões mais vulneráveis do planeta [e que] os riscos de colapso da Floresta Amazônica e de degelo da Antártida são pontos de não-retorno que colocam em xeque nossa sobrevivência”. [5] Por sua vez, no dia 29, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, uma cúpula entre os chanceleres do BRICS. A declaração emitida pelo governo brasileiro ao final do encontro não menciona a Amazônia, mas registra o apoio do grupo ao debate sobre transições energéticas justas, proposto pela África do Sul no âmbito do G20; ao plano de lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, articulado pelo Brasil na COP30; e ao fornecimento, pelos países desenvolvidos, de maiores recursos aos países em desenvolvimento para a implementação de políticas climáticas, conforme reivindicado em fóruns multilaterais. [6]

Por fim, cabe registrar a divulgação, no dia 8, de um estudo feito pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) a respeito do crime organizado na Amazônia Legal. Segundo o órgão, a taxa de homicídios na região é de 29,6 homicídios por 100 mil habitantes, maior do que o índice nacional de 21,3. A agência atribui a taxa mais elevada ao crescimento de disputas pelo controle de territórios amazônicos entre facções criminosas. Esses grupos lavam dinheiro do narcotráfico por meio da compra de terras, nas quais fazem investimentos em produção agropecuária, extração de madeira e mineração. As práticas ilegais atingem territórios indígenas, como o Yanomani, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Nesses territórios, lideranças são assassinadas, rios são contaminados e populações sofrem com o aumento do uso de drogas e da exploração sexual. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é apontado como a maior facção em expansão na região. [7]

Referências

[1]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/a-mensagem-do-cacique-raoni-a-lula-sobre-pesquisar-petroleo-na-margem-equatorial/>.

[2]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/04/06/povos-indigenas-acampam-em-brasilia-contrapetroleo-na-amazonia/>.

[3]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/04/16/fundo-de-us-20-bi-pode-incentivar-nao-exploracao-da-foz-do-amazonas.ghtml>.

[4]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/04/parlamentares-de-esquerda-enviam-carta-a-lula-contrapetroleo-na-amazonia.shtml>.

[5]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/04/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-9a-reuniao-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>.

[6]Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-da-presidencia-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-relacoes-internacionais-dos-paises-membros-do-brics.

[7]Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/04/1847126>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 3 de abril, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Lena Estrada, reuniu-se com os governadores das regiões da Amazônia e da Orinoquia [1]. A reunião foi fruto da intenção de Estrada de manter um espaço de diálogo com os governadores locais, já que a ministra reconhece que a participação dos atores regionais é fundamental para a preservação dos ecossistemas. Na ocasião, Estrada solicitou que os

governadores elaborem uma estratégia de posicionamento para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em novembro, no Brasil. O Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável recomenda o estabelecimento de um posicionamento comum dos governadores na COP30 para “consolidar um mercado internacional de turismo sustentável e negócios verdes na Colômbia” [1]. Como resultado do encontro, foi acordada a criação de um roteiro junto aos órgãos territoriais permanentes amazônicos para implementar metas ambientais. Também foram definidas prioridades para a proteção da biodiversidade.

No dia 10 de abril, autoridades do governo colombiano e lideranças indígenas amazônicas celebraram uma sentença favorável às demandas feitas por autoridades indígenas conhecidas como “Jaguares de Yuruparí” à Corte Constitucional da Colômbia [2]. As autoridades solicitaram, em suma, a proteção de seus direitos à identidade, ao território, à autodeterminação dos povos, à sobrevivência física e cultural, à água e a um meio ambiente saudável, frente aos riscos apresentados por atividades de mineração em territórios amazônicos [3]. A decisão da Corte reconheceu os impactos relatados pelas comunidades indígenas e a negligência das autoridades governamentais em relação à questão. Além disso, estabeleceu soluções a serem adotadas, que vão desde o reconhecimento mais amplo dos direitos dos povos demandantes até ordens de ação imediata para o governo colombiano. A ministra Lena Estrada afirmou que a decisão “fornece uma orientação muito específica para o Ministério do Meio Ambiente: devemos apoiar este território historicamente vulnerável” [2]. Na ocasião, Estrada ainda acordou iniciar um trabalho conjunto com o Órgão de Coordenação de Yuruparí para desenvolver um plano de ação compartilhado para implementar a decisão [4].

A ampliação do escopo de proteção dos direitos dos povos indígenas também foi defendida pela ministra em fóruns multilaterais. No dia 21 de abril, Estrada esteve presente em Nova Iorque para sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII). Em seu discurso, a ministra destacou a necessidade de garantia dos direitos aos povos originários. Segundo a liderança, a participação dessa população é essencial no processo de enfrentamento à crise climática global. Fazendo referência à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2008, a primeira indígena ministra da Colômbia reivindicou a maior participação dessas populações na ONU; o reconhecimento de suas ancestralidades; e a implementação de políticas sobre o direito de mulheres e meninas indígenas. Além disso, ao abordar a COP30, Estrada defendeu o acesso direto dos povos indígenas a fundos financeiros para o clima e a biodiversidade sem a intermediação de governos ou agências não-governamentais. Outro ponto destacado foi o risco do uso e produção de combustíveis fósseis. De acordo com a ministra, o setor de exploração de óleo e gás é uma das principais ameaças às populações indígenas [5].

Seguindo a agenda governamental, no dia 27 de abril, a Unidade Nacional de Gestão de Riscos e Desastres (UNGRD) promoveu um encontro voltado para o desenvolvimento de uma estratégia regional de combate às mudanças climáticas. Contando com a presença de seis governadores de estados amazônicos colombianos, a cúpula promoveu a assinatura de uma declaração conjunta e o desenvolvimento de um planejamento estratégico regional voltado ao enfrentamento de incêndios, desmatamento e proteção da biodiversidade [6].

Já no dia 29 de abril, Estrada participou de uma reunião com o Secretário Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Martin von Hildebrand. A expectativa do ministério foi de avançar “em uma agenda conjunta rumo à V Cúpula de Presidentes da Amazônia” [7]. Esse encontro presidencial, que acontecerá em agosto de 2025, na Colômbia, pode se tornar o principal meio para debate e desenvolvimento de uma “visão amazônica comum” para a COP30 [7][8].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/abrimos-el-dialogo-para-fortalecer-la-agenda-ambiental-con-gobernadores-de-la-amazonia-y-orinoquia-ministra-lena-estrada/>.

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-y-autoridades-indigenas-del-yurupari-anuncian-acciones-en-cumplimiento-de-sentencia-t-106-de-la-corte-constitucional/>.

[3]Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2025/t-106-25.htm>.

[4]Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2025/04/12/colombia-gobierno-y-lideres-indigenas-celebran-fallo-sobre-amazonia/>.

[5]Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/en-la-onu-minambiente-exige-recursos-directos-a-las-comunidades-indigenas/>.

[6]Disponível em: <https://noticiasnvc.com/colombia-fortalece-compromiso-climatico-con-estrategia-en-la-amazonia/>.

[7]Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJDNtjOtDhX/?igsh=QkFJd3lxeDI4WQ%3D%3D&img_index=1.

[8]Disponível em: <https://anabolivia.org/redes-de-la-amazonia-proponen-dialogo-entre-gobiernos-y-sociedad-civil-para-retomar-agenda/#:~:text=La%20Cumbre%20de%20los%20Presidentes%20de%20la%20Amazonia%20se%20realizar%C3%A1,los%20pueblos%20y%20la%20Naturaleza>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

A empresa de tecnologia e pagamentos PayJoy, em parceria com a Nantuk, doou dispositivos tecnológicos às comunidades Achuar de Ikiam, Saume, Tsunkintsa e Kuserua, localizadas no cantão Taisha, província de Morona Santiago em 3 de abril de 2025. A doação incluiu oito smartphones e uma antena Starlink, permitindo que mais de 360 pessoas tenham acesso a comunicação, educação e serviços essenciais via internet. Para realizar essa entrega, a PayJoy colaborou com a ONG Violín Rojo Círculo Social e líderes comunitários. A coordenação com esses parceiros foi fundamental para instalar a antena, distribuir os dispositivos e capacitar os beneficiários. [1]

Uma operação conjunta entre as Forças Armadas e a Polícia Nacional resultou na inutilização de uma pista de pouso clandestina na comunidade de Huamboya, na província de Morona Santiago, em 3 de abril de 2025. A pista, utilizada para atividades de narcotráfico, estava disfarçada sob a fachada de uma igreja evangélica. Segundo informações divulgadas pela Força Aérea Equatoriana (FAE), a infraestrutura era operada por cidadãos mexicanos que não conseguiram justificar a origem dos fundos utilizados para sua construção. Embora o Equador não produza cocaína, tornou-se um importante centro logístico para o narcotráfico internacional devido às fragilidades nos sistemas de controle de fronteiras, portos e aeroportos, transformando o país em um ponto crucial na cadeia global do narcotráfico. [2]

Em temas ambientais, durante uma cerimônia em Quito, o governo anunciou a Segunda Contribuição Determinada a Nível Nacional (NDC), a fim de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 7% com recursos próprios e até 15% com apoio internacional [3]. O anúncio liderado pelo Ministério do Ambiente Água e Transição Ecológica (MAATE) contou com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Cerca de 2700 pessoas participaram do processo de elaboração da meta, entre lideranças indígenas, mulheres e jovens. O Equador é o terceiro país da região a cumprir com este compromisso de anúncio, que engloba ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A III Conferência pela Amazônia Que Queremos ocorreu em 9 de abril e reuniu mais

de 300 cientistas, líderes indígenas e sociais, autoridades governamentais e acadêmicos, em Quito, para discutir os desafios que a região enfrenta, analisando-os de diversas perspectivas e propondo alternativas para os problemas que afetam a população, a flora e a fauna. Organizado pelo Painel Científico pela Amazônia (SPA) e pela Universidade San Francisco de Quito (USFQ), o encontro foi considerado um importante prelúdio para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025, conhecida como COP30, que será realizada no Brasil entre 10 e 21 de novembro deste ano. [4]

Um novo desastre ambiental atingiu a Amazônia equatoriana em 16 de abril de 2025. O rompimento de uma tubulação provocou um vazamento de petróleo, de acordo com a empresa Petroecuador. A estatal comunicou que o vazamento ocorreu na entrada da plataforma Yulebra 4, na província de Orellana. Segundo a entidade, o incidente foi causado pela colisão de um veículo particular, que realizava trabalhos na área e danificou a linha de fluxo de produção. Além disso, estão sendo realizadas inspeções conjuntas com o MAATE e representantes da comunidade, com o objetivo de avaliar a área. Esse novo incidente se soma a uma longa lista de vazamentos ambientais registrados no país, o mais recente ocorrido em 13 de março na província de Esmeraldas. [5]

Em 24 de abril, o Ministério da Saúde do Equador confirmou um caso de febre amarela em um paciente de 26 anos da província de Zamora Chinchipe, na Amazônia. A entidade informou que todos os contatos próximos do paciente (familiares e ambiente de trabalho) estão sob observação sem apresentar sintomas. O ministério indicou que ativou os protocolos de contenção sanitária, que incluem a notificação aos distritos de Saúde correspondentes e a coordenação com o Instituto Nacional de Investigação em Saúde Pública para a coleta e análise de amostras, detectando que a contaminação se deu a nível doméstico. [6]

Um outro alerta epidemiológico foi decretado em comunidades indígenas da Amazônia equatoriana próximas a fronteira com o Peru, após a morte de sete jovens com sintomas associados a malária. O Ministério da Saúde informou que iniciou uma campanha integral de saúde em Taisha, na província amazônica de Morona Santiago, onde comunidades do povo indígena achuar registraram as mortes, cujas causas estão sendo investigadas. Até o momento, mais de 150 testes rápidos para malária foram realizados, dos quais dois deram positivo. [7]

No dia 29, o MAATE anunciou um Plano de Ação para a Conservação dos Botos no Equador (2025-2035), política que visa a proteção das espécies amazônicas afetadas pelas contaminações dos rios, pesca irregular, tráfico ilegal e intervenção humana [8]. A ação contou com a participação do diretor do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) do Equador, Tarsicio Granizo, e com o apoio da Iniciativa Regional de Delfines de Río (SARDI) e do Instituto Nacional de Biodiversidad (INABIO). O plano é estruturado em quatro pilares: pesquisa e monitoramento científico; conservação e manejo sustentável; educação e comunicação; e governança efetiva. Com isso, o governo pretende abarcar desde a identificação de ameaças até o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção dos ecossistemas aquáticos.

Também no fim do mês, o governo equatoriano anunciou a designação de dois novos Geoparques Mundiais da UNESCO: o Geoparque Volcán Tungurahua e o Geoparque Napo Sumaco [9]. Localizadas na Amazônia Equatoriana, as regiões são reconhecidas pela diversidade natural, geográfica e geológica e suas novas denominações refletem o esforço conjunto de autoridades nacionais, comunitárias e academia em prol do desenvolvimento sustentável. Com estas novas designações – somadas ao Geoparque Mundial de Imbabura - o Equador se torna o segundo país com a maior quantidade de regiões protegidas na América Latina e no Caribe.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.primicias.ec/branded/donacion-tecnologia-amazonia-ecuatoriana-payjoy-92170/>.

[2]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/04/04/descubrieron-y-destruyeron-una-narcopista-en-la-amazonia-se-escondia-detras-de-una-falsa-iglesia/>.

[3]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/ecuador-presento-la-segunda-contribucion-determinada-a-nivel-nacional-ndc/>.

[4]Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/economia/conservacion-de-la-amazonia-ecuador-desafios-y-soluciones-2025-foro-quito-nota/?outputType=amp>.

[5]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/derrame-crudo-afecta-amazonia-ecuador-tras-ruptura-tuberia-orellana.html>.

[6]Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/pais/casos-de-fiebre-amarilla-en-ecuador-no-se-contagiaron-en-el-extranjero-sino-en-la-amazonia/>.

[7]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2025/04/25/alerta-epidemiologica-en-region-amazonica-de-ecuador-tras-la-muerte-de-al-menos-7-menores/>.

[8]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-maate-y-wwf-presentaron-el-plan-de-accion-para-la-conservacion-de-los-delfines-de-rio-2025-2035/>.

[9]Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2025/04/30/ecuador-suma-dos-nuevos-geoparques-mundiales-de-la-unesco-volcan-tungurahua-y-napo-sumaco/>.

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 8 de fevereiro, o site InfoAmazônia publicou uma matéria bastante informativa sobre o quadro socioambiental na Guiana. Com o título “ExxonMobil consolida ‘petroestado’ em meio a denúncias ambientais na Guiana”, a reportagem trata de diversos pontos, dos quais destacamos alguns e dividimos desta forma para registrar e analisar neste monitor: 1) poluição, 2) ameaça às comunidades locais e 3) dependência de nações estrangeiras [1].

O primeiro ponto refere-se a uma preocupação de dimensão mundial: a poluição e seus impactos na natureza e conseqüentemente na vida das pessoas. A reportagem denuncia que a ExxonMobil realizou práticas ilegais de flaring, que representa a queima de gás excedente da extração de petróleo. A licença ambiental outorgada à ExxonMobil, aprovada em 2017 para a exploração do campo Liza Fase 1, só autorizava o flaring em casos de manutenção ou emergência. No entanto, segundo o levantamento feito pela reportagem a partir de dados da SkyTruth e de uma consultoria feita pelo Instituto Arayara, entre 2019 e 2023, a ExxonMobil queimou 687 milhões de metros cúbicos de gás, o que é equivalente a liberação de 1,32 milhão de toneladas de CO₂. Esses dados colocam a Guiana como o segundo maior emissor por flaring na Pan-Amazônia, perdendo apenas para o Equador. Em 2021, três ativistas denunciaram a ilegalidade para a Agência de Proteção Ambiental da Guiana (EPA). O resultado foi que, um mês depois das denúncias, a EPA revisou a licença e flexibilizou a prática. Concretamente, o aparato estatal permitiu que a empresa e suas subsidiárias queimassem mais gás caso pagassem pelo ato, e o valor estipulado foi de US\$ 45,00 por tonelada. A nosso ver, esse caso particular da Guiana revela, ou reforça, muitos aspectos gerais da dificuldade de conciliação entre meio ambiente e modo de produção capitalista.

O segundo ponto da reportagem refere-se às inseguranças provocadas às comunidades locais, com destaque para as comunidades pesqueiras e as comunidades indígenas. Em primeiro lugar, o cotidiano do tráfego costeiro não só aumentou, mas também sofreu mudanças significativas no que tange ao tamanho das embarcações petroleiras. Essa dinâmica impactou diretamente a pesca local, pois afasta os cardumes e, portanto, diminui a capacidade competitiva de pescadores locais frente a empresas importadoras de pescados.

Também há um receio de que os possíveis vazamentos de petróleo podem afetar diretamente os mangues, que são berçários de muitas espécies de peixes. Sobre os povoados indígenas, a questão central apurada pelos jornalistas é que o projeto do Estado da Guiana compreende o equilíbrio entre as emissões de carbono por parte das atividades petroleiras e a capacidade de suas florestas em capturar carbono, de forma que haveria uma compensação. Além disso, a Guiana utilizaria o mercado de crédito de carbono para capitalizar as florestas. Para os povos indígenas, o governo ofereceu a distribuição de 15% do total da receita dos créditos de carbono. Contudo, esse mecanismo distributivo não confere autonomia às comunidades, pois, segundo discorre a reportagem, os povos não são consultados e não fazem ideia das decisões tomadas a respeito da floresta em si. Portanto, os fluxos monetários acabariam cumprindo um papel de silenciador. Em suma, parece-nos que a emergência de uma indústria petroleira na Guiana instiga contradições do ponto de vista da população local, pois, ao mesmo tempo em que injeta algum dinheiro na economia local, também traz riscos para as formas de produção e reprodução tradicionais da vida.

O último ponto da reportagem traça um histórico da dependência e da vulnerabilidade da Guiana em relação a nações estrangeiras. O país tornou-se independente do Reino Unido em 1966, inserindo-se na divisão internacional do trabalho como exportador de bens básicos, como o açúcar. Em 2015 a ExxonMobil descobriu grandes reservas de petróleo na costa de Essequibo, o que mudou a realidade do país. Toda a exploração e exportação de petróleo passou a ser feita por empresas estrangeiras, sendo a ExxonMobil uma espécie de “empresa líder”. O governo da Guiana apenas delega as atividades. O resultado foi um acordo que destina cerca de 12,5% da receita bruta mensal e apenas 2% dos royalties ao governo da Guiana. No Brasil e nos EUA, a distribuição dos royalties é de 15% e 16%, respectivamente. A nosso juízo, parece patente que a dinâmica desigual na Guiana possui justificativa histórica, pois a falta de capacidade endógena do Estado é também fruto dos anos de colonização, já que o território possuía uma função de colônia. Apesar de décadas como país independente, não é trivial e muito menos fácil construir capacidades produtivas adequadas em um sistema tecnológico competitivo, cujos motores de inovação são praticamente reservados a certos países.

Cabe analisarmos mais detidamente as questões acima à luz do “grande jogo” da geopolítica mundial. A história e a dimensão atual da Guiana a situam como um Estado com pouco poder de barganha e, portanto, frágil perante as pressões exógenas. Concretamente, refiro-me às demandas energéticas que o próprio modo de produção capitalista impõe e aos interesses das grandes potências que acabam repercutindo na Guiana. Sobre o modo de produção, basta dizer, por enquanto, que os países necessitam produzir mercadorias para obterem recursos e, com isso, possibilidades de crescimento e desenvolvimento maiores. Não cabe aqui discutir a diferença entre crescimento e desenvolvimento, nem se o aumento da produção de mercadorias implica em bem-estar social.

Sob essa infraestrutura econômica, desenrola-se a disputa entre os Estados no sistema internacional, que atualmente manifesta-se, principalmente, no “antagonismo” entre Estados Unidos e China. A localização geográfica da Guiana indica, em partes, seu destino geopolítico. A influência estadunidense é fator quase impossível de se escapar, simplesmente porque esse país é a maior potência desde a Segunda Guerra Mundial e opera para manter seu status quo no mundo e na região. O aparelho de poder estadunidense inclui suas empresas privadas, de forma que o Estado se prontifica a defendê-las (como pode ser observado na questão de Essequibo e as tensões com a Venezuela dos últimos anos). Apesar disso, a China marca presença na Guiana, o que pode ser reforçado pela participação do país no projeto da Nova Rota da Seda. Porém, à luz da competição com os Estados Unidos, parece que o espaço para movimentos pendulares por parte da Guiana vem sendo reduzido. Como vemos mostrando nesta série de monitores, há um aumento da pressão de Washington a um alinhamento com os Estados Unidos em detrimento da China, mesmo que o governo eleito na Guiana não

concorde plenamente com essa “escolha forçada”.

Em suma, a Guiana, frente às grandes potências internacionais e limitada por sua própria geografia e história, possui pouco grau de autonomia. Certamente, todo Estado é capaz de agência própria, mesmo que pressionados pela geografia, como bem demonstrou Cuba em 1959. Porém, o preço a se pagar pode ser demasiadamente alto. Não pretendemos com esse escrito retirar a autonomia do governo da Guiana frente aos seus desafios e nem justificar as atividades poluidoras a partir de um argumento raso sobre “forças estruturais internacionais”. O que queremos registrar, mesmo que de forma breve e ensaística, é a complexidade de fatores e atores que compõem as múltiplas faces dos desafios Guiana, em um sistema internacional específico e em um tempo histórico particular. A floresta amazônica é peça central para compreender o futuro da Guiana, e qualquer opção política de desenvolvimento e relações externas, no caso dos governos do país, repercutirá nesse espaço.

Referências

[1]Disponível em: <https://infoamazonia.org/2025/04/08/exxonmobil-consolidapetroestado-em-meio-a-denuncias-ambientais-na-guiana/> .

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No mês de abril, representantes dos Ministérios do Meio Ambiente (Minam) e das Relações Exteriores se reuniram com autoridades de países asiáticos para assinarem acordos e promoverem projetos com o objetivo de fortalecer ações contra as mudanças climáticas. O primeiro desses encontros aconteceu no dia 1º, entre Peru e Singapura. O ministro do Meio Ambiente do Peru, Juan Carlos Castro, e a ministra de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Singapura, Grace Fu, assinaram, virtualmente, um acordo nos termos do Artigo 6 do Acordo de Paris, visando fortalecer a cooperação entre os países e promover projetos para redução das emissões de carbono. A iniciativa foi o segundo acordo desse tipo assinado pelo Peru e o quarto pela Singapura, porém o primeiro firmado com um país das Américas. A assinatura faz parte da Estratégia Nacional para Mudanças Climáticas do Peru até 2050 (ENCC 2050). [1]

Já no encontro do ministro Juan Carlos com o ministro de Ecologia e Meio Ambiente da China, Huang Runqiu, no mesmo dia, não houve assinatura de acordos. Porém, o encontro aconteceu no âmbito do Acordo de Cooperação Ambiental que foi assinado anteriormente, em visita oficial da presidente Dina Boluarte à China. O encontro sinalizou o esforço dos países em promover a proteção ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais, identificando atividades e projetos conjuntos baseados em critérios de igualdade e benefício mútuo, dentro dos princípios de cooperação Sul-Sul. As áreas prioritárias incluem conservação da biodiversidade, gestão de áreas naturais protegidas, controle da poluição marinha e tratamento de resíduos sólidos. [2]

Em 27 de abril de 2025, a vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais do Minam, Raquel Soto, reuniu-se com o embaixador da Coreia do Sul no Peru, Jonguk Choi, para discutir a implementação de estratégias conjuntas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Esse encontro fez parte do Acordo de Cooperação sobre Mudanças Climáticas firmado entre os dois países, em vigor desde dezembro de 2024. O acordo busca o desenvolvimento de projetos relacionados à eficiência energética e agricultura sustentável, além de promover o mercado de carbono por meio da conservação e manejo sustentável das florestas. Esses temas foram debatidos, também, no Seminário de Cooperação Coreia-Peru

sobre Mudanças Climáticas, realizado em Lima em 25 de abril. [3]

Ainda no plano internacional, para além da Ásia, o ministro do Meio Ambiente peruano anunciou a formalização de um acordo com o Banco Mundial para o financiamento de 14 milhões de dólares para desenvolvimento de mercados de carbono na região amazônica do país. Além disso, informou que estão em curso negociações com empresas estrangeiras interessadas em aportar até 750 milhões de dólares em iniciativas voltadas à recuperação florestal, captura de carbono e fomento a econegócios e bionegócios sustentáveis. [5]

No plano doméstico, o Ministério das Relações Exteriores do Peru sediou o primeiro diálogo interministerial, contando com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e da Cultura, para discutir a renovação da Declaração Conjunta de Intenção sobre REDD+, mecanismo de mitigação das mudanças climáticas que visa a redução de emissão de gases do efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal na Amazônia peruana. A reunião teve como objetivo avaliar os avanços alcançados e estabelecer diretrizes para a próxima fase da cooperação internacional com países como Noruega, Alemanha e Reino Unido, reforçando o compromisso com a conservação dos ecossistemas amazônicos e o desenvolvimento sustentável. [5]

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente do Peru organizou o evento “ABC do Mercado Voluntário de Carbono no Peru: Fundamentos e Oportunidades”, reunindo mais de 150 participantes de diversos setores, públicos e privados. O objetivo foi fortalecer capacidades e construir uma visão comum sobre o desenvolvimento de um mercado nacional de carbono voluntário, transparente e alinhado com os compromissos climáticos do país. Durante o evento, foram abordados temas como o marco normativo nacional, padrões de certificação internacional e salvaguardas ambientais e sociais. A vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais, Raquel Soto, destacou a oportunidade do Peru de liderar na região mercados de carbono de alta integridade. [6]

Por fim, o Ministério do Meio Ambiente do Peru e o Governo Regional de Pasco firmaram um convênio para fortalecer a gestão responsável dos recursos naturais. Esse acordo visa impulsionar o ordenamento territorial e a gestão sustentável dos recursos naturais, com ações conjuntas para enfrentar o desmatamento, conservar a biodiversidade e melhorar a gestão de resíduos. A iniciativa é parte do objetivo do governo em trabalhar em parceria com os povos indígenas para proteger os bosques amazônicos [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1137772-peru-y-singapur-firman-acuerdo-que-promovera-proyectos-de-inversion-para-reducir-emisiones-de-carbon>.

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1141841-peru-y-la-republica-popular-china-promoveran-proyectos-en-diversidad-biologica-y-cambio-climatico>.

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1158940-peru-y-corea-unen-esfuerzos-frente-a-impactos-del-cambio-climatico>.

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1143070-gobierno-resalta-trabajo-conjunto-con-pueblos-indigenas-para-proteger-los-bosques-amazonicos>.

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1140406-cancilleria-fue-sede-del-primer-dialogo-viceministerial-para-la-renovacion-de-la-declaracion-conjunta-de-intencion-sobre-redd>.

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1142446-peru-impulsa-el-desarrollo-del-mercado-voluntario-de-carbono-con-actores-publicos-y-privados>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 18 de abril, o Embaixador chinês para o Suriname, Lin Ji, publicou o seguinte artigo no Times of Suriname: “The U.S. Abuse of Tariffs Harms Both and Itself” (“O abuso de tarifas pelos EUA prejudica ambos e a si mesmo” - tradução nossa). O artigo refere-se às tarifas comerciais anunciadas por Donald Trump no início de abril e faz uma crítica a postura estadunidense. O embaixador enquadrou a ação como uma imposição da hegemonia americana que se coloca acima dos demais países a partir de um argumento pautado no déficit comercial. Mais uma vez na história, os Estados Unidos agiriam unilateralmente e criariam distúrbios no mundo, como em 1971, 1973 e 1979 [1]. O percentual das tarifas impostas pelos EUA foi de 10% para o Suriname, um tipo de média estabelecido aos países da América do Sul [2].

Cabe analisar o momento de publicação deste artigo do embaixador chinês à luz da conjuntura da geopolítica global. No final de março, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, esteve no Suriname. Em seu discurso, ao lado do presidente do país, Chan Santokhi, Rubio foi transparente e objetivo ao dizer que os Estados Unidos estão incomodados com a presença chinesa na região e que os países deveriam ter outras escolhas para fazer negócio, no caso, com empresas estadunidenses. Por mais que o Suriname queira desviar de qualquer tipo de alinhamento, o que Rubio fez foi expor que o país já está enquadrado na “grande jogada” estadunidense do presente, que é ganhar poder relativo em relação à China [3].

O artigo de Lin Ji, logo, não se trata apenas de uma crítica sóbria a respeito dos efeitos imediatos e deletérios das tarifas comerciais, mas também da manifestação de que a China opera de forma distinta no Suriname e na região. Segundo o embaixador insinua nas entrelinhas, a China traz “estabilidade”, e não instabilidade. O Suriname, que possui mais de 90% de seu território coberto pela floresta amazônica, aparece como uma peça em disputa nessa rivalidade sino-estadunidense, que denota a concorrência entre forças políticas para influenciar escolhas do governo surinamês sobre os rumos de seu desenvolvimento e, portanto, da porção da Amazônia que lhe cabe administrar [1].

Referências

[1]Disponível em: http://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202504/t20250420_11598600.htm.

[2]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/04/02/tarifas-de-trump-veja-novas-taxas-dos-eua-anunciadas-para-cada-pais.htm>.

[3]Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=B_K4Zv4wsrQ.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No mês de abril de 2025, o assunto que predominou na agenda política da Venezuela foram os preparativos para as eleições parlamentares e regionais no país, agendadas para o dia 25 de maio. Temas sobre a Amazônia não estiveram presente nas agendas do Presidente ou do Ministério de Relações Exteriores, e nem mesmo as tradicionais operações das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas na região foram noticiadas. Denúncias sobre mineração ilegal na região também não foram registradas.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 1º de abril, representantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) do Brasil se encontraram em Brasília para tratar dos detalhes da parceria estratégica firmada entre as duas instituições [1]. No encontro, as autoridades assinaram uma carta de intenções com o objetivo de ampliar os esforços em torno da promoção da bioeconomia amazônica, o uso de recursos naturais e a integração entre os países da região. O Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento (SDR), Daniel Fortunato, pontuou que a parceria pode ampliar a cooperação entre empresas e universidades, além de fomentar projetos na área de ciência e tecnologia, com destaque para a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do MIDR (BioRegio).

A OTCA declarou interesse em participar do projeto atuando na captação de recursos nacionais e internacionais, além de promover a cooperação transfronteiriça. Tais recursos serão investidos na estruturação de ecossistemas de inovação baseados na bioeconomia amazônica, seja pela criação de laboratórios em Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) regionais, instalação de incubadoras de startups e centros empresariais e/ou contratação de consultorias para o desenvolvimento de projetos de inovação.

No dia 4 de abril, líderes da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) se reuniram com o Diretor-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand [2]. Durante o encontro, eles conversaram sobre a possibilidade de fortalecer a cooperação entre as duas instituições e os últimos projetos postos em prática pela REPAM-Brasil e a REPAM-Colômbia em parceria com o Instituto Pan-Amazônico. Outra pauta do encontro foi a 5ª Cúpula de Presidentes dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica marcada para agosto em Bogotá, na Colômbia, e a COP30 que acontecerá em novembro em Belém do Pará, no Brasil. Por fim, as lideranças reforçaram o compromisso com a defesa dos povos e dos territórios da Amazônia.

No dia 14, lideranças dos povos indígenas Ashaninka, Yawanawá e de outras 12 etnias do Peru e Brasil, estiveram na frente da sede da OTCA, em Brasília, para protestar contra a construção de duas rodovias nos dois países [3]. Os representantes participaram da 8ª Reunião da Comissão Transfronteiriça Yurúa/Juruá/Alto Tamaya que contou com a participação da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), da Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA), da Organização Regional Aidesep Ucayali (ORAU) e da Associação de Comunidades Nativas para o Desenvolvimento Integral de Yurúa Yono Sharakoiai (ACONADYSH). Ao final do encontro, as lideranças entregaram uma carta pública solicitando a suspensão da proposta de construção da rodovia ligando Cruzeiro do Sul, no Acre, a Pucallpa, na região de Ucayali, no Peru; e a estrada UC-105, aberta de modo ilegal do lado peruano, entre Nueva Italia e Puerto Breu.

Além de violar os direitos indígenas, os manifestantes alegaram que os projetos contribuem para a degradação ambiental e a ampliação de atividades ilícitas e colocam em risco as populações que residem no Alto Juruá (Brasil) e Yurúa e Alto Tamaya (Peru), contribuindo ainda para o retrocesso nos compromissos assumidos pelos países à nível internacional. Outros pontos levantados no documento foram: a criação de pontos permanentes de fiscalização de atividades ilegais; a justiça pelos assassinatos de quatro lideranças indígenas em 2014, com inclusão de medidas de proteção às famílias ameaçadas e prisão dos responsáveis; a proteção das nascentes dos rios Amonia, Sheshea, Tamaya, Dorado e Shatanya; a defesa de um modelo de desenvolvimento compatível com o modo de vida das populações indígenas e a defesa dos territórios.

No dia 15, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, se encontrou com o novo secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência,

Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil [4]. O encontro aconteceu durante a passagem do secretário pelo Polo Industrial de Manaus (PIM), onde ele visitou empresas e um instituto de ciência e tecnologia ligados à Zona Franca de Manaus. No dia seguinte, Grazziotin participou do “Diálogo sobre Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, promovido pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) [5]. O evento reuniu pesquisadores, representantes de instituições de ensino e pesquisa pública e privadas sediadas no Amazonas e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM).

Uma das problemáticas levantadas foi a de que os editais públicos de fomento à pesquisa em tecnologia e inovação devem levar em consideração a realidade das pessoas que vivem na Amazônia. Nesta agenda, a OTCA publicou a Resolução XIV MRE-OTCA 13, que criou a Rede Amazônica de Inovação e Difusão Tecnológica, da qual participam instituições como o INPA, o Museu Emílio Goeldi e o Instituto Mamirauá; a Resolução XIV MRE-OTCA 16 que estabeleceu o Painel Técnico-Científico Intergovernamental para a Amazônia; e a Resolução XIV MRE-OTCA 26, que reativou a cooperação entre a OTCA e a UNAMAZ.

Referências

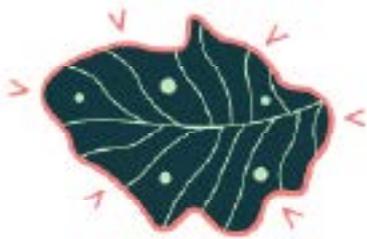
[1]Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/parceria-fortalece-economia-verde-e-integracao-transfronteirica-na-amazonia>.

[2]Disponível em: <https://repam.org.br/repam-brasil-se-reune-com-a-otca-para-fortalecer-articulacoes-regionais-em-defesa-da-amazonia/>.

[3]Disponível em: <https://epope.com.br/indigenas-do-brasil-e-peru-entregam-carta-em-brasilia-e-pedem-fim-de-projetos-que-ameacam-regiao/>.

[4]Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/noticias/secretario-de-inovacao-do-mcti-visita-industrias-e-ict-na-zona-franca-de-manaus>.

[5]Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-destaque/6601-dialogo-sobre-ciencia-tecnologia-inovacao-e-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-reune-pesquisadores-e-gestores-publicos-na-ufam.html>.



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Maio de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	57
Brasil.....	59
Colômbia.....	61
Equador.....	62
Guiana.....	64
Peru.....	66
Suriname.....	68
Venezuela.....	69
OTCA.....	70

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de maio de 2025, um estudo realizado pela Universidade Maryland e pelo Global Forest Watch (GFW) apontou que a Bolívia subiu ao pódio mundial dos países que provocam os maiores danos ambientais. Atualmente, a Bolívia é o segundo país com os maiores índices de desmatamento florestal, logo após o Brasil; em terceiro lugar, está a República



Democrática do Congo. Segundo os dados, 81% do que a Bolívia perdeu, em 2024, foi em florestas primárias, devido aos incêndios florestais, provocados pelo cultivo de soja, criação de gado e o plantio de cana-de-açúcar. Esses incêndios se transformam em queimadas de grandes proporções, causando fortes secas no país [1].

Instituições da sociedade civil boliviana denunciaram a omissão das agências governamentais para a produção desse resultado. O Comité de Defensa del Valle de Tucabaca, por exemplo, divulgou uma nota afirmando que mais de 10 milhões de árvores foram desmatadas no Valle de Tucabaca nos últimos anos, “com autorização da Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosque y Tierra (ABT) e com o silêncio cúmplice das autoridades encarregadas de proteger os nossos bosques”. Para o coletivo ambiental, todas as autoridades do “governo como um todo” são responsáveis por este desastre ambiental e, portanto, são ecocidas. Nas suas palavras: “Enquanto o mundo exige que a mudança climática seja travada, aqui é legalizada a destruição de nossas fontes de água, biodiversidade e vida” [1].

Agravando esse cenário, instituições da sociedade civil se uniram para pedir a revogação do Decreto Supremo nº 5.390. O decreto foi promulgado pelo governo no dia 14 de maio, abrindo maiores possibilidades de mudança no uso da terra e permitindo a legalização de desmatamentos e a apropriação irregular de terras públicas. Segundo o Colegio de Ingenieros Forestales de Santa Cruz (CIF-SC), o decreto põe em risco a integridade das reservas florestais e enfraquece o papel do Estado na fiscalização e no controle, facilitando a ocupação ilegal [2]. A organização ambientalista Alas Chiquitanas emitiu um comunicado exigindo a revogação imediata do DS 5390, afirmando que “é um direito de todos e todas terem um meio ambiente equilibrado” e finalizando com a seguinte justificativa: “porque defender os bosques, é defender a vida” [3].

Nesse meio tempo, o governo boliviano, por meio do Ministério das Relações Exteriores, assumiu a presidência pro tempore da Comissão Trinacional para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Pilcomayo (CTN) para o período de 2025-2026. Na LXII Reunião Ordinária desse mecanismo, a Bolívia voltou a reforçar seu compromisso com a gestão sustentável dos recursos hídricos compartilhados e o fortalecimento da cooperação entre o país e os demais que integram a bacia (Argentina e Paraguai) [4]. Um dos resultados firmados nessa reunião foi a decisão de dar continuidade ao desenvolvimento do Plano de Monitoramento de Peixes na bacia do Pilcomayo. Essa iniciativa, de caráter trinacional, busca proteger peixes migratórios chaves como o sábalo, cuja conservação é fundamental para a biodiversidade do ecossistema e para as comunidades que dependem desta espécie para seu sustento [4].

Além disso, foi organizado um workshop de capacitação intitulado “Governança de Barragens Resilientes: Nexos Água, Saúde, Energia, Alimentação e Ecossistemas” na cidade de La Paz. Esse evento foi realizado no âmbito do Projeto Rede para a Sustentabilidade e Governança da Água (ROSA) e reuniu representantes de organismos internacionais e experts em gestão hídrica. O Projeto ROSA é uma iniciativa de caráter regional que busca promover a gestão eficiente e sustentável da água na América Latina e no Caribe, difundindo boas práticas e facilitando a cooperação entre os países da região [5]. Em seu discurso, a ministra Celinda Sosa enfatizou os desafios atuais diante da crise climática e a urgência de se avançar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, reforçou a necessidade de fortalecer o planejamento hídrico com enfoque climático, inclusão social e respeito aos direitos dos povos indígenas originários-camponeses [5].

Por fim, no dia 23 de maio, o Ministério das Relações Exteriores anunciou a realização do III Congresso de Ecohidrologia para América Latina y el Caribe (CELAC-PHI). O evento acontecerá em setembro de 2025 e tem como objetivo reunir especialistas, acadêmicos, autoridades, organizações sociais e representantes dos povos da região, para debater soluções sustentáveis frente aos desafios provocados pela crise climática e hídrica [6]. O

Vice-Chanceler, Elmer Catarina Mamani, declarou que “a partir deste espaço diplomático e científico, convocamos a todos os países irmãos da América Latina e Caribe a somar-se neste congresso para construir redes e gerar conhecimento compartilhado para defender a água como fonte de vida”. Com isso, a Bolívia pretende reafirmar seu compromisso com uma “Diplomacia da Água para a Vida” e reconhecer a água como um direito humano fundamental e expressão de soberania dos povos [6].

Referências

- [1]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/bolivia-se-acerca-al-primer-lugar-en-el-podio-mundial-de-la-deforestacion-515404/>.
- [2]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/economia/forestales-alertan-que-nuevo-decreto-abre-la-puerta-desmontes-y-apropiacion-de-tierras-515871/>.
- [3]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/instituciones-piden-derogar-decreto-que-abriria-las-puertas-al-avasallamiento-en-reservas-forestales-516173/>.
- [4]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/05/01/21146/>.
- [5]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/05/06/21172/>.
- [6]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/05/23/21500/>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Na política doméstica brasileira, não foram encontradas ações relevantes do presidente Lula a respeito da Amazônia em maio de 2025, mas, se em abril houve diversas ações políticas e sociais para instá-lo a proibir a exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas, conforme registrado no monitor passado, por sua vez, neste mês, houve ações de diferentes agentes para apoiar a liberação. No dia 6 de maio, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, compareceu à conferência “Offshore Technology”, nos Estados Unidos, onde defendeu a exploração do combustível pela empresa como um fator de desenvolvimento para o estado do Amapá e repetiu o bordão que Donald Trump utiliza para endossar a produção de energia fóssil a despeito da emergência climática global: “let’s drill, baby”. [1]

Por sua vez, no dia 12, uma carta aberta ao presidente Lula, assinada por cerca de 130 personalidades do Amapá (políticos, autoridades universitárias, professores universitários e representantes de pescadores), foi entregue ao líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (AP). Os signatários argumentaram que uma proibição da exploração do petróleo significaria uma abdicação forçada de oportunidades de desenvolvimento que podem ser conduzidas, segundo eles, com responsabilidade socioambiental e exploração racional da Foz do Amazonas, em diálogo com os amazônidas. [2] No dia 20, o Senado aprovou, em votação simbólica, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Exploração da Margem Equatorial, faixa litorânea onde está localizada a bacia. A frente foi proposta pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) para articular apoio político ao tema. [3]

No que se refere ao desmatamento na Amazônia, o Senado também chamou atenção, no dia 21, quando sua Comissão de Meio Ambiente aprovou o projeto de lei nº 2.159/2021, que flexibiliza o licenciamento ambiental e foi apelidado de “PL da Devastação” pela oposição. O projeto reduz etapas de licenciamento, limita a participação de órgãos públicos no processo e permite uma “autodeclaração” do empreendedor para obras de pequeno e médio porte. A aprovação se deu com apoio de senadores da Amazônia Legal, como Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) – presidente do Senado – e Confúcio Moura (MDB-PA), e deverá ser avaliada ainda pelo plenário do Senado e pela Câmara dos Deputados. Ambientalistas avaliam que a flexibilização do desmatamento viabilizada pelo projeto pode levar à perda de 18 milhões de

hectares de floresta Amazônia, tamanho equivalente ao estado do Paraná. [4]

Na política externa, o presidente Lula fez uma viagem de Estado à China nos dias 12 e 13 de maio. Entre os 20 acordos e 17 documentos assinados bilateralmente, foi lançado um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Restauração de Vegetações e Sumidouros de Carbono, com vistas à cooperação em políticas e instrumentos relacionados à gestão sustentável de florestas. [5] Pequim também se comprometeu a avaliar investimentos nos projetos brasileiros do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das Rotas de Integração Sul-Americana, a fim de facilitar o comércio por meio da construção de vias logísticas, que cruzam inclusive a Amazônia. [6]

Além disso, no dia 8, o embaixador brasileiro André Côrrea do Lago divulgou a 2ª Carta da Presidência da COP-30. O documento utiliza o termo “mutirão”, de origem indígena, para salientar a necessidade de diversificar esforços de contenção da emergência climática global, indo além das Contribuições Nacionalmente Determinadas dos Estados, consagradas pelo Acordo de Paris. Nesse sentido, sugere a formulação de “contribuições autodeterminadas” de redução de gases de efeito estufa por parte de empresas, organizações da sociedade civil e entes subnacionais. Florestas e oceanos foram destacados como os principais sumidouros de carbono a serem preservados. Comunidades afrodescendentes foram mencionadas como agentes importantes no debate climático. [7]

No dia 23, Côrrea do Lago divulgou uma nova Carta da Presidência da COP-30, com maior atenção à exploração de energia fóssil. O documento relembrou o compromisso firmado pelos países na COP-28 de Dubai, em 2023, quando prometeram “se afastar dos combustíveis fósseis” (transition away). Segundo o embaixador, na COP-30, os países devem fazer esforços para acelerar a transição energética global, triplicar a capacidade global de energia renovável, dobrar a taxa média global de melhoria da eficiência energética e promover o afastamento dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de forma justa, ordenada e equitativa. [8] Isso requererá que as conversas multilaterais deem impulso significativo ao “Programa de Trabalho de Transição Justa, conceito dinâmico e de relevância fundamental para a vida das pessoas”, segundo a carta. [9]

Por fim, ao longo do mês de maio, diversos veículos publicaram reportagens sobre uma ação judicial que estaria sendo movida pela tribo indígena Marubo contra o jornal The New York Times (NYT). O motivo do processo foi uma reportagem publicada pelo NYT que alegava que o acesso à internet teria viciado os membros do povoado em pornografia. [10] Após a publicação do NYT, outros veículos também publicaram escritos sobre o tema, criando uma espécie de opinião pública negativa acerca dos Marubo. A ação judicial acusou o NYT de sensacionalismo, de forma que a publicação estaria distorcendo a relação dos Marubo com a internet e, com isso, difamando-os. [11][12][13]

Referências

[1]Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/05/07/exclusivo-presidente-da-petrobras-defende-exploracao-na-margem-equatorial-lets-drill-baby.ghtml>.

[2]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/05/12/em-carta-a-lula-cientistas-do-ap-rejeitam-ideia-de-fundos-para-nao-explorar-margem-equatorial.htm>.

[3]Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/20/criada-a-frente-parlamentar-de-petroleo-na-margem-equatorial>.

[4]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/05/20/nova-lei-de-licenciamento-ambiental-avanca-no-senado-entenda-o-projeto.ghtml>.

[5]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto.html/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/05/brasil-e-china-trabalharao-juntos-na-restauracao-de-vegetacao-e-sumidouros-de-carbono>.

[6]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2025/05/12/brasil-aposta-em-visita-de-lula-a-pequim-para-anuncios-de-investimentos-chineses-em-infraestrutura.htm>.

[7]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/05/nova-carta-da-cop30-critica-estrategias-superadas-mas-adia-mencao-a-combustiveis-fosseis.shtml>.

[8]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/05/25/abandono-de-combustiveis-fosseis-volta-ao-radar-da-cop30/>.

[9]Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/terceira-carta-da-presidencia-brasileira>.

[10]Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2024/07/19/world/americas/a-ultima-fronteira-da-internet-aldeias-remotas-da-amazonia.html>.

[11]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyvmjv15qygo>.

[12]Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/new-york-times-sued-amazon-tribe-pornography-b2757431.html>.

[13]Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/international/global-trends/did-new-york-times-defame-amazon-indigenous-tribe-by-labeling-them-as-porn-addicts-check-details/articleshow/121366255.cms?from=mdr>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 5 de maio, lideranças ambientais da região de Caquetá denunciaram a interrupção de políticas de preservação da floresta amazônica por ordem direta de dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O grupo, denominado Estado Maior Central (EMC), que sofreu um racha após discordâncias entre as lideranças, acabou se dividindo entre aqueles comandados por Calarcá e outros por Ivan Mordisco. O último, que se posicionou de forma mais reativa às tratativas de paz do governo Petro, não apresentou interesse em avanços significativos nas negociações. Em paralelo, o EMC–Calarcá, que se apresenta como uma vertente mais acessível ao diálogo com o governo, passou a incluir metas de preservação ambiental em sua negociação. Tendo em vista a relevância da pauta ambiental para o governo Petro, o grupo passou a conceber de questões relacionadas à amazônica como moeda de troca. Segundo as lideranças ambientais de Caquetá, região que conecta os Andes com a Amazônia, o grupo paramilitar liderado por Calarcá paralisou um projeto comunitário de reflorestamento para “avaliar se ele serve para suas negociações” [1]. A iniciativa do Instituto Amazônico de Investigações Científicas (SINCHI), tinha como objetivo reflorestar 12 mil hectares a partir de 4 mil famílias camponesas com investimento de 100 bilhões de pesos. Enquanto os locais denunciam a tomada da região amazônica como refém pelo grupo de Calarcá, o porta-voz do SINCHI, Aunque Rodriguez, negou que o projeto esteja paralisado, mas afirmou que há uma limitação das atividades por “decisões internas dos territórios” [1].

Por sua vez, no dia 9 maio, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Lena Estrada, visitou municípios da região da Amazônia com a intenção de trabalhar com as entidades locais, promover a bioeconomia e fortalecer a governança regional para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) [2]. Na cidade de Letícia, Estrada fez a sua primeira visita ao Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas, onde se reuniu com uma equipe de pesquisadores para conhecer os avanços na conservação e no desenvolvimento da bioeconomia na região amazônica. Ademais, Estrada encontrou-se com autoridades indígenas da Reserva de San Sebastián de Los Lagos, no âmbito da Mesa Redonda de Coordenação Interinstitucional Permanente, um fórum onde as comunidades indígenas e representantes do governo nacional colombiano discutem e acordam os projetos e as políticas que afetam essa população [3].

Em paralelo, no dia 21 de maio, a plataforma Global Forest Watch tornou público seu relatório sobre a perda de florestas tropicais em 2024. Foram perdidos 98.000 hectares de floresta primária na Colômbia em 2024, que, em comparação com a perda de 66.000 hectares de 2023, representam um aumento de quase 50% no desmatamento [4]. É importante apontar, todavia, que o ano de 2023 apresentou uma queda histórica no desmatamento do país. O registro de desmatamento de 2024, ainda que alarmante, é o menor desde 2016 [4]. De acordo com a plataforma, os desafios apresentados pela presença do crime organizado na região podem ter sido um dos principais motivos para o aumento da perda florestal no país [5]. A suspensão das negociações de paz na Colômbia aumentou a produção de coca e a mineração ilegal e, como consequência, podem ter impactado o desmatamento [5].

Por fim, entre os dias 19 e 23 de maio, foi realizada a Semana do Clima da América Latina e Caribe, no Panamá. Lena Estrada representou a Colômbia no evento com a intenção de apresentar a visão do país para a COP30, que foca na territorialização das metas climáticas [6]. No Fórum de Implementação, realizado pela presidência da COP30, Estrada fez um apelo à maior participação das comunidades locais, afirmando que “não basta elaborar planos técnicos em escritórios. As soluções devem ser construídas com as comunidades locais, que conhecem seus territórios, riscos e oportunidades” [7]. No painel de alto nível “Criando Oportunidades: Aumentando a Ambição das NDCs para um Futuro Sustentável e Justo”, a ministra enfatizou a necessidade de territorializar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), do Acordo de Paris (2015), que devem ser construídas com a participação das comunidades locais [6]. Estrada buscou pressionar pela descentralização das decisões como a forma mais efetiva para se ter resultados na preservação das florestas, já que “não é o governo central que cuida da floresta, são as pessoas nos territórios” [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/disidencias-de-calarca-frenan-proyecto-ambiental-en-caqueta/>.
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-amazonas-miniambiente-lanza-agenda-por-la-selva-la-bioeconomia-y-la-gobernanza/>.
- [3] Disponível em: <https://www.mpcindigena.org/quienessomos/>.
- [4] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/colombia-entre-los-paises-que-mas-bosque-tropical-perdieron-en-2024/>.
- [5] Disponível em: https://gfr.wri.org/latest-analysis-deforestation-trends?utm_medium=social&utm_source=twitter&utm_campaign=tcl2024.
- [6] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/ministra-lena-estrada-impulsa-enfoque-territorial-para-enfrentar-la-crisis-climatica/>.
- [7] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30-amazonia/cop30-no-panama-forum-de-implementacao-exige-acoes-urgentes-contra-crise-climatica>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No fim de abril, uma série de incidentes de saúde com mortes em comunidades indígenas da Amazônia chamou a atenção do Ministério da Saúde do Equador, após denúncias de ativistas de direitos humanos, como a Aliança pelos Direitos Humanos. Após uma série de exames, no dia 4 de maio, foi diagnosticado que oito mortes infantis entre indígenas Achuar foram causadas pela infecção de leptospirose, além de outras 46 contaminações de pacientes com sintomas relacionados [1]. Também foram detectados casos de coqueluche e febre amarela, que deram início a um alerta epidêmico, com reforço vacinal e cobrança de comprovantes de

vacinação de estrangeiros e articulação com os países vizinhos, como a Colômbia e o Peru. Em 2025, foi observado um crescimento de 127% dos casos de coqueluche e um aumento em 200% dos casos de febre amarela, principalmente na região amazônica e próxima a fronteiras [2].

Entrementes, uma série de episódios envolvendo mineração ilegal repercutiram no plano doméstico. No dia 9 de maio, 11 militares foram assassinados durante uma emboscada ocorrida numa operação contra a mineração ilegal na província de Orellana, na região conhecida como Alto Punino [3]. Os militares foram surpreendidos por integrantes da organização Comandos de la Frontera (CDF), que reagiram com tiros e lançamentos de granada. As autoridades investigam se houve vazamento de informações sobre a operação. Desde 11 de maio, centenas de militares desembarcaram em diferentes localidades nas províncias de Orellana, Napo e Sucumbíos com o objetivo de rastrear as operações do CDF e as atividades ilegais na região.

No fim do mês, organizações indígenas do Equador denunciaram ações de despejo consideradas violentas e ilegais realizadas pela sede da Federación Interprovincial de Centros Shuar (Ficsh) localizada na província de Morona Santiago [4]. A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) denunciou que os agentes da Polícia Nacional entraram nas instalações da federação sem apresentar ordem judicial, o que representa uma violação do processo legal e o descumprimento de premissas constitucionais. A CONAIE acusa o governo de Daniel Noboa de ser cúmplice das empresas mineradoras que atuam na região, em especial a Lowell-Solaris, do Canadá, e diz que a ação de despejo é uma tentativa de “infiltrar, dividir e controlar” as organizações indígenas e instaurar uma perseguição política contra seus líderes.

A ex-vicepresidenta da Confederação de Povos da Nacionalidade Kichwa do Equador (ECUARINARI), Nayra Chalán, disse que a ação teve o objetivo de substituir o atual presidente da federação indígena por David Tankamash, visto como um aliado do governo e da empresa mineradora. Nos mesmos termos, o governo equatoriano anunciou a suspensão de quatro concessões de mineração outorgadas a empresas chinesas na região amazônica. Segundo comunicado do Ministério de Energia e Minas e informações disponibilizadas pelo Ministério de Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE), as empresas descumpriram normas locais, como o plano de manejo ambiental, e transgrediram as obrigações estabelecidas na Licença Ambiental concedida [5]. Uma das empresas, a Terraeath Resources, deverá cumprir medidas corretivas de reparação ambiental, como ações de descontaminação da terra e da água, além de passar por uma nova avaliação do MAATE para recuperar sua licença.

Além disso, em 25 de maio, uma operação policial identificou um posto avançado do grupo guerrilheiro CDF, onde foi identificado o depósito de componentes químicos para o processamento de drogas e a elaboração de explosivos. Os guerrilheiros utilizavam identificação de organizações ligadas a ONU para disfarçar suas operações. As forças de segurança denunciaram a identificação do uso da logomarca do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Foram apreendidas grandes quantidades de produtos químicos, com destaque para mais de 49 mil litros de acetona e três veículos (um caminhão, uma camionete e uma motocicleta) [8].

Por sua vez, o governo equatoriano anunciou que iniciará uma série de investimentos na região da Amazônia com o objetivo de impulsionar 26 projetos estratégicos para o desenvolvimento da região [6]. Somando cerca de \$67 milhões, os recursos fazem parte do Fondo Común Amazónico (FCA) e serão destinados a seis províncias amazônicas (Sucumbíos, Orellana, Napo, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe). Elas deverão implementar políticas nas áreas de saneamento, asfalto, produção, comércio e aquisição de maquinário.

Em outra temática, foi anunciado que o governo do Equador recebeu três reconhecimentos internacionais pela transação que trocou parte do montante da dívida por recursos para a conservação da Amazônia através do Programa Biocorredor Amazónico [7]. A decisão do governo foi reconhecida pelos Premios de Bonos Latinoamericanos de GlobalCapital 2025 e pelos Premios de Deuda Sostenible de Finanzas Ambientales 2025. Em 2023, o Equador

realizou manobra semelhante para a conservação marinha das Ilhas de Galápagos com apoio da Corporação Financeira Internacional para o Desenvolvimento (DFC, na sigla em inglês) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.rfi.fr/es/m%C3%A1s-noticias/20250505-ochoni%C3%B1os-muertos-por-un-brote-de-leptospirosis-en-una-comunidad-ind%C3%ADgena-de-ecuador>.
- [2] Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-05-06/ecuador-declara-la-alerta-epidemiologica-por-fiebre-amarilla-y-tos-ferina.html>.
- [3] Disponível em: <https://www.primicias.ec/seguridad/perfiles-militares-asesinados-emboscada-comandos-frontera-orellana-96100/>.
- [4] Disponível em: <https://www.telesurtv.net/denuncian-en-ecuador-el-desalojo-de-sede-de-una-federacion-indigena-en-la-amazonia/>.
- [5] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/05/28/ecuador-suspendio-cuatro-concesiones-mineras-de-una-empresa-china-en-la-amazonia/>.
- [6] Disponível em: <https://www.eldiario.ec/gobierno-de-ecuador-impulsa-el-desarrollo-integral-de-la-amazonia-con-inversion-millonaria-20250528/>.
- [7] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2025/05/28/ecuador-recibe-tres-premios-internacionales-por-canje-de-deuda-para-conservar-la-amazonia/>.
- [8] Disponível em: <https://efe.com/mundo/2025-05-25/ecuador-bodega-narco-amazonia/>.

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 1º de maio, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) divulgou uma nota em que reafirmava as diretrizes da decisão de 1º de dezembro de 2023 sobre o litígio entre Guiana e Venezuela a respeito de Essequibo, região amazônica. Objetivamente, a CIJ pede que ambos os países não adotem medidas que agravem a situação e que respeitem a soberania territorial da Guiana, pois, até o momento, Essequibo é oficialmente parte do território guianense [1][2]. O que motivou essa nota foi justamente o aumento da tensão entre os países vizinhos, já que o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou eleições no dia 25 de maio em Essequibo. O ato pretende eleger um governador e oito deputados para a região [3]. No dia 3 de abril de 2024, Maduro promulgou uma “Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo” (LODE), a qual reconhece o território de Essequibo como uma província venezuelana — Guiana Essequiba [4].

Ainda sobre Essequibo, no mês de fevereiro, seis soldados guianenses foram feridos na fronteira com a Venezuela, no rio Cuyuni [5]. Em março, a Guiana acusou a Venezuela de ter realizado uma incursão naval militar em seu território marítimo [6]. Por sua vez, no dia 15 de maio, soldados da Guiana foram atacados três vezes em 24 horas justamente na região de Essequibo. Os ataques foram perpetrados por homens armados com vestimenta civil e, até o momento, não há nenhuma confirmação de que tenham sido realizados por “agentes venezuelanos infiltrados” [7].

Essa sucessão de acontecimentos intensificou reações da Guiana. Entre os dias 19 e 23 de maio, o país foi anfitrião da quarta edição do Exercício do Mecanismo de Cooperação em Desastres (Mecodex) da Junta Interamericana de Defesa (JID). O exercício contou com a participação de sete países do continente americano, incluindo Brasil e Estados Unidos, além da Espanha. A atividade foi anunciada no dia 15 de maio de 2024, cerca de um mês após a

promulgação da LODE por Maduro [8][9][10]. Apesar de o objetivo declarado ser a cooperação militar em casos de desastres naturais, a movimentação pode ser interpretada como uma espécie de “recado diplomático” ao governo venezuelano.

Convém lembrar que disputa por Essequibo possui raízes históricas, mas a “revitalização” do conflito parece advir de uma conjuntura recente: a descoberta de petróleo em Essequibo parece ter aguçado a ansiedade venezuelana por sua soberania. A renda do petróleo, que é uma realidade para a Guiana desde 2020, sustenta a maior parte dos projetos do Estado guianense. Os projetos de infraestrutura e de segurança alimentar, por exemplo, têm como base os recursos advindos da exportação de petróleo.

O presidente do país, Irfaan Ali, busca ressaltar que esse “enriquecimento” pertence ao conjunto da população, o que também inclui os povos originários da Guiana. A estratégia do seu governo busca criar uma espécie de ecologia de mercado, principalmente voltada à valorização ambiental e à segurança alimentar. As escolhas que envolvem os povos originários transformam as florestas em ativos financeirizados por meio de mercados de crédito de carbono, ao mesmo tempo que os recursos do petróleo servem de meio para incentivar a produção alimentar dos vilarejos. Segundo Ali, sua expectativa em relação à produção agrícola, por exemplo, é a de que se possa não apenas aumentar a produtividade para a subsistência, mas também incorporar essa produção ao mercado. Essa dinâmica conforma a intenção de alcançar maior segurança ou soberania alimentar. Objetivamente, o governo busca subsidiar o desenvolvimento social e econômico dos povos ameríndios e promover uma maior integração infraestrutural. Desde 2007, o governo mantém um programa chamado Presidential Grant (Concessão Presidencial — tradução nossa), cuja função é transferir valores monetários aos povos indígenas de acordo com seu tamanho populacional [11]. Em 2024, por meio desse programa, foram transferidos cerca de 395 milhões de dólares. Em 2025 o valor previsto é de 532 milhões de dólares [12][13].

É preciso ressaltar que os termos “desenvolvimento social e econômico” refletem a percepção do Estado da Guiana sobre o tema. A narrativa do governo busca criar um quadro redistributivo positivo de renda e bem-estar social. Porém, como já mencionado em escritos anteriores, a participação política dos povos indígenas sobre o uso da terra não pode ser negligenciada. Os pagamentos do referido programa não podem ser confundidos com a “compra política” da opinião dos povos em questão [14].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/newsroom/international-court-justice-orders-venezuela-refrain-elections-guyanas-territory-pending>.

[2]Disponível em: <https://dpi.gov.gy/international-court-of-justice-orders-venezuela-to-refrain-from-elections-in-guyanas-territory-pending-final-judgment/>.

[3]Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/22/venezuela-fara-eleicao-em-essequibo-territorio-da-guiana-que-caracas-reivindica-como-seu.ghtml>.

[4]Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/03/essequibo-maduro-promulga-lei-sobre-territorio-da-guiana.ghtml>.

[5]Disponível em: <https://efe.com/en/latest-news/2025-02-18/guyana-investigates-attack-on-soldiers-on-venezuelan-border/>.

[6]Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20250301-us-guyana-denounce-venezuelan-naval-incursion>.

[7]Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/may/15/guyana-venezuela-attack-essquibo>.

[8]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/05/25/manobra-militar-na-guiana-envolvendo-brasil-e-eua-envia-recado-a-venezuela-sobre-essequibo-as-vesperas-de-eleicao.ghtml>.

[9]Disponível em: <https://dpi.gov.gy/guyana-set-to-host-major-regional-disaster-response-simulation-mecodex-2025/>.

[10]Disponível em: <https://jid.org/pt/ejecucion-de-la-actividad-tecnica-de-simulacion-mecodex-guyana-2025/>.

[11]Disponível em: <https://moaa.gov.gy/presidential-grant/>.

[12]Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2025/05/20/govt-fully-committed-to-the-holistic-development-of-indigenous-communities-across-the-country-president-ali/>.

[13]Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2025/05/24/president-ali-announces-transformative-initiatives-for-amerindian-communities/>.

[14]Disponível em: <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/05/Monitor-Pan-Amazonia-Abril-2025.pdf>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Durante o mês de maio, no Peru, as agendas da Presidência, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) incluíram temas voltados à conservação da Amazônia. Em resumo, no plano multilateral, houve a participação do governo na Cúpula Ministerial da Água da América Latina e do Caribe, além de encontros com representantes da OTCA e da ONU. No nível bilateral, foi feito um acordo com o Reino Unido e discutiu-se com representantes da Noruega a possibilidade de aprofundar a cooperação em questões ambientais e climáticas. Por fim, no plano doméstico, o Executivo aprovou um decreto que amplia o papel do MINAM para lidar com desastres socioambientais.

A Cúpula Ministerial da Água, ocorrida nos dias 27 e 28 de maio, em Lima, reuniu representantes dos países da América Latina e do Caribe para discutir a gestão dos recursos hídricos da região. A mandatária peruana, Dina Boluarte, presidiu o evento internacional e destacou a necessidade de impulsionar projetos voltados para o desenvolvimento sustentável que concebam a água como um recurso essencial. O ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, destacou que o evento representou uma “oportunidade histórica” para construir conjuntamente soluções inovadoras a partir de uma perspectiva regional [1]. Já a vice-ministra do MINAM, Raquel Soto, em seu discurso, destacou a capacidade hídrica da Amazônia, cuja preservação deveria ser tratada como uma prioridade no debate sobre gestão do uso da água [2].

Ao final do evento, representantes dos 15 países que participaram do encontro assinaram um documento intitulado Hoja de Ruta del Agua, no qual foram estabelecidos sete objetivos gerais a serem perseguidos no nível doméstico, como o de mitigar as alterações climática, que, por sua vez, afetam a disponibilidade e a qualidade da água; o de fomentar a participação comunitária na gestão hídrica; o de recompensar os provedores de serviços ecossistêmicos que conservam fontes de água; dentre outros. O documento será apresentado em outras importantes reuniões mundiais relacionadas à gestão hídrica, como na reunião do Fórum de Ministras e Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, que ocorrerá nos dias 1º e 2 de outubro de 2025; na Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, nos dias 8 e 12 deste ano; na Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em dezembro de 2026; e no Fórum Mundial da Água, em 2027 [3].

Ainda no plano das discussões ambientais em nível regional, houve uma reunião, em Lima, entre o ministro peruano de Relações Exteriores, Elmer Schialer, e o secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Martín Von Hildebrand. O chanceler peruano expressou o desejo de que a COP 30 promova avanços importantes para a Amazônia e enfatizou a necessidade de os países amazônicos reafirmarem seu compromisso com o sistema multilateral e a ação coletiva. Von Hildebrand, por sua vez, expôs ao chanceler

peruano as prioridades da OTCA para que o Peru possa identificar de que maneira contribuirá para impulsionar a agenda da organização [4].

Além do vínculo com a OTCA, o Peru vem mantendo uma parceria com a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que vem rendendo resultados importantes, de acordo com um anúncio feito pela vice-ministra do Meio Ambiente, Raquel Soto. A partir de um trabalho articulado com mais de 4000 produtores agropecuários, incluindo grupos indígenas, o projeto intitulado Paisajes productivos sostenibles en la Amazonía peruana ajudou a evitar o desmatamento de aproximadamente 70 mil hectares na floresta, segundo Soto. A informação foi anunciada nos dias 29 e 30 de abril, quando a representante do MINAM e um representante do PNUD visitaram a região para conversar com os produtores locais e avaliar o desenvolvimento do projeto. Vale mencionar, ainda, que o projeto conta com o financiamento do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) [5].

No âmbito das relações bilaterais, o Peru firmou um acordo de cooperação com o Reino Unido para a realização de ações conjuntas em favor do desenvolvimento sustentável e da conservação da biodiversidade no país sul-americano. O acordo terá três anos de vigência e prevê medidas para enfrentar a mudança climática, para reduzir o desmatamento e para ajudar no combate às atividades ilegais na Amazônia. No texto do documento, publicado no dia 29 de maio, enfatiza-se a importância de trabalhar em conjunto com outros países em espaços multilaterais, dentre os quais o texto faz menção específica à COP 30, que acontecerá no Brasil este ano. Os termos do documento foram negociados pelo ministro do Meio Ambiente peruano, Juan Carlos Castro, e pelo embaixador britânico radicado em Lima, Gavin Cook. Cook reafirmou o compromisso do Reino Unido com a América do Sul no tocante ao financiamento climático, que é canalizado por programas como o UK Partnering for Accelerated Climate Transitions (UKPACT), o Climate Finance Accelerator (CFA), o Scaling Climate Action by Lowering Emissions (SCALE) e o The Amazon Catalyst for Forest Communities (AMCAT) [6].

Outro país com o qual o Peru buscou fortalecer seus laços diplomáticos foi a Noruega. No dia 21 de maio, representantes dos dois países se reuniram na sede do MRE em Lima para discutir o aprofundamento da cooperação bilateral entre os dois países, sobretudo na agenda ambiental. Através de sua agência de cooperação, a NORAD, e de entidades acadêmicas, a Noruega vem dando assistência ao Peru para a conservação de recursos marinhos e pesqueiros [7]. O acordo representa mais um passo no processo de estreitamento e de institucionalização da cooperação bilateral entre os dois países, já que, no ano passado, eles assinaram uma Declaração Conjunta de Intenções (DCI). No dia 29 de maio, inclusive, o embaixador norueguês Pers Anders Nilsen e a vice-ministra do MINAM chegaram a discutir a possibilidade de firmarem uma nova DCI com o objetivo específico de estabelecer novas metas para a redução do desmatamento entre 2026 e 2030. Além disso, Soto e Nilsen debateram o compromisso global pela proteção dos territórios onde vivem as comunidades indígenas, que vem sendo impulsionado através da Plataforma Global de Apoio aos Povos Indígenas e Comunidades Locais, liderado pelo Peru e pela Noruega em parceria com o Brasil. O projeto será apresentado oficialmente na COP 30 [8].

Por fim, no âmbito doméstico, o governo nacional promulgou um decreto que regulamenta a Lei de Emergência Ambiental. A medida cria um marco normativo para que as autoridades possam lidar de forma mais eficiente e articulada com eventos súbitos que possam afetar a qualidade ambiental e que representem risco para a saúde coletiva. Em linhas gerais, a regulamentação busca fortalecer o papel do MINAM como autoridade ambiental nacional, atribuindo-lhe a tarefa de, em casos de desastres socioambientais, promover a avaliação técnica e a coordenação interinstitucional para a implementação do Plano de Ação Imediata e de Curto Prazo (PIAI). Ao ampliar o escopo de ação do MINAM, o governo acredita que possa desburocratizar as respostas a incidentes dessa natureza [9].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1176266-ministro-del-ambiente-los-paises-de-america-latina-y-el-caribe-nos-unimos-hoy-para-dar-una-respuesta-comun-frente-a-los-desafios-hidricos> .
- [2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1177081-paises-amazonicos-unen-esfuerzos-para-proteger-su-biodiversidad> .
- [3]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2025/05/29/cumbre-ministerial-latinoamericana-concluye-en-peru-con-firma-de-hoja-de-ruta-del-agua/> .
- [4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1175758-canciller-schialer-abordo-acciones-a-favor-de-la-amazonia-con-el-secretario-general-de-otca>.
- [5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1161017-minam-y-pnud-suman-esfuerzos-para-evitar-la-deforestacion-de-70-mil-hectareas-de-bosques-amazonicos>.
- [6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1177765-peru-y-reino-unido-fortalecen-alianza-para-enfrentar-los-impactos-del-cambio-climatico>.
- [7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1172565-peru-y-noruega-apuestan-por-una-cooperacion-mas-innovadora-y-cercana-a-la-ciudadania>.
- [8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1177817-peru-y-noruega-avanzan-en-la-lucha-contr-la-deforestacion-en-bosques-de-nuestra-amazonia>.
- [9]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1173566-gobierno-aprueba-el-reglamento-de-la-ley-de-declaratoria-de-emergencia-ambiental>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

O Estado nacional do Suriname realizou eleições para sua Assembleia Nacional no dia 25 de maio. O presidente do país é escolhido por meio do voto de dois terços dos 51 membros dessa câmara. Os resultados parciais indicam que o Partido da Reforma Progressiva (Progressive Reform Party – VHP), do atual presidente Chandrikapersad Santokhi, conquistou cerca de 17 assentos. Por sua vez, a previsão é que o Partido Nacional Democrata (National Democratic Party – NDP), liderado por Jennifer Geerlings-Simons, tenha obtido aproximadamente 18 lugares [1][2][3][4].

Antes mesmo de o resultado oficial ser anunciado — o que costuma ocorrer algumas semanas após o fechamento das urnas —, para garantir os quóruns necessários à governabilidade, o NDP formou uma coalizão com os seguintes partidos: Alternative 2020 Party (A20), Brotherhood and Unity in Politics Party (BEP), General Liberation and Development Party (ABOP), National Party of Suriname (NPS) e o Pertjajah Luhur Party (PL) [1][2][3][4].

Estima-se que a coalizão em torno do NDP possa chegar a 34 assentos, conferindo-lhe o número necessário para escolher o próximo presidente do Suriname, o que, se confirmada a escolha de Jennifer Geerlings-Simons, levará a primeira mulher a assumir tal cargo no país. Se os resultados confirmarem as previsões, o país assistirá ao retorno do NDP ao poder, ao menos como partido principal da coalizão. Apesar da aparente derrota de seu partido, Chandrikapersad Santokhi foi, individualmente, o candidato mais votado, somando um total de 42.521 votos [1][2][3][4].

Os resultados finais não foram divulgados até o final de maio; portanto, não houve Assembleia Nacional definida, tampouco indicação de vice-presidente ou presidente. Ainda assim, fica claro que as duas principais forças partidárias do Suriname hoje são o NDP e o VHP [5].

O Suriname possui mais de 90% de seu território coberto por floresta amazônica; portanto, essa corrida eleitoral representa a face política de um território majoritariamente amazônico. Contudo, a despeito da disputa institucional, ambos os partidos — tanto o NDP quanto o VHP — são favoráveis à exploração de petróleo offshore, e suas divergências sobre o tema residem no modo de utilização da renda petroleira. Cada um se apresenta como mais eficiente na gestão dessa matéria-prima [2].

Conclui-se, então, que qualquer desfecho eleitoral tenderá a estimular a exploração do petróleo, sedutora pelas promessas monetárias. Resta saber se alguma das duas gestões será capaz de conciliar desenvolvimento econômico (e não apenas crescimento) com a preservação ambiental, posto que os desastres em potencial têm impacto de difícil mensuração e alimentam a degradação climática por meio da emissão de carbono oriunda dos combustíveis fósseis. Transformar riqueza natural em desenvolvimento sustentável continua sendo o grande desafio do país.

Referências

[1]Disponível em: <https://news.mongabay.com/2025/05/whats-at-stake-for-the-environment-in-surinames-upcoming-elections/>.

[2]Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20250525-suriname-votes-for-new-government-to-steer-oil-windfall>.

[3]Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/5/25/oil-riches-are-on-the-horizon-as-suriname-chooses-its-next-government>.

[4]Disponível em: <https://www.reuters.com/world/surinames-ruling-party-opposition-nearly-tied-parliamentary-election-2025-05-26/>.

[5]Disponível em: <https://abcnews.go.com/International/wireStory/new-coalition-challenges-surinames-president-after-close-election-122268257>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de maio de 2025 foi marcado pela continuidade das operações realizadas pela Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) na região da Amazônia venezuelana. No dia 2 de maio, o chefe do Comando Estratégico Operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, anunciou que militares promoveram o desmonte de mais cinco acampamentos dedicados a práticas de mineração ilegal no estado de Bolívar. Essas apreensões foram realizadas no marco da Operação Escudo Bolivariano Gurí 2025 [1]. Tais acampamentos se caracterizavam pela proteção de material logístico para a mineração, pela depredação ambiental causada por suas atividades e pela contaminação de bacias hidrográficas. Como de costume, o informe dado por Hernández Lárez foi feito por meio de suas redes sociais. Na ocasião, o chefe operacional da FANB aproveitou para destacar que, na operação, cinco cidadãos foram presos e colocados sob o comando da Terceira Promotoria de Meio Ambiente [2].

Para além das operações militares, em maio a Venezuela participou virtualmente do Fórum de Ministras e Ministros dos Países Amazônicos, celebrado no Peru. O evento foi organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A participação do país foi marcada pela apresentação da Grande Missão “Madre Tierra” e pela “sexta transformação do ecossocialismo”. O representante do Estado venezuelano foi o Ministro do Poder Popular para o Ecossocialismo, Ricardo Molina. Tais iniciativas buscam promover a integração entre economia, tecnologia e sociedade, em harmonia com o meio ambiente. O ministro aproveitou a ocasião para destacar a criação de

mais de 5 mil Conselhos de Ecosocialismo e abordou em sua fala temas como: reflorestação, conservação de bacias hidrográficas e gestão de resíduos sólidos, com ênfase em reciclagem e economia circular [3].

A Grande Missão “Madre Tierra” foi apresentada pelo presidente do país, Nicolás Maduro, com o intuito de avançar na recuperação e regeneração ecológica do país. A missão terá sete linhas de atuação: 1) “organização da vida” e articulação dos movimento sociais e ecológicos; “semeadura da vida”, com a promoção de viveiros; 2) “território para a vida”, que envolve a realização de levantamentos de bacias hidrográficas e na prestação de atenção imediata; 3) “clima para a vida”, que promove o fortalecimento da observação contra a crise climática, com medidas de mitigação; 4) “fauna para a vida”, que possui como objetivo a proteção da fauna; 5) “saneamento para a vida”; e 6) “produção para a vida” [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/206849/fanb-desmantelo-cinco-campamentos-de-mineria-ilegal-en-bolivar>.

[2]Disponível em: <https://www.globovision.com/suceso/38216/fanb-desmantelo-cinco-campamentos-de-mineria-ilegal-en-bolivar>.

[3]Disponível em: <https://www.telesurtv.net/venezuela-madre-tierra-amazonia>.

[4]Disponível em: <https://mincyt.gob.ve/nace-la-gran-mision-de-nueva-generacion-madre-tierra/>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

A cidade de Quito, no Equador, recebeu a 2ª Reunião Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) [1]. O objetivo do encontro foi reforçar a cooperação entre os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e padronizar as respostas e políticas de combate e controle a incêndios florestais. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou da reunião junto a outros especialistas na área, como a Ministra do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica do Equador, María Cristina Recalde. Os representantes analisaram o Plano Bianual da RAMIF e definiram prioridades para o biênio 2025-2026.

No dia 8 de maio, representantes da OTCA visitaram o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em Brasília [2]. Os participantes do encontro discutiram possibilidades de cooperação internacional entre as instituições e projetos em curso, com destaque para a Rede Moara, que reúne desenvolvedores e ferramentas de software livre, a Plataforma Civis, que promove a ciência cidadã na América Latina e no Caribe, e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ IBICT). Outra iniciativa apresentada foi o Observatório de Desenvolvimento Integrado Sustentável (ODIS), uma parceria entre o IBICT e 12 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai). O ODIS produz conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e publica informações estratégicas, a partir da colaboração entre distintos setores do governo e da sociedade civil.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.portalv.com.br/news/quito-sedia-reuniao-da-rede-amazonica-de-manejo-integrado-do-fogo-para-fortalecer-acoes-contraincendios-florestais>.

[2]Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/>

[maio/representantes-da-otca-visitam-o-ibict-e-discutem-cooperacao-em-informacao-cientifica-e-desenvolvimento-sustentavel.](#)





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Junho de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	72
Brasil.....	74
Colômbia.....	77
Equador.....	77
Guiana.....	78
Peru.....	79
Suriname.....	80
Venezuela.....	80
OTCA.....	81

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em junho, mês do ano novo andino, amazônico e chaqueño, a Amazônia boliviana foi notícia, uma vez mais, por uma série de questões ligadas à agenda socioambiental e climática. Diversas denúncias de crimes ambientais repercutiram nos meios de comunicação. A plataforma Mongabay denunciou a invasão com dragas para a mineração ilegal de ouro

na Reserva Nacional de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, no departamento de Pando, o que tem trazido como consequência a contaminação com mercúrio de rios – sobretudo do rio Madre de Diós – e alterações no leito fluvial, além de prejudicar a flora e a fauna local. A reportagem aponta a identificação de mais de 120 dragas dentro da reserva, além da baixa fiscalização e do contrabando de mercúrio [1].

A plataforma Mongabay também denunciou o aumento do tráfico ilegal de tartarugas (tortugas de río ou Podocnemis unifilis), espécie altamente vulnerável da fauna boliviana [2]. Por fim, também houve denúncias da expansão de operações da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) em perfurações do poço Tomachi X1 e X2, na bacia do rio Madre de Diós, no departamento amazônico de Pando. Organizações indígenas da região afirmaram que não houve a realização de consulta livre, prévia e informada, violando o cumprimento dos protocolos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [3]. Ao longo do mês, também foram noticiadas temperaturas anormais na Amazônia boliviana, com uma frente fria acentuada, ventos fortes, tempestades elétricas e granizo, entre outros fenômenos incomuns na região [4].

Entre as boas notícias, repercutiu o resgate de 27 botos cor-de-rosa de água doce (espécie ameaçada de extinção) que estavam encalhados devido ao baixo fluxo do rio, por pesquisadores do Museu Natural Noel Kempff Mercado. A notícia foi amplamente veiculada nos meios de comunicação nacionais e internacionais [5]. Além disso, alguns projetos do governo boliviano são dignos de nota. No final do mês, o Vice-Ministro de Defesa Civil, em coordenação com a Armada boliviana, lançou uma missão humanitária fluvial pelos rios amazônicos Mamoré, Isiboro e Beni, com brigadas médicas e odontológicas [6]. Além disso, no início do mês, o Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia concedeu a tutela a favor do Sub Consejo Tsimane del Sector Yacuma, do departamento amazônico de Beni, dotando o povo Tsimane (TCO Ya' Cama) da titulação das terras comunitárias [7]. A decisão foi considerada uma vitória importante para os povos indígenas da Amazônia boliviana. Em junho, também foi realizado o V Encuentro Nacional de Integración de Defensa de Territorios Indígenas y Áreas Protegidas de Bolivia, na cidade de Rurrenabaque, no departamento de Beni. O encontro reuniu mais de 40 grupos e povos indígenas do país, principalmente da Amazônia e do Chaco [8].

A Amazônia também foi objeto de debate entre os candidatos à presidência que disputarão as eleições gerais do país, a serem realizadas em agosto de 2025. Frente ao aumento exponencial do desmatamento dos últimos anos na Bolívia, o combate aos crimes ambientais, à desflorestação e à degradação ambiental tem estado no centro do debate eleitoral [9]. Organizações populares e movimentos sociais têm pressionado para que o tema ganhe ainda mais relevância no cenário eleitoral. Lideranças da Coordinadora Nacional de Defensa de Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Protegidas (Contiocap) declararam que os candidatos devem levar em consideração os povos indígenas [10].

Nas relações com os outros países amazônicos, destaca-se a realização do Simpósio de Saúde na Fronteira, organizado pelo Ministério da Saúde do Brasil e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) entre os dias 10, 11 e 12 de junho, o qual contou com delegações brasileiras, peruanas e bolivianas. O evento teve como objetivo discutir mecanismos de cooperação transfronteiriça, monitoramento e respostas a doenças imunopreveníveis e marcos legais entre os países [11].

Referências

- [1] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/06/bolivia-dragas-mineria-oro-reserva-amazonica-manuripi/>.
 [2] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/06/alerta-incremento-trafico-tortugas-amazonia-boliviana/>.
 [3] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/06/bolivia-petrolera-estatal-expande->

[amazonia/](#).

[4]Disponível em: <https://www.reduno.com.bo/noticias/conozca-en-que-regiones-ya-se-siente-la-denominada-bomba-polar--202562104015>.

[5] Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-06-27/rescatados-25-delfines-de-agua-dulce-en-bolivia.html>.

[6]Disponível em: <https://www.mindef.gob.bo/node/1470>.

[7]Disponível em: <https://eju.tv/2025/06/tribunal-de-justicia-indigena-de-bolivia-dispone-la-restitucion-de-54-302-hectareas-al-pueblo-tsimane-y-el-desalojo-de-interculturales/>.

[8]Disponível em: <https://www.noticiasfides.com/pueblos-indigenas/indigenas-se-reunen-en-rurrenabaque-para-fortalecer-la-resistencia-en-defensa-de-sus-territorios>.

[9]Disponível em: <https://lapatria.bo/2025/06/27/candidatos-bolivianos-proponen-reforestacion-masiva-ante-la-crisis-ambiental/>.

[10]Disponível em: <https://erbol.com.bo/medio-ambiente/%C3%A1lex-villca-%E2%80%98los-candidatos-deben-tomarnos-en-cuenta-los-pueblos-ind%C3%ADgenas-en-sus>.

[11]Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/brasil-bolivia-e-peru-discutem-saude-publica-na-regiao-de-fronteira-amazonica/>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No dia 3 de junho, a Marinha do Brasil divulgou os resultados da Operação Ágata Amazônia 2025, realizada entre março e junho, em cooperação com o Exército e a Aeronáutica. Tratou-se de um esforço envolvendo múltiplos atores do Estado brasileiro no combate ao crime organizado, à mineração ilegal e a outros crimes ambientais na região, o que resultou em um prejuízo estimado de R\$ 225 milhões aos criminosos. Outro objetivo foi levar assistência humanitária a populações indígenas e ribeirinhas, alcançando cerca de 76 localidades. As atividades ocorreram, principalmente, nas regiões de São Gabriel da Cachoeira (AM) e na terra indígena Vale do Javari. Foram mobilizados mais de 2 mil militares, 81 embarcações, 18 viaturas, 11 aeronaves e dois satélites que cobriram uma área de 510 mil km². Também houve uma grande participação de órgãos do Executivo federal e do estado do Amazonas. Foram mobilizados cerca de 64 agentes provenientes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Polícia Federal (PF), Polícia Civil do Estado de Amazonas (PC-AM), Polícia Militar do Estado do Amazonas e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP) [1].

Também no dia 3 de junho, em comemoração antecipada ao Dia do Meio Ambiente (celebrado no dia 5), o presidente Lula anunciou que o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), destinará R\$ 826 milhões para o Ibama realizar seu maior projeto de combate ao desmatamento na Amazônia. O projeto prevê a compra de helicópteros com proteção balística, drones, construção de quatro bases aéreas e oito helipontos em áreas estratégicas da floresta, um centro nacional de treinamento, bases móveis, barracas de campanha, rádios VHF e internet satelital para atuação em áreas remotas, utilização de ferramentas digitais e inteligência artificial, rastreamento de mercúrio e madeira e implementação do Sistema Desmatamento Zero [2]. Também em prol do combate ao desmatamento, no dia 5, o BNDES anunciou o bloqueio de R\$ 806 milhões em pedidos de crédito rural para proprietários de terras de todo o Brasil que tiveram desmatamento

identificado por meio de monitoramento de satélite. O estado do Amazonas teve o maior percentual de denúncias e bloqueios [3].

Ainda no dia 5, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou uma lei que facilita ações do Executivo e do Legislativo na resposta a desastres climáticos e no combate a incêndios florestais. A proposta foi aprovada no Congresso Nacional em maio e incorporou cinco medidas provisórias lançadas em 2024 pela Presidência da República, sendo três delas propostas pelo MMA. O texto estimula uma maior agilidade na contratação de brigadistas, permite o uso de aeronaves estrangeiras em emergências ambientais e dispensa a necessidade de convênios para realizar repasses do Fundo Nacional do Meio Ambiente a regiões com emergência ambiental declarada pelo MMA. A nova lei permite ainda que emendas parlamentares do Congresso Nacional abasteçam o mesmo fundo para financiar iniciativas de prevenção e combate de incêndios, além de recuperação de áreas degradadas por acidentes e desastres ambientais [4].

Esse conjunto de medidas antecedeu anúncios de aumento de desmatamento e incêndios na Amazônia. No dia 6, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) informou que houve um crescimento de 92% no desmatamento da floresta em maio, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Foi o segundo pior dado para maio desde o início da série histórica, em 2016, sobretudo devido aos incêndios florestais que atingiram a região no segundo semestre de 2024 [5]. Além disso, no dia 24, dados divulgados pelo MapBiomas, na primeira edição do seu Relatório Anual do Fogo, mostraram que a área da Amazônia atingida por queimadas e incêndios florestais no ano passado foi a maior desde 1985: 15,6 milhões de hectares, o que representou um aumento de 117% em relação à média histórica e colocou o bioma como o principal epicentro do fogo no Brasil. Pela primeira vez, a vegetação florestal (43%) superou pastagens (33,7%) como o elemento mais atingido pelo fogo na Amazônia, em um reflexo da seca extrema e da ação humana [6].

No tema da exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, o presidente Lula reiterou, em entrevista ao jornal *Le Monde*, no dia 3 de junho, em meio a uma viagem de Estado à França, sua posição favorável à atividade. Nos seus termos: “França, Reino Unido, Noruega e Estados Unidos também produzem petróleo. E o Brasil tem a matriz energética mais limpa do mundo: 90% da nossa eletricidade vem de fontes renováveis. O Brasil não abrirá mão de um recurso fundamental para seu desenvolvimento. Para o Brasil, é justamente a receita do petróleo que permitirá financiar nossa transição energética” [7]. Em linha com a posição do presidente, a Agência Nacional do Petróleo realizou, no dia 17, um leilão de exploração de áreas nacionais que incluiu blocos na região, mesmo sem o aval do Ibama para qualquer atividade até o momento. A sessão ofertou 172 blocos, em cinco bacias petrolíferas. 34 blocos foram arrematados, sendo mais da metade na Foz do Amazonas. A estadunidense ExxonMobil e a Petrobras arremataram, consorciadas, dez blocos na região, sendo que cada uma operará cinco deles. Por sua vez, a estadunidense Chevron e a chinesa CNPC ganharam nove blocos em conjunto, todos operados pela primeira [8].

O leilão suscitou reações na sociedade civil e no Ministério Público Federal (MPF). No dia 2, antes da sua realização, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e os Sindicatos dos Petroleiros (Sindipetros) entraram na Justiça contra a ANP, pedindo a suspensão do leilão devido a receios de soberania energética devido à participação de empresas estrangeiras [9]. Por sua vez, o MPF também entrou na Justiça, no dia 26, pedindo a suspensão da homologação do certame, devido à falta de garantias ambientais mínimas e a falta de consultas a comunidades tradicionais [10]. Além disso, no dia 4, a associação de comunidades quilombolas do Amapá recorreu à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em busca de apoio contra a exploração de petróleo na Margem Equatorial. A ação foi tomada após a invasão do quilombo Kulumbu do Patuazinho, em Oiapoque (Amapá), onde invasores passaram a derrubar árvores, a fim de ocupar áreas próximas de atividades da Petrobras na

Foz do Amazonas para promover especulação imobiliária [11].

Na política externa, o presidente Lula participou de dois eventos diplomáticos multilaterais importantes para a Pan-Amazônia. No dia 13, recebeu, em Brasília, os chefes de Estado da Cúpula Brasil-Caribe, em diálogo com a Caricom, bloco que inclui Guiana e Suriname. A reunião teve cinco pontos de agenda: segurança alimentar e nutricional, mudanças climáticas, transição energética, gestão de riscos e conectividade [12]. Em discurso na abertura oficial do evento, Lula anunciou um aporte de US\$ 5 milhões ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB), destacou o compartilhamento de imagens de satélites meteorológicos sino-brasileiros com os países da região como medida para reduzir riscos de desastres ambientais, estimulou parcerias na produção de biocombustíveis, lembrou que o projeto brasileiro Rotas de Integração Sul-Americana prevê aumentar conexões logísticas do Brasil com os vizinhos e reivindicou o fortalecimento da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A cúpula criou o Fórum Ministerial Brasil-Caribe para estreitar contatos entre as partes [13].

Em seguida, no dia 17, Lula viajou ao Canadá para a Cúpula do G7, que incluiu o Brasil, entre outros países, como convidado. Em discurso na reunião, o presidente brasileiro defendeu a elaboração de parcerias internacionais baseadas em benefícios mútuos e sustentáveis, alertando contra disputas geopolíticas por recursos que ameaçam biomas como a Amazônia e os fundos marinhos. Também reivindicou o fortalecimento do multilateralismo, criticou os países ricos por falharem em financiar adequadamente a transição ecológica dos países em desenvolvimento e cobrou a participação dos chefes de Estado na COP30, que ocorrerá em Belém, em novembro [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/apoio-acoes-do-estado/operacao-agata-amazonia-2025-caoa-prejuizo-milionario-ao-crime-organizado>.
- [2] Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/governo-federal-anuncia-825%2C7-mi-de-reais-do-fundo-amazonia-para-maior-projeto-de-combate-ao-desmatamento-ilegal-do-ibama>.
- [3] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/06/05/bndes-barra-r-806-milhoes-em-credito-para-proprietarios-com-indicios-de-desmatamento-ilegal.ghtml>.
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/governo-federal-sanciona-lei-que-fortalece-resposta-a-incendios-florestais-no-pais>.
- [5] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/06/06/desmatamento-da-amazonia-legal-cresceu-nos-ultimos-dez-meses.htm>.
- [6] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/06/25/incendios-florestais-batem-recorde-no-brasil-em-2024-mostra-mapbiomas/>.
- [7] Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2025/06/03/lula-we-need-global-governance-now-more-than-ever_6741954_4.html.
- [8] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/06/18/petroleiras-estrangeiras-entram-na-foz-do-amazonas.ghtml>.
- [9] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/06/04/petroleiros-entram-na-justica-contra-venda-de-blocos-na-foz-do-amazonas/>.
- [10] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/mpf-pede-a-suspensao-das-proximas-etapas-do-leilao-para-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/>.
- [11] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/06/quilombolas-do-ap-denunciam-invasoes-e-desmate-em-meio-a-avanco-de-exploracao-na-foz-do-amazonas.ghtml>.
- [12] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/06/cupula-brasil-caribe-reforca-integracao-regional-e-marca-retomada-do-dialogo-com-paises-vizinhos>.

[13]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/06/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-brasil-caribe>.

[14]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/06/18/brasil-nao-sera-palco-de-corridas-predatorias-diz-lula.ghtml>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 2 de junho, a Associação Colombiana de Petróleo e Gás (ACP) divulgou um estudo que analisou a exploração de combustíveis fósseis na América Latina. Com dados de 2023 a 2025, o principal destaque positivo foi para a Colômbia, que, em concordância com a política de Gustavo Petro, foi o único país da região que não firmou acordos de exploração de hidrocarbonetos. Em contrapartida, o Brasil se destacou negativamente devido à assinatura de 185 contratos, uma diferença de 172 para o segundo colocado, Peru, com 13. Além de representar uma vitória política para Petro, a falta de assinatura de novos acordos de exploração de hidrocarbonetos, segundo a ACP, coloca a Colômbia como um exemplo a ser seguido por outros países na luta contra as mudanças climáticas, conciliando pressões políticas e econômicas internas e externas em prol de uma transição energética [1].

Em paralelo, no dia 5 de junho, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia anunciou uma redução no desmatamento durante o primeiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 [2]. De acordo com dados do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (IDEAM), 27.000 hectares de floresta foram desmatados no primeiro trimestre de 2025, em comparação aos 40.219 hectares perdidos em 2024 [2]. As maiores reduções aconteceram nos departamentos de Meta, Caquetá e Guaviare, que tiveram reduções de 41%, 36% e 27%, respectivamente [2]. O departamento de Puntamayo, todavia, teve um aumento de 13% [2]. A ministra Lena Estrada acredita que os resultados foram alcançados por meio da implementação do Plano Integral de Contenção do Desmatamento, que inclui acordos com as comunidades locais, uma agenda para a paz, ações contra a criminalidade e o fortalecimento institucional [2]. A ministra também afirmou que o governo busca fortalecer sua atuação no combate ao crime organizado na região, com a intenção de conhecer e capturar os líderes das organizações criminosas que atuam na Amazônia colombiana [2][3].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.portafolio.co/energia/colombia-unico-pais-de-la-region-que-no-ha-firmado-nuevos-contratos-entre-2023-y-2025-631744>.

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/la-deforestacion-cayo-33-en-la-amazonia-en-el-primer-trimestre-de-2025-minambiente/>.

[3]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/deforestacion-cayo-un-33-en-colombia-durante-el-primer-trimestre-del-2025-minambiente-3460493>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 6 de junho, completaram-se três anos da decisão judicial que determinou a interrupção dos queimadores de gás natural que é resultante das atividades de extração de

petróleo na região da Amazônia equatoriana. Apesar da decisão, até o momento, nenhuma das petroleiras responsáveis pelos poços onde a atividade ocorre iniciou um plano substantivo para interromper a atividade [1]. Para lembrar a data, diversas organizações da sociedade civil, movimentos indígenas e entidades internacionais fizeram atividades pelo país, como o lançamento do documentário “Casos Mecheros: más allá de la sentencia”, feito em 25 de junho. O filme conta a história de comunidades afetadas [2].

No dia 30, representantes de comunidades indígenas que vivem na província de Orellana se reuniram em frente à Corte Provincial de Justiça para exigir reparação pelos danos causados pela exploração de petróleo na região e medidas preventivas a novos desastres [3]. Os líderes indígenas, que pertencem a Federación de Comunas Unidas de Nacionalidad Kichwa de la Amazonía Ecuatoriana (FCUNAE), denunciaram que o derramamento de petróleo impacta diretamente a saúde das comunidades e sua qualidade de vida, comprometendo atividades essenciais como a pesca. A luta por justiça ocorre desde 2020, quando o Equador vivenciou um grande desastre provocado pelo vazamento de aproximadamente 15.800 barris de petróleo cru nos rios Coca e Napo. O acidente afetou cerca de 120.000 habitantes e 27.000 membros da comunidade kichwa que agora tentam estabelecer um diálogo intercultural com representantes do governo e agências estatais [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://elpais.com/planeta-futuro/2025-06-06/fuego-en-el-corazon-de-la-amazonia-ecuatoriana-ninas-y-jovenes-en-lucha-por-la-justicia-climatica.html>.

[2]Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/documental-muestra-los-efectos-de-antorchas-de-gas-del-petr%C3%B3leo-en-la-amazon%C3%ADa-ecuatoriana/89590171>.

[3]Disponível em: <https://www.telesurtv.net/ecuador-indigenas-justicia-derrame-petroleo/>.

[4]Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/indigenas-petroleo-ecuador>.

Guiana

Por Guilherme Fritz

O mês de março marcou o recrudescimento das tensões entre Guiana e Venezuela sobre a sobeNo dia 27 de junho, o site das Forças Armadas da Guiana (Guyana Defence Forces – GDF) publicou uma notícia sobre um exercício militar entre Guiana e Brasil. As atividades ocorreram na fronteira entre os dois países, especificamente nas cidades de Lethem e Bonfim, assim como em Kanapang, que fica na região de Pakaraima. Bonfim é uma cidade brasileira, enquanto as outras são territórios guianeses, sendo todas situadas em território de floresta amazônica. Além da evidente interação, chama atenção o fato de que o espaço em questão fica em Essequibo, que é reivindicado pela Venezuela como parte de seu território. Uma nota divulgada pelo GDF afirmou que se tratou de exercício de patrulhamentos realizados por água, terra e ar, tendo em vista um aprofundamento da cooperação para o combate a atividades ilícitas na fronteira [1][2][3].

Ainda sob os termos de segurança e defesa, no dia 23 de junho, o Secretário das Relações Exteriores da Guiana, Robert M. Persaud, escreveu em suas redes sociais sobre a relação entre a Guiana e os Estados Unidos. O conteúdo principal do breve texto foi defender a importância da parceria estratégica em segurança e defesa, seja no combate ao tráfico transnacional de ilícitos e no apoio à soberania territorial de Essequibo. Esses elementos sugerem uma pergunta: as pautas de segurança e defesa serão usadas como justificativa para um aumento de ações militares no espaço amazônico? Seja em razão das disputas territoriais

entre Guiana e Venezuela, seja do tráfico transnacional, o resultado parece ser o aumento da presença militar em áreas de floresta amazônica [4][5].

Referências

[1]Disponível em: <https://gdf.mil.gy/guyana-defence-force-and-brazilian-military-conduct-joint-riverine-patrol/>.

[2]Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2025/06/29/gdf-and-brazilian-military-conduct-joint-riverine-patrol/>.

[3]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guyana-brazil-conduct-joint-patrols-to-strengthen-border-security/>.

[4]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/foreign-secretary-hails-guyana-us-strong-military-collaboration-strategic-partnerships/>.

[5]Disponível em: <https://x.com/PersaudRobert/status/1937239908458070242>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O mês de junho foi marcado por diversas ações de política externa por parte do Peru. No início do mês, o governo, por meio do seu consulado em Munique, na Alemanha, promoveu um evento sobre a conservação da Amazônia peruana. Na ocasião, houve discussão sobre diplomacia ambiental, com a presença de representantes de governos, academia e sociedade civil. O foco do encontro foi debater e apresentar à comunidade alemã a complexidade da Amazônia e o papel da cooperação internacional na preservação da floresta. [1]

No dia 11 de junho, o Peru participou, através de representantes do MINAM, da 7ª reunião das negociações para a nova reposição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), realizada em Washington, representando a América Latina e o Caribe. O GEF é um dos principais fundos internacionais de financiamento global no âmbito do meio-ambiente. Essa foi a primeira vez que o país participou das negociações em condição de representante regional. [2]

No dia 19 de junho, o Peru e o Brasil reafirmaram a cooperação bilateral para a preservação do meio-ambiente. O encontro contou com servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) e servidores do Serviço Nacional de Áreas Protegidas do Peru. Foram abordados temas como a resposta rápida a incêndios florestais em áreas naturais protegidas, a conservação da flora e da fauna nesses espaços, a promoção do turismo sustentável e a gestão territorial. [3]

No dia 24 de junho, o Peru foi um dos países que anunciaram a intenção de integrar uma coalizão internacional para expandir os mercados voluntários de carbono. A iniciativa, proposta pelo Reino Unido, por Singapura e pelo Quênia, busca estabelecer padrões de transparência e integridade para transações de créditos de carbono, ampliando as oportunidades de financiamento para ações de mitigação climática. [4]

No mesmo período, o Ministério do Meio Ambiente formalizou, pela segunda vez, uma parceria com o Fundo Bezos para a Terra e o Grupo Nacional de Povos Indígenas do Peru, com o objetivo de fortalecer ações de conservação da biodiversidade e avançar no objetivo de proteger 30% do território nacional até 2030, conforme a Meta 30x30 firmada na COP15. A iniciativa inclui a criação de novas áreas naturais protegidas e o fortalecimento da gestão territorial indígena. [5][6]

No dia 25 de junho, o governo peruano e autoridades colombianas realizaram a reunião do Comitê Local de Gestão em Iquitos, com o objetivo de fortalecer a integração fronteiriça. O encontro discutiu temas ambientais, sociais e de segurança, e definiu medidas para melhorar

a gestão conjunta da fronteira amazônica. [7]

Finalmente, no plano doméstico, no dia 27, o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) promoveu o uso de tecnologias para recuperação de áreas degradadas por mineração ilegal, principalmente na região de Madre de Dios. O ministro Juan Carlos Castro destacou que a iniciativa faz parte da estratégia de recuperação de áreas impactadas por atividades ilegais na Amazônia. A presidente do Peru, Dina Boluarte, também esteve presente. [8][9]

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1182997>.
 [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1185867>.
 [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1190847>.
 [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1194000>.
 [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1195045>.
 [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1193563>.
 [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1194088>.
 [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1198299>.
 [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1197644>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 30 de junho, o Suriname recebeu o certificado de erradicação da malária da Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo o primeiro país amazônico a realizar o feito. O país já havia conseguido erradicar a doença das áreas costeiras na década de 1960, porém o desafio possuía uma dinâmica distinta no interior do país. O bioma amazônico e o tipo de organização social de dos povos originários impunha uma dificuldade maior ao controle da doença, já que o tipo de moradias, mais “abertas”, possuía uma menor proteção contra os mosquitos. As atividades mineradoras, que são recorrentes no país, aumentavam ainda mais o grau de dificuldade devido ao trânsito de garimpeiros entre áreas de contração endêmica da doença. Em 2001, foram registrados mais de 15.000 casos de transmissão de malária no Suriname. A conquista foi fruto de iniciativas governamentais, de associação com organismos multilaterais, como a Organização Pan-Americana de Saúde (PAHO) e a própria OMS, além do suporte técnico de países como o Brasil e os Estados Unidos. O feito cria uma nova dinâmica sanitária nas regiões interiores do país, que são essencialmente parte da floresta amazônica [1][2].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.who.int/news/item/30-06-2025-suriname-certified-malaria-free-by-who>.
 [2] Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/suriname-erradica-malaria-com-apoio-da-cooperacao-brasileira>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No mês de junho de 2025, houve pouca movimentação no que se refere à Amazônia venezuelana. Ao longo de todo o mês, apenas duas operações foram feitas pela Força Armada

Nacional Bolivariana (FANB) na região. Ambas ocorreram nos marcos da Operação Neblina 2025. A primeira consistiu no desmantelamento de um acampamento dedicado à mineração ilegal no estado do Amazonas, mais especificamente no município de Alto do Orinoco, no dia 15 de junho. O acampamento foi localizado após patrulhamento na região e possuía a serventia de ser um ponto de auxílio no “suporte logístico” para mineradores ilegais. Conforme publicou Domingo Hernández Lárez, comandante estratégico operacional da FANB, em suas redes sociais, “está proibida qualquer tipo de atividade de mineração no estado do Amazonas”. Em tal acampamento, foram localizados 800 litros de gasolina, 8 motobombas, 8 tubos de plástico, 500 metros de mangueira de alta pressão, 31 correias de motor, 16 martelos demolidores e uma moto [1]. Em momento posterior, no dia 18 de junho, a FANB realizou outra patrulha no mesmo acampamento. Em tal ocasião, foram encontrados 2.000 litros de gasolina, dois fogões elétricos, dois compressores de ar e 63 caixas de cerveja. Hernández Lárez não informou se houve detidos durante as etapas da operação [2].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/210483/fanb-desmantelo-un-campamento-dedicado-a-la-mineria-ilegal-en-amazonas>.

[2]Disponível em: <https://www.elnacional.com/2025/06/desmantelan-un-campamento-usado-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Nos dias 3 e 4 de junho, representantes do ensino superior, autoridades diplomáticas e dirigentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) se reuniram em Brasília para a cerimônia de reativação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) [1]. A associação anunciou a realização de uma Assembleia Geral, em novembro de 2025, quando será formalizada sua nova governança institucional, e apresentou o Plano Estratégico 2025-2030 que orientará sua atuação no próximo quinquênio com foco em pesquisa científica integrada, inovação tecnológica e fortalecimento da educação superior como “vetor de transformação regional”.

No dia 5 de junho, foi celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente. Por conta da ocasião, a OTCA publicou os avanços do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Bacia Amazônica [2]. Esse conjunto de ações, aprovado em 2017 e implementado em 2021, orienta os países amazônicos na gestão dos recursos hídricos da Bacia e seu uso sustentável. No quarto ano desde a sua implementação, o PAE já alcançou resultados positivos nas seguintes áreas: fortalecimento institucional e cooperação regional, monitoramento da água e proteção de ecossistemas, soluções para aumento da resiliência nas comunidades e criação da Rede Amazônica de Autoridades Hídricas (RADA).

Dentro desses eixos, o PAE promoveu o intercâmbio de melhores práticas institucionais, a promoção de estratégias inovadoras, o apoio a soluções técnicas sustentáveis e a capacitação de profissionais, além de ter iniciado o processo para a consolidação da Plataforma Regional Integrada de Informações de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), que reunirá dados da Rede Hidrológica Amazônica (RHA) e da Rede de Qualidade da Água (RQA), que operam dentro do Observatório Regional Amazônico (ORA). Nesses marcos, a OTCA contribuiu na organização de oficinas, palestras e cursos de capacitação de modo a promover a construção de soluções coletivas para o sistema hídrico da Amazônia.

No dia 6, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do

seminário “Amazônia e Mudanças Climáticas – Soberania, Sustentabilidade e Inclusão no Desenvolvimento Nacional” organizado pelo Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas – Ciência, Tecnologia e Informação (NAPP CT&I) da Fundação Perseu Abramo [3]. O papel da OTCA foi central no debate do Eixo 7 – Integração Pan-Amazônica e desenvolvimento fronteiriço, no qual pesam os desafios para uma integração regional multilateral e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico em áreas de fronteira na Amazônia. Segundo Grazziotin, os países amazônicos precisam adotar políticas diferenciadas, considerando as especificidades de cada comunidade e as diferenças em termos de qualidade de vida e acesso aos serviços públicos. O debate também contou com a participação de Rosalia Arteaga, ex-vice presidenta do Equador, e Jorge Audy, Superintendente de Inovação e professor da Pós-Graduação em Ciência da Computação da PUC-RS.

No dia 9 de junho, ocorreu a Primeira Reunião da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transnacionais da Região Amazônica, em Letícia, na Colômbia [4]. Durante a cerimônia de abertura do evento, o Ministro da Defesa Nacional da Colômbia, Pedro Arnulfo Sánchez Suárez, e o Secretário-Geral da OTCA, Martín von Hildebrand, reforçaram o interesse em fazer da região amazônica uma área “segura, em paz e livre de atividades ilícitas”. O objetivo da Comissão Especial é fortalecer a cooperação regional para a prevenção, investigação e sanção de crimes transnacionais como o tráfico (de espécies, recursos naturais e pessoas), a mineração ilegal, o contrabando e a violência contra ativistas, povos indígenas e comunidades locais. Durante a reunião, os representantes apresentaram o Plano Amazônia Segurança e Soberania e o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, com protagonismo da Polícia Federal do Brasil [5]. Ao final do encontro, as autoridades aprovaram a Declaração de Letícia, que reforçou o compromisso dos países amazônicos com a agenda de segurança.

No dia 18, o Ministério Público Federal do Brasil promoveu o debate “Discussão de uma estratégia regional para abordar a mineração de ouro” junto com a Conservação Estratégica (CSF, na sigla em inglês) e a OTCA [6]. A coordenadora da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR) do MPF, Luiza Frischeisen, destacou que o garimpo ilegal é um dos problemas que afetam o ecossistema amazônico e que é preciso pensar em estratégias coordenadas entre os países afetados. O coordenador do Projeto Bioamazonia da OTCA, Mauro Rufino, falou sobre a importância de garantir, para além da responsabilização judicial dos envolvidos, práticas para a garantir a recuperação das áreas afetadas pelo garimpo ilegal. Uma das ferramentas apresentadas foi a Calculadora de Impactos do Garimpo, lançada em 2021 e desenvolvida pela CSF e o MPF, que estima os danos sociais, econômicos e ambientais do garimpo ilegal. Os presentes também discutiram formas de lidar com a contaminação por mercúrio, uma das consequências do garimpo. O evento contou com o apoio do Banco Mundial, por meio do programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL, na sigla em inglês), e financiamento do Global Environment Facility (GEF).

Referências

[1] Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-integrativacao-da-unamaz-e-planejamento-estrategico-pan-amazonico/>.

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/dia-mundial-do-meio-ambiente-conheca-os-avancos-da-acao-conjunta-dos-paises-membros-da-otca-na-gestao-integrada-das-aguas-amazonicas/>.

[3] Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2025/06/07/no-2o-dia-seminario-da-amazonia-debate-trabalho-pesquisa-e-integracao-regional/>.

[4] Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-da-seguranca-publica-dos-paises-amazonicos-se-reunem-em-leticia-para-fortalecer-a-cooperacao-no-enfrentamento-aos-ilicitos-transnacionais/>.